

Educação Patrimonial: O Património Cultural e a Escola no Município do Lubango

Henriqueta Mariza Alfredo Fio

Trabalho de Projecto de Mestrado em Antropologia

Março, 2016

**Educação Patrimonial: O património Cultural e a Escola no Município
do Lubango**

Henriqueta Mariza Alfredo Fio

Trabalho de Projecto de Mestrado em Antropologia

Março, 2016

Trabalho de projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia - Área de Especialidade em Culturas em Cena e Turismo, realizado sob orientação científica da Professora Doutora Maria Carneira da Silva, e da Mestre Maria da Graça da Silveira Filipe.

À minha querida e estimada mãe, Emília Alfredo.

AGRADECIMENTOS

O trabalho aqui apresentado só foi possível graças à pronta e inestimável disponibilidade das professoras Maria Carneira da Silva e Maria da Graça da Silveira Filipe, às quais agradeço imenso pela paciência e apoio incondicional.

Os meus agradecimentos são ainda extensivos primeiramente a Deus pois, sem ele eu nada sou; a toda a minha família, particularmente á minha estimada mãe Emília D. M. Alfredo, por ser o meu pilar, minha heroína e meu exemplo de vida; aos meus amados irmãos Guimarães G. A. Fio, Dimitrov M. A. Fio, Natália L. A. Fio e Ascenso D. A. Sacahuma, pelo carinho; à minha segunda mãe Amélia N. Savangue, pelo apoio e carinho; e a todos os outros meus familiares que são para mim tão importantes quanto os que menciono aqui.

Aos meus queridos amigos e companheiros nesta jornada académica, Evanice, Mizé e Valter, muito obrigada pelo apoio e companheirismo, sem porém, me esquecer daquelas tantas outras que, directa ou indirectamente contribuíram de alguma forma para que essa etapa fosse cumprida.

Educação patrimonial: o património cultural e a escola no município do Lubango.

Henriqueta Mariza Alfredo Fio

Resumo

O presente trabalho tem como preocupação a educação patrimonial e pressupõe a necessidade de um intercâmbio fecundo entre as instituições culturais e patrimoniais, a escola e a sociedade em geral. Pretende-se com este trabalho de projeto fundamentar propostas que visem a realização de um conjunto de ações que possam ser levadas a cabo na escola e nas comunidades no município do Lubango, para envolvimento e inclusão de professores, alunos e membros das comunidades no processo de registo e levantamento dos bens culturais e patrimoniais locais e, deste modo, promover ações visando a educação patrimonial.

Desde o alcance da independência de Angola em 11 de Novembro de 1975, manifestou-se como uma das primeiras preocupações do estado a legitimação da soberania angolana sobre o território livre, a consagração da matriz cultural e identidade cultural angolana nativa até então desconsiderada pelo sistema colonial vigente, e o registo de todo um legado resultante deste processo. Desde então, várias são as ações que têm sido levadas a cabo, que vão desde a criação de normativos consagrados no âmbito do património cultural angolano até a simples ações sociais que exaltam sobretudo o envolvimento e a participação da sociedade em geral para a materialização deste intento.

Assim, é meu desejo que esta singela proposta se converta num instrumento útil e que contribua, a par do que já se tem feito em prol da sensibilização, incentivo, integração e, acima de tudo, da divulgação da temática referente à cultura e ao património cultural angolano e particularmente do município do Lubango, para viabilizar o conhecimento e a intervenção dos membros da sociedade em geral e, para este caso dos professores, alunos e membros de algumas comunidades locais no espaço sociocultural ou no meio onde vivem, promovendo ao mesmo tempo a interação escola/comunidade.

Palavras-chave: Património cultural, educação patrimonial, escola, comunidades, inventário participativo, Angola- Município do Lubango.

Heritage education: cultural heritage and schools in the city of Lubango.

Henriqueta Mariza Alfredo Fio

Abstract

The present work has its focus on heritage education and implies the need for a fertile (effective) interchange between the patrimonial and cultural institutions, schools and the society in general. The aim of this project is to support proposals that will set and enhance achievement of actions/activities that can be carried out in schools and/or in the communities of Lubango; for involvement and inclusion of teachers, students, and community members in registration process and survey of cultural property and heritage sites and thus promote actions aiming heritage education.

Since the achievement of the Angolan independence in November 11, 1975, it was manifested as the top priority of the state to legitimize Angola's sovereignty through the consecration of the cultural matrix and native Angolan cultural identity hitherto ignored by the colonial system at the time, and the recording of an entire legacy resulting from this process. Since then, there are several actions that have been carried out, ranging from the creation of norms enshrined in the Angolan cultural heritage to the simple social actions especially extol the involvement and participation of society in general for the materialization of this intention.

Thus, it is my wish that this simple proposal becomes a useful tool to help to track what has already been done for awareness, encouragement, integration and, above all, to divulge issues related to Angolan culture and its heritage, particularly for the city of Lubango, to facilitate the knowledge and involvement of members of society in general and, in this case the teachers, students and members of some local communities in the sociocultural space or environment where they live, while promoting the interaction in schools / communities.

Keywords: cultural heritage, patrimonial culture, heritage education, school, communities, participatory inventory, Angola- city of Lubango.

Lista de Abreviaturas e acrónimos

DPCH - Direcção Provincial da Cultura da Huíla

DPHC - Departamento do Património Histórico e Cultural

INE - Instituto Nacional de Estatística

INIDE - Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação

Índice Geral

1. Introdução	1
1.1. Objetivos	1
1.2. Metodologia	2
2. Referencial teórico: cultura, património, educação patrimonial	6
2.1. A cultura e a identidade cultural	6
2.2. O património como noção dinâmica	16
2.3. A educação patrimonial	25
3. Contexto político e enquadramento da educação patrimonial em Angola	31
3.1 Uma análise a legislação angolana sobre o património cultural	31
3.2. A política cultural angolana	34
3.3. A lei do património cultural	35
3.4. Regulamento do património cultural imóvel	37
3.5. O sistema educativo angolano	38
3.6. A questão da educação patrimonial em Angola	42
4. Contexto geográfico e sociocultural para um projeto de investigação e de ação patrimonial	46
4.1. Enquadramento geográfico do município do Lubango	46
4.2. Aspetos socioculturais do município do Lubango	47
4.3. O património histórico e cultural do município do Lubango	50
4.4. Descrição e caracterização de algumas práticas culturais no município do Lubango	53
4.5. Os agentes e instituições patrimoniais do município do Lubango	61
4.6. A realidade sobre a educação patrimonial e a escola no município do Lubango ...	64
4.7. Estrutura curricular do 1º ciclo do ensino secundário	66

4.8. O contexto das escolas em análise	67
4-9. Apresentação e análise das entrevistas submetidas aos professores, alunos e seus encarregados de educação	68
5. Projeto de ação para educação patrimonial no município do Lubango	78
Considerações finais	92
Referências bibliográficas	96
Apêndices	
Anexos	

1. Introdução

O trabalho de projeto sob o tema *Educação patrimonial: o património cultural e a escola no município do Lubango* enquadra-se no âmbito de um projecto de investigação em antropologia e centra-se na preocupação de contribuir para a formação do sentido de transmissão e construção da memória social e para a afirmação de cidadania. Atende-se por este meio a uma das preocupações do estado angolano no que concerne a necessidade de mobilização e o despertar da sociedade em geral, sua integração e participação ativa nos assuntos relacionados com o património cultural e natural e a memória social, estimulando o desenvolvimento do senso crítico e de juízo de valor da própria sociedade em relação a estas questões.

Tem-se como principal ponto de partida a necessidade de aperfeiçoamento do procedimento metodológico adotado pelas instituições culturais e patrimoniais do município do Lubango visando a educação patrimonial. Na base da adopção deste procedimento metodológico encontra-se a resposta para a ineficácia e os insucessos das ações levadas a cabo neste município visando a educação patrimonial.

1.1.Objectivos

Vários são os propósitos que se pretendem com a elaboração desta proposta de Projecto de acção visando a educação patrimonial no município do Lubango.

Primeiramente, pretende-se contribuir para novas abordagens e se possível para a constituição de bibliografia referentes às temáticas da cultura, do património cultural e da sua importância no processo de afirmação da identidade cultural, uma vez que são ainda escassas as abordagens deste tipo centradas na realidade angolana.

Entretanto, o propósito principal deste trabalho de Projecto foi o de apresentar uma proposta metodológica de acção visando a educação patrimonial, criada e desenvolvida a partir das perspetivas, conhecimentos, sugestões dos sujeitos implicados neste estudo (professores, alunos e encarregados de educação). Pretende-se assim contribuir para a inovação de métodos adoptados pelos técnicos do Departamento do Património Histórico e Cultural da Huíla DPHCH, visando introduzir uma nova dinâmica, bem como contribuir para o melhoramento e a eficácia no processo de acções visando a educação patrimonial no município do Lubango.

No município do Lubango as práticas e acções voltadas para a educação cultural e patrimonial ainda se mantêm estritamente da responsabilidade das instituições

governamentais ou agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais. Esses agentes, para além de atuarem praticamente como atores solitários neste processo, adotam ainda um procedimento metodológico que consiste apenas na passagem de informação, baseada em discursos pré-fabricados, pelo que a sua prática tem-se revelado bastante inadequada, ineficaz e pouco produtiva. Porém, e sabendo que o processo educacional hoje possui um carácter mais integrativo e democrático em que se deve ter em conta e levar em consideração o sentido crítico, juízo de valor dos sujeitos nele implicados, e tratando-se sobretudo de uma questão em que se deve sempre levar em consideração a existência de conflitos e contradições que vão além do somatório de memórias e dos processos de ocultamento presente na perspectiva “tradicional” de educação como refere Magalhães (2009: 69). Entretanto, é bom que se tenha em consideração neste tipo de processo educacional tal como referem Horta et al (1999: 6) que o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu património são factores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Todavia, já se constatou no contexto social local que a simples inventariação e apropriação desse capital cultural, a simples transmissão de conhecimentos sobre o património e integração da temática no currículo escolar, sem antes adaptá-la às perceções e visões dos elementos principais do processo educativo (professor e alunos) e comunidades em geral (para o contexto extra escolar), não constituem por si só uma acção de preservação do património, nem de criação de uma atitude patrimonialista visto que não se repercutem a jusante, enquanto instrumento de consciencialização e de mudança social.

1.2. Metodologia

Para a consecução dos objetivos traçados no presente trabalho, recorreu-se a consulta bibliográfica e, tratando-se de uma pesquisa na área de ciências sociais, recorreu-se para análise dos dados recolhidos a metodologia qualitativa. Para recolha e obtenção dos dados empíricos utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada. Deve-se ter em consideração que nos trabalhos de investigação de natureza qualitativa enquadram-se práticas de pesquisa muito diferenciadas, fazendo apelo a diversos paradigmas de interpretação sociológica sendo que as formas de recolha, registo e tratamento do material ou dados coletados são também muito diversas (Guerra, 2006; Bardin, 2009; Minayo 2001, entre outros).

Para esta metodologia, o investigador tem uma função chave na recolha dos dados, pois nesse tipo de investigação interessa mais o processo em si, do que propriamente os resultados, e a compreensão dos significados dados pelos participantes às suas experiências; a análise dos dados é feita de forma indutiva e os dados recolhidos são fundamentalmente de carácter descritivo através da inferência por meio da identificação objetiva de características das mensagens (Martins, 2006; Bardin, 2009).

Como já referimos, o método utilizado para a recolha da informação neste trabalho foi a entrevista. Entrevistas estas que foram submetidas junto de alguns elementos das comunidades com que se tenciona desenvolver um Projeto de educação patrimonial. Segundo De Ketele e Roegiers (1993: 18):

“ [A] entrevista é um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas seleccionadas cuidadosamente, a fim de obter informações sobre factos ou representações cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objetivos da recolha de informações”.

Deste modo, e de acordo com a temática e as perspetivas deste Projeto, os sujeitos que constituíram o nosso objecto de estudo e aos quais submetemos as entrevistas, foram 14 professores de duas instituições escolares do município do Lubango, instituições do primeiro ciclo do ensino secundário, sendo 7 professores da instituição de ensino privado denominada Colégio Solange e outros 7 da instituição de ensino público denominada Escola nº 1773, lecionam disciplinas diversas e residem todos no município do Lubango; 24 alunos também das instituições de ensino acima mencionadas sendo 12 alunos de cada uma delas, todos eles na faixa etária, dos 14 e 16 anos de idade, frequentam cursos diversos residindo de igual modo todos no município do Lubango e 5 encarregados de educação dos alunos de apenas uma das instituições escolares concretamente da escola 1773 pelo facto de termos tido dificuldades em aceder á outos encarregados uma vez que eles não se mostraram disponíveis para participarem do nosso estudo, apesar deste impasse os encarregados com os quais foi possível trabalharmos eram na sua maioria funcionários públicos e residentes do município do Lubango a mais de 20 anos. Os guiões de questionários direccionados a cada um dos grupos seleccionados para o efeito continham algumas questões em comum e outras diferentes, em função do que pretendíamos obter de cada um deles. O período de realização das entrevistas decorreu de Maio a Junho de 2015, tendo na sua maioria

ocorrido nas escolas seleccionadas. Estas foram seleccionadas de acordo ao perfil que apresentavam (escolas do I ciclo do ensino secundário, precisamente o período de ensino que pretendíamos estudar) além de que foram estas as instituições que menos dificuldades tivemos para aceder.

Inicialmente e antes da realização das entrevistas, foram apresentados aos participantes do estudo os objectivos da nossa investigação e também foi garantida a confidencialidade, respeitando os princípios éticos defendidos (Bardin, 2009 e Guerra, 2006) e determinantes na investigação.

Assim, é de realçar que as informações obtidas através das entrevistas foram cruciais para as reflexões deste trabalho, e determinaram a elaboração da proposta de um Projecto de ação visando a educação patrimonial apresentando medidas e iniciativas que, numa primeira fase, estarão direccionadas às escolas do ensino geral, concretamente do primeiro ciclo do ensino secundário do município do Lubango, que constituíram um dos objectos da nossa pesquisa, e procurar-se-á estendê-las para as comunidades locais.

É de interesse referir que para o surgimento da iniciativa de elaboração desta proposta de Projecto para a educação patrimonial no município do Lubango alguns antecedentes foram importantes e constituíram fatores motivacionais para a materialização deste trabalho, entre os quais o contacto profissional com estas temáticas ou questões, pois desde o ano 2001 que faço parte do núcleo de funcionários da Direcção Provincial da Cultura, na província da Huíla, no município do Lubango, concretamente no Departamento do Património Histórico e Cultural. Como tal fui confrontada com projectos e acções práticas de trabalho cujo objectivo e tema estavam relacionados com a educação patrimonial.

Essas acções consistiam sobretudo na realização de um ciclo de palestras realizadas nas escolas, sobretudo no ciclo formativo referente ao ensino fundamental, concretamente o segundo ciclo do ensino secundário (de acordo com a estrutura de ensino nacional angolana) que tinham como objectivo, para além de transmitir aos alunos as noções conceptuais sobre esta temática, dar-lhes a conhecer que existia um património cultural, e que na nossa cidade também existiam bens culturais, ou edificações que eram assim designadas e que tinham um grande valor para a nossa história e cultura e, portanto, deveriam ser conhecidas e preservadas. Para tal, o procedimento metodológico usado era meramente expositivo e reprodutivo, o que de certo modo, e para os objectivos esperados parecia eficaz.

Todavia, o facto de ter tido contacto com as abordagens, projectos e experiências na área de património cultural e de educação patrimonial nas aulas do mestrado (sobretudo no seminário de Património e Museus) fez-me refletir sobre os procedimentos de ensino visando a educação patrimonial levados a cabo no nosso contexto, tendo eu chegado à conclusão de que talvez a metodologia por nós adotada e aplicada para esse efeito não fosse a mais adequada, daí a ineficácia dos resultados ou repercussões dessas atividades no seio do próprio público-alvo, ou o seu efeito efémero.

Foi a partir destas questões que refleti e resolvi de alguma forma tentar dar o meu ponto de vista e contributo em relação a este assunto.

Do ponto de vista da sua estrutura o presente trabalho está organizado em cinco capítulos.

O primeiro capítulo compreende a parte introdutória, a descrição dos objectivos bem como a descrição metodológica aplicada no trabalho.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico ou parte conceptual do trabalho onde é apresentada uma abordagem teórica dos principais conceitos ou temas que norteiam o presente trabalho. Neste capítulo destaque-se a abordagem feita em torno dos conceitos de cultura, identidade cultural e património, apresentando algumas vertentes e perspetivas de abordagens sobre os referidos temas, sobretudo a questão da complexidade, relatividade e pertinência das abordagens sobre os mesmos no âmbito das ciências sociais.

O terceiro capítulo compreende a descrição do contexto político e enquadramento da educação patrimonial em Angola. Neste destaque-se a abordagem feita aos principais normativos angolanos consagrados no âmbito do património cultural de modos a ter uma visão panorâmica sobre a perspectiva legal e enquadramento político e sociocultural do assunto no contexto nacional angolano.

O quarto capítulo compreende a descrição do contexto geográfico e sócio cultural do município do Lubango, onde se faz uma descrição dos vários aspectos que refletem a realidade sociocultural, a panorâmica referente a questão do património cultural e da educação patrimonial no município do Lubango, de modo a permitir fazer um pré-diagnóstico e avaliação da viabilidade ou possibilidade de criação e aplicação de um Projeto de acção visando a educação cultural e patrimonial; apresentamos também neste capítulo o estudo que reflete o trabalho empírico que foi desenvolvido. Destaca-se

aqui a metodologia de trabalho, a população-alvo, os instrumentos de recolha de dados, a apresentação em quadros dos questionários dirigidos os três grupos que constituíram os sujeitos alvos do estudo, bem como a conceção analítica das respostas apresentadas por estes.

No quinto e último capítulo apresentamos uma proposta de acções para a educação patrimonial no município do Lubango, proposta esta elaborada com base na avaliação do contexto de estudo e pré-diagnóstico dos sujeitos implicados nesta pesquisa, isto é, dos professores alunos e seus encarregados de educação e, com base nas perspectivas, conhecimentos, sugestões por eles apresentadas. Tudo isso permitiu-nos definir os princípios programáticos para uma acção que contribua para a mobilização e enquadramento das comunidades locais no processo de acções visando a educação cultural e patrimonial, centrado no inventário participativo como método de enquadramento geral dos elementos das comunidades do município do Lubango.

A norma seguida para citações e referência bibliográfica neste trabalho foram as estabelecidas pela American Psychological Association (APA).

Não foi aplicado neste trabalho o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

2. Referencial Teórico: Cultura, Património, Educação Patrimonial

2.1. Cultura e identidade Cultural

O conceito de cultura é um dos mais controversos e complexos dos abordados nas ciências sociais e humanas. Tem sido alvo das mais diversas interpretações e abordagens nos mais diversos campos disciplinares. Embora não seja nossa intenção dissecar por completo o tema, procuraremos aqui mostrar uma visão geral e ao mesmo tempo sucinta do termo e sobretudo abordá-lo nas concepções que habitualmente a Antropologia lhe atribui. As abordagens em torno deste conceito têm sido feitas de acordo com várias perspectivas. Terry Eagleton (2003: 11) referindo-se ao termo “cultura” no sentido etimológico inglês revela que o termo é um dos mais complexos que existe naquele contexto linguístico. Deste modo, segundo o autor a palavra cultura deriva de “cultivar”, de “lavoura” agrícola; o termo é utilizado para descrever as mais elevadas atividades humanas, do trabalho e da agricultura das colheitas e do cultivo. Contudo, segundo Cuche (2003: 30), a invenção do conceito “cultura” (culture) produziu-se na língua francesa do século das luzes, antes de se definir, através de

empréstimos linguísticos, nas outras línguas vizinhas (inglês, alemão). Na verdade, o termo conheceu vários processos de mudanças e adaptação e diferentes aceções ao longo do tempo em função das transformações que foram surgindo no contexto social e político podendo o século XVIII ser considerado o período de formação da palavra no seu sentido moderno. Conforme refere ainda Cuche (2003: 31) “culture”, nesse sentido figurado, começa a impor-se, nomeadamente a partir da conceção referida no *Dictionnaire de l^a Academie Française* (edição de 1718). Porém o termo surge ainda acompanhado de um segundo termo que o determina: falar-se-á assim da “cultura e das letras”, da “cultura das ciências”, como se fosse necessário precisar o objecto cultivado (Cuche, 2003: 30-31). Assim, como já foi referido, a palavra inscreve-se plenamente na ideologia das luzes: a “cultura” é associada às ideias de progresso, de evolução, de razão, que encontramos no núcleo vivo do pensamento da época, para depois, a partir do século XIX, participar da formação dos “Estados Nação”. Cuche (2003: 37) mostra como a ideia alemã de cultura evoluiu, em certa medida ao longo do século XIX, sob a influência do nacionalismo, ligando-se cada vez mais ao conceito de nação. Nesta acepção, a cultura aproximava-se da alma, do génio de um *povo*. A construção da nação cultural precede e solicita a da nação política. A cultura apresenta-se como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e valores morais que constituem o acervo de uma nação, considerado como adquirido de uma vez por todas, e que fundam a sua unidade. É nesta acepção de ‘herança’, que ela se aproxima da noção de património. Em contrapartida, ainda neste contexto em França, a evolução do termo parece ser diferente: muito embora abrangesse os mesmos domínios da arte, das letras, e da produção intelectual, a noção de “cultura” enriquece-se aqui, ganhando uma dimensão mais coletiva focalizando-se mais na ideia de comunidade. Ali ela passa a designar progressivamente um conjunto de caracteres próprios de uma comunidade, mas ainda num sentido muitas vezes lato e vago. Deparamo-nos então com expressões como “cultura francesa (ou alemã) ou com “cultura da humanidade”. O termo “cultura” aparece como próximo do de “civilização”, tornando-se por vezes seu equivalente perfeito. (Cuche, 2003: 37).

Sabe-se que no final do século XVIII, os termos “cultura” e “civilização” eram usados praticamente como sinónimos, sendo “civilização” a palavra mais comum para exprimir a dimensão social contida em “cultura”. Além disso ambas as noções têm implicações ideológicas e foram utilizadas em conflitos entre credos políticos de

carácter progressivo ou conservador, sendo que o termo civilização teve sempre uma tendência discriminatória, evolucionista, servindo de bitola à noção de progresso e evolução das sociedades humanas e, a ideia de cultura estava associado ao grau de sofisticação das sociedades. Porém, e apesar de em alguns casos os dois termos ainda hoje serem confundidos no senso comum, o termo civilização caiu em desuso nas Ciências Sociais, enquanto o conceito cultura foi conhecendo novas mutações e usos, designando, na sua acepção mais inclusiva o conjunto de manifestações do comportamento humano (hábitos, costumes, crenças, suas componentes simbólicas) que caracterizam o homem enquanto ser social.

Na raiz da constituição do campo disciplinar da antropologia, Edward Tylor em 1871, na sua obra intitulada *Primitive Culture* refere-se à cultura como “Aquele conjunto de elementos que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral e leis, usos e quais quer outras capacidades e costumes adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade” (Tylor, 1871). Nesta aceção antropológica o conceito de cultura deixa de referir-se somente às competências intelectuais e artísticas ou seja à “alta cultura” e passa a designar o conjunto resultante da acção dos grupos humanos no seu espaço socio ambiental próprio. Acompanhando o desenvolvimento da disciplina, outros antropólogos pontuaram a evolução da disciplina e, concomitantemente, do conceito. Como refere Leal (2013: 2) Franz Boas e Ruth Benedict tiveram, entre outros, e de forma diferente, grande responsabilidade pela sistematização, operacionalização e impulsionamento do conceito de cultura como conceito central da antropologia, particularmente no seio da vertente culturalista norte americana, pouco dialogante com a antropologia social inglesa. Embora retendo algumas das formulações de Tylor, a antropologia culturalista americana inaugura um novo curso para o conceito ‘moderno’ de cultura, encontrando na obra de antropólogos como Margaret Mead, o veículo que abriu caminho á passagem do conceito de cultura do espaço restrito de uma disciplina, vista á semelhança do seu objecto de estudo como exótica para o *mainstream* da sociedade.

No entanto, importa salientar que o conceito de cultura nesta acepção, tal como aconteceu com outros conceitos positivistas das ciências sociais, provocaram, no último quartel do século XX, inúmeras críticas relacionadas com as controvérsias morais e políticas a ele associadas sobretudo no âmbito do seu processo de concepção evolucionista inicial. Neste sentido, segundo Sahlins (1997: 42) a “cultura” está sob

suspeita, porque serviria para marcar, de forma aleatória, a diferença de costumes entre povos e grupos, e justificar a subordinação dentro de regimes políticos opressivos. Daí as críticas correntes ao conceito de cultura enquanto tropo ideológico do colonialismo: ela seria um modo intelectual de controlo que teria como efeito “encerrar” os povos periféricos em seus espaços de sujeição, separando-os permanentemente da metrópole ocidental progressista. Nesse sentido, a ideia antropológica de cultura, por conspirar para a estabilização da diferença, legitimaria as múltiplas desigualdades, inclusive o racismo, inerentes ao funcionamento do capitalismo ocidental. De acordo com essa visão então de vanguarda, a cultura pode ser entendida como um meio ideológico de subjugação. Assumindo uma linha de abordagem muito mais crítica do termo cultura, e seus abusos pós-modernos, Lila Abu-Lughod na sua obra “Writing Against Culture” (Abu-Lughod, 1991) faz-lhe severas críticas. Por ser antropóloga e ao mesmo tempo apologista das ideologias feministas, na sua abordagem ela faz comparações entre as ideologias machistas (relevância do patriarcado) e a perspectiva antropológica de cultura, declarando que ambas caracterizam-se por possuírem um pendor de discriminação, separação, subalternização. De acordo com Abu-Lughod o conceito de cultura poderia ser visto como uma espécie de “pecado original” da antropologia pois “apesar de sua intenção anti essencialista, o conceito de cultura mantém algumas das tendências para congelar a diferença possuído por conceitos como raça” (Abu-Lughod, 1991: 55 trad. minha), estando assim ligado a projetos hegemónicos de exotização dos subalternos. Em virtude desses riscos inerentes ao conceito de cultura a autora propõe uma solução radical: o abandono do conceito de cultura. Entretanto, e apesar de as críticas e debates sobre o conceito antropológico de cultura ainda se manterem acesos, outros autores não foram tão radicais e céticos: tal é o caso do antropólogo Christoph Bruman, que responde ao texto de Abu-Lughod com outro que intitula “Writing for Culture” (Bruman, 1999) chamando atenção para o facto de que o que seria criticável no conceito de cultura seriam algumas das suas utilizações, mas que estas não estariam necessariamente inscritas no seu código genético. Segundo o autor, foram alguns usos incorretos do termo que contribuíram para as suas conotações indesejáveis, portanto, e apesar destas interpretações, aceções e construções problemáticas, o conceito de cultura deve ser mantido como um termo conveniente para designar as emoções e práticas que surgem no processo regular de interação entre as pessoas e no seio dos grupos sociais. Além disso, e ainda segundo o mesmo autor, no contexto de outras disciplinas científicas e fora do contexto académico o conceito tem sido bem-sucedido e

tem vindo a ganhar popularidade entre o público em geral. Admitindo Bruman que alguns desses usos sejam certamente problemáticos, propõe que o que se deve fazer é ficar atento às suas más utilizações.

A antropologia definiu-se em termos académicos em torno de um objecto de estudo circunscrito às sociedades ditas “exóticas”, “não civilizadas”, consideradas no senso comum como “bárbaras” a luz de uma concepção etnocêntrica da Europa Ocidental. Isso mereceu-lhe depois várias críticas por ter contribuído para a reificação e promoção de um conceito essencialista de cultura e, assim, ter sido conivente e impulsionadora da hierarquização das sociedades ou seja da criação de elementos distintivos discriminatórios. Entretanto hoje o objeto de estudo da antropologia afastou-se, como vimos, desta concepção discriminatória e legitimadora de múltiplas desigualdades entre os grupos sociais que caracterizam as primeiras concepções disciplinares inspiradas em Tylor, e na sua visão evolucionista que polarizava as culturas e as sociedades entre “primitivos” e “civilizados”. Como dissemos os estudos e abordagens antropológicas procuram a todo o custo apartar-se desta imagem negativa inicialmente associada ao termo. O que tem de relevante esta nova forma de abordar e olhar antropológicamente o elemento cultura é o seu carácter abrangente (existem culturas e não cultura), distintivo e ao mesmo tempo particularizador (no sentido de que cada grupo, possui a sua cultura, com elementos peculiares que formam totalidades diferentes) e a sua recusa em hierarquiza-las.

Partindo do pressuposto de que o homem é um ser que cria, inventa e reinventa a sua própria realidade muitos são os autores que hoje consideram a cultura como algo em constante processo de reinvenção. Tal é o caso de Eriksen (1993: 73) que, na sua abordagem refere que em certo sentido, a cultura é inventada, sendo que a relação entre cultura como ideologia e cultura como facto é tênue. A este propósito, e de forma mais radical, Hobsbawm e Ranger (1984: 9) haviam já adiantado, na sua obra intitulada *A invenção das tradições* que algumas vezes as “tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas. Ali se revela que muitos dos elementos e práticas de natureza simbólica, cultural, ou ritual que são rotulados pelos grupos sociais como sendo “tradições” ou práticas antigas e milenares, são na verdade “invenções” recentes as quais rotulam-se como “tradições” (com referência á antiguidade ou longevidade das mesmas). Neste contexto explicam os autores o termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo mas nunca

indefinido. Ele inclui tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo. Na perspectiva destes autores, entende-se por “tradição inventada” “o conjunto de práticas, (de natureza ritual ou simbólica) normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceites; tais práticas visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm e Ranger 1984: 10). Isto é: o passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto. Pelo que, quase sempre as “tradições inventadas” fazem referência ou menção ao passado para estabelecer “supostamente” uma continuidade com o mesmo, o que nas palavras de Hobsbawm e Ranger, é bastante artificial. Ou seja o passado, neste sentido é usado como artifício para dar “autenticidade” às práticas embora nem sempre elas sejam verdadeiramente antigas; a sua ligação fictícia ao passado transmite-lhes esse valor, fazendo com que elas facilmente se mantenham “vivas” ou perenes. Em outras palavras, de acordo com estes autores, as “tradições inventadas” surgem como reação a situações novas que, ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória (Hobsbawm e Ranger 1984: 10). Pode-se perceber nesta abordagem que cultura e tradições são muitas vezes usadas para fundamentarem ideologicamente concepções social e/ ou politicamente criadas. Esta desconstrução das “tradições” tem também constituído mas um argumento para a crítica à antropologia e à concepção clássica de cultura que veiculou.

A este respeito ainda se pode referir a abordagem feita por Marshall Sahlins no seu artigo intitulado “Two or Three Things that Know about Culture” (Sahlins, 1999) no qual faz alusão ao facto de a cultura se ter tornado um elemento “bandeira” através do qual todos os grupos sociais, inclusive aqueles cujos modos de vida estavam condenados ao desaparecimento há décadas atrás, recorrem atualmente para atestar a sua autenticidade identitária. “De repente, todo o mundo tem “cultura”, diz o autor. (Sahlins, 1999: 401, trad. minha). Muitos antropólogos têm referido que as chamadas tradições ostentadas por vários grupos sociais não são por vezes mais do que representações criadas, fabricadas para responder a modelos de desenvolvimento capitalista, e materializando-se na criação de repertórios patrimoniais com um olho no turismo cultural. Assim, tal como afirma Sahlins (1999: 403) a ideia de cultura e

identidade aparece paradoxalmente como estabilizada, mas ao mesmo tempo como mercadorizável e manipulável; o que é chamado de cultura é estrategicamente adaptável a uma nova situação pragmática, especialmente por aqueles que têm poder para o gerir.

Fora da academia, e a nível institucional, o conceito de cultura foi também acompanhando e assimilando as diferentes aceções do conceito de cultura e, concomitantemente, do património. A este respeito a convenção da UNESCO para o património imaterial de (2003) faz referência a esse processo de “fabricação”, produção resultante da ação humana no espaço social e meio natural, no mesmo sentido que o conceito antropológico de cultura enfatiza esse especto. “As referencias ao património cultural imaterial como expressão de diversidade cultural remetem para a ideia de cultura como agente principal da organização da diversidade cultural dos grupos [...]” (Leal, 2013: 6).

Cultura e identidade são dois termos intimamente ligados pois, quando se fala de identidade de um determinado grupo social, a questão cultural está também implícita neste processo como um elemento inerente e característico do mesmo. A questão da identidade está sendo também extensamente discutida na teoria social. Sendo um conceito complexo questiona-se hoje, à semelhança do que aconteceu com o conceito de cultura, o caráter unívoco e essencialista das aproximações mais clássicas. Segundo Cruz (1993: 64) a identidade de um grupo é resultado de um processo de identificações historicamente criadas que conferem sentido ao grupo social e dão-lhe estrutura significativa para que este se assuma como unidade. O mesmo autor ressalta o facto de existirem casos em que o apelo a essa unidade nem sempre é consensual; ou seja, existe uma importante diferença entre “assumir-se como unidade” sob certas circunstâncias e “ser uma unidade”. (Cruz, 1993: 64). Peralta define identidade como sendo uma forma de agregação de pessoas, independentemente do quão diferente possam ser individualmente, implicando isso, simultaneamente, uma forma de distinção para com outra pessoa ou grupo (Peralta e Anico, 2009).

De forma mais sofisticada, Stuart Hall (1992:1) refere que, em essência, o argumento apresentado no quadro da teoria social sobre a temática identidade é o de que as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, entraram em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até então visto como um sujeito unificado. O mesmo distingue três concepções muito diferentes de identidade, nomeadamente as que definiram o sujeito do iluminismo, o

sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo estava baseado numa acepção de pessoa humana como indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de acção, cujo "centro" se constituía quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que pertencendo essencialmente o mesmo – contínuo ou "idêntico" a ele – ao longo da sua existência; o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. A noção do sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autónomo e autossuficiente, mas era formulado na relação com "outras pessoas importantes para ele", que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. Nesta acepção sociológica clássica, a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem (Hall, 1999: 2). Mas são estas coisas que agora estão "mudando". O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não- resolvidas. Esse processo produz o sujeito dito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade, essencial ou permanente (Hall, 1999). É esta ordem de ideias que hoje em dia é popularizada por autores não académicos como Maalouf (2003), que refere que cada indivíduo possui uma identidade composta de muitas afiliações e pertenças. A identidade de uma pessoa está constituída por uma infinidade de elementos que evidentemente não se limitam aos que figuram nos registos oficiais (Maalouf, 1999). A grande maioria das pessoas, desde cedo, pertence a uma longa tradição religiosa; a uma nação, às vezes a duas; a um grupo étnico ou linguístico; a uma família mais ou menos extensa [...]. Na verdade, e tal como refere Handler (1994), o termo identidade tem sido utilizado pelas ciências sociais como referência as três dimensões da vida humana: as das pessoas individuais, as das coletividades imaginadas como individuais e a do conjunto das duas primeiras, articulando o modo como os indivíduos assimilam elementos da identidade colectiva para a sua identidade própria (Handler, 1994: 28). Nesse sentido, identidades individuais e identidades colectivas têm que ser entendidas em conjunto e são ambas indissociáveis entre si e dos contextos sociais e políticos que as configuram.

Um dos contextos de emergência e produção mais activa de “identidades colectivas” e mais analisado recentemente pelas Ciências sociais foi, sobretudo, o do impulso dos nacionalismos. Vários estudiosos se têm pronunciado sobretudo em relação ao facto de as ideologias nacionalistas se terem apropriado do elemento cultura para fundamentarem os seus repertórios políticos. Evans (1999: 1) mostra como nos últimos tempos “a formação da nação” tem vindo a ser vista não apenas como objecto de análise política, geográfica ou económica, mas também como objecto de análise no domínio cultural. “As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; em um sentido importante uma nação é também uma comunidade simbólica que cria muitas vezes poderosas e as vezes patológicas fidelidades a um ideal cultural” (Evans, 1999: 1 trad. minha). O conceito de nação foi de diversas maneiras apropriado, chamado e activado através de dispositivos culturais evocados para a criação de significados, formas e práticas simbólicas que o buscam não só para obter sucesso retórico mas também para obter impacto na vida social e cultural. A este respeito Handler (1985) refere na sua abordagem que a produção de identidade tem sido consistente com a ideia nacionalista, sendo que as nações se apresentam como tendo uma identidade única que pode ser definida por referência a um espaço, tempo e barreiras culturais precisas que são naturalmente *suas* e não fruto de uma construção simbólica. Acredita-se que a nação “nasce” indissoluvelmente ligada a um território limitado e uma história particular, estas ligações são concebidas como naturais, quando na verdade são arbitrárias (Handler, 1985: 211 apud Martins, 2011: 30). Paralelamente a Handler (1985), Smith (1997: 9) refere que não podemos compreender as nações e o nacionalismo apenas como uma ideologia política, mas devemos antes considerá-las também um fenómeno cultural. Ou seja, o nacionalismo enquanto ideologia e movimento deve ser intimamente relacionado com a produção da identidade nacional, um conceito multidimensional e alargado de forma a incluir sentimentos, simbolismo e uma linguagem específica. Não podemos tentar compreender o poder e a atracção do nacionalismo como força política sem basear a nossa análise numa perspectiva mais vasta, cujo centro é o da identidade nacional, encarada como fenómeno social colectivo (Smith, 1997: 9-10). Isto porque de acordo com o este autor aquilo que entendemos por identidade “nacional” implica já uma consciência de comunidade política, por mais ténue que seja. Uma comunidade política, por sua vez, pressupõe a existência de pelo menos algumas instituições comuns e um único código de direitos e deveres para todos os membros da comunidade. A identidade nacional sugere também um espaço social claro, um território bastante bem demarcado

e limitado, com o qual os membros se identificam e ao qual sentem que pertencem (Smith, 1997: 22). O autor considera que “a identidade nacional e a nação são construções complexas, compostas por uma série de componentes interligadas — étnica, cultural, territorial, económica, e político-legal. Estas exprimem os laços de solidariedade entre os membros de comunidades unidos por memórias, tradições e mitos partilhados, que podem ou não ter expressão nos seus próprios estados, mas totalmente diferente dos laços puramente legais e burocráticos do estado” (Smith, 1997: 30).

Tal como Smith (1997), outros autores, como é o caso de Ernest Gellner (1997), Thomas Eriksen (1993), Benedict Anderson (2005) também se debruçaram sobre a temática do nacionalismo, com posturas mais ou menos clássicas, mais ou menos críticas e inovadoras. Todos estes autores compartilham, contudo, a ideia de que o impulso nacionalista surgiu como reação à industrialização e ao desenraizamento das pessoas em relação as comunidades locais, visto que a industrialização implica desenraizamento se não cultural, pelo menos territorial. Gellner na sua obra clássica intitulada *Nations and Nationalism* (1983) refere que o nacionalismo é essencialmente um princípio político, que sustenta que a política e a unidade nacional devem ser congruentes. O nacionalismo como um sentimento, ou como um movimento, pode ser melhor definido em termos deste princípio. Sentimento nacionalista é o sentimento de raiva despertado pela violação do princípio, ou o sentimento de satisfação despertado por seu cumprimento. Sabe-se que a nação é um suporte da identidade coletiva e que as formas de enquadramento político das sociedades procuram associar as estruturas políticas e os laços culturais para criar uma comunidade simbólica que se repercute por vezes na manifestação de fidelidades a um ideal cultural poderoso e muitas vezes patológico; são as chamadas paixões nacionalistas que se revestem de formas diversificadas e são de natureza profundamente emocional. O nacionalismo é um princípio político segundo o qual a semelhança cultural é um vínculo social básico. Os nacionalistas tendem a assumir que o estado é uma instituição universal da sociedade humana (Gellner, 1997: 6, trad. minha). Entretanto, refere o autor que na verdade as nações, como estados são uma contingência, e não uma necessidade universal. Nem nações nem estados existem em todos os momentos e em todas as circunstâncias da História (Gellner, 1983: 6, trad.minha) contrariamente à crença convencional segundo a qual o nacionalismo é uma necessidade social.

Thomas Eriksen, numa abordagem mais crítica e desconstrutiva ressalta o facto de o nacionalismo ser um novo tópico para a antropologia pois a ideologia nacionalista foi durante muitos anos estudada apenas pelos cientistas políticos, macro sociólogos e historiadores (Eriksen, 1993: 98, trad.minha). Benedict Anderson, o autor talvez mais mediatizado sobre esta temática, refere que nação, nacionalidade e nacionalismo revelam-se claramente difíceis de definir, e ainda mais de analisar e que, contrastando com a enorme influência que o nacionalismo exerceu sobre o mundo moderno, a sua teorização plausível foi manifestamente escassa (Anderson, 2005: 22), pese embora o autor considere que não é possível encontrar nenhuma “definição científica” da nação, e considerando que todavia o fenómeno existiu e existe, Anderson propõe a seguinte caracterização de nação: “é uma comunidade política imaginada como intrinsecamente limitada e soberana. É imaginada porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (Anderson, 2005: 25).

Os conceitos cultura, património e identidades, são complexos e por este motivo estão sendo extensamente discutidos entre os teóricos sociais provocando ainda divisão de opiniões entre eles. Mas é precisamente o carater provisório, plástico e imaginativo que todos hoje lhes reconhecem, que os torna abertos à contestação.

2.2. O património como noção dinâmica

Acompanhando as flutuações do conceito de cultura, e também ela fortemente condicionado pela emergência de nacionalismos, a noção de património sofreu uma significativa evolução ao longo das últimas décadas e multiplicaram-se os contextos em que é aplicada, por vezes ultrapassando o pressuposto de uma assumida selecção de algo passado, que se visa preservar no presente e transmitir para o futuro, para abranger, quase aleatoriamente, quer fenómenos naturais, quer as mais diversificadas manifestações culturais, quer de suporte material, quer intangíveis. Lembra-nos Françoise Choay (2014: 11) que a palavra “estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genérico, natural, histórico...), que fizeram dela um conceito “nómada”, prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório”.

Segundo a mesma autora (Choay, 2005: 17), quando utilizado «isoladamente e sem um qualificativo, o termo “património” passou a ter um desmedido poder semântico de acumular as acepções linguística, literária (oral e escrita), prática, arquitetural, urbana, territorial..., quer sejam tomadas à escala local, nacional ou mundial» Referindo que a França foi o primeiro país a lançar a noção de “património” e, nela, a absorver a de «monumento histórico». Choay lembra que antes dos anos 60 do século XX, o termo património só foi utilizado em França, com um sentido próximo do actual, de uma forma furtiva e excecional em dois momentos da sua história: primeiro no início da revolução francesa de 1789, para designar, não sem implicação pecuniária, os bens nacionalizados da igreja e da coroa transformados em «património de todos»; depois, sob impacto da Primeira Guerra Mundial, para denunciar a barbárie da guerra e, novamente com um sentido mais limitado, nas conclusões do congresso internacional (Atenas, 1931) sobre a «conservação artística e histórica dos monumentos» (Choay, 2005: 18-19). Seguiram-se mais tarde outros eventos que «integraram o património na vida nacional»: uma série de etapas na evolução do termo e da nova noção que se impõe progressivamente na Europa e no mundo. *A Convenção do Património Mundial* em 1972 pode ser considerada emblemática da consagração planetária e mediática do vocábulo; desde então, multiplicam-se as conferências supranacionais com este rótulo lexical (Choay, 2005: 19-20). De acordo com a mesma autora, a datação precisa que situa a noção de património no início dos anos 1960, nomeadamente em França, está também relacionada com os acontecimentos e as circunstâncias históricas particulares que terão vindo subitamente transformar a relação entre a civilização da Europa ocidental e o seu passado e, em particular, o seu passado material e edificado. Esta relação tinha sido elaborada especificamente no contexto de dois processos que designa por revoluções culturais. Por um lado o Renascimento, que tem a sua origem na Itália e instaura uma atitude reflexiva assente sobre o conjunto das actividades humanas constituídas em objecto de estudo, abordando os vestígios edificados do passado através do duplo prisma da história (como prioridade) mas também do gosto. Sob a designação geral de «antiguidades», o passado material das sociedades é, assim, sistematicamente escrutinado para fins de conhecimento ou de prazer, graças a uma investigação própria da Europa Ocidental. Continuando a reportar-nos a Choay, uma segunda etapa terá sido marcada pela Revolução Industrial. Em consequência das destruições e das alterações do quadro de vida que ela implicou, as «antiguidades» dão lugar, a partir de então, a uma proteção que aquela autora designa «do tipo museológico, não obstante sempre

devido ao seu interesse para a história e para as artes» (Choay, 2005: 20-21). Refere-se ainda a mais um tipo de revolução, mais recente, a partir dos anos 1960 e que está relacionada com a expansão planetária da noção de património, a revolução designada electro telemática (Choay (2005: 21-22). Também fomentada pela cultura europeia, esta terceira revolução cultural, segundo Choay, alastrou-se rapidamente por todo o planeta e, no espaço das últimas quatro décadas, atingiu frontalmente o conjunto das suas culturas, alterando o seu quadro de vida, assim como a totalidade das suas práticas, comportamentos físicos e mentais, como não acontecia desde a sedentarização da nossa espécie. Dito de outro modo, é no horizonte da mundialização, do seu impacto nas sociedades e da crise de valores assim produzida, que devemos interrogar a noção atual de património e decifrar o seu sentido. A revolução electro telemática, segundo Choay, trouxe novos factores que, conscientemente ou não, intervêm na relação que as sociedades contemporâneas mantêm com o seu passado e na forma como elas a constroem ou desconstroem (Choay, 2005: 22).

Património, segundo uma concepção mais abrangente, que decorre da origem latina da palavra (*patrimonium*) refere-se ao legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras. Ainda que esta definição não tenha perdido validade, não podemos entender o património apenas como os vestígios tangíveis do processo histórico. Todas as manifestações materiais de cultura criadas pelo homem têm uma existência física num determinado período de tempo (Peralta, 2000: 218). O património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma selecção consciente, um grupo significativo de pessoas deseja legar ao futuro. Ou seja, existe uma escolha cultural subjacente à vontade de legar o património cultural a gerações futuras. Assim sendo, existe também uma noção de posse por parte de um determinado grupo, relativamente ao legado que é coletivamente herdado. Esta noção de património, com a ideia de posse que lhe é implícita, sugere-nos imediatamente que estamos na presença de algo de valor. (Peralta, 2000: 218).

Segundo Possamai, “a noção de património surge imbricada no processo de consolidação dos Estados Nacionais, servindo como justificativa ideológica para a construção de uma identidade nacional. Uma vez que foi capaz de propiciar a reunião de restos materiais passíveis de identificar a nação de uma forma homogeneizada, cumprindo várias funções simbólicas, a noção de património passou a ser fundamental pelo seu carácter moral e pedagógico. A partir daí, medidas efetiva são tomadas no

sentido de garantir a preservação daqueles bens que corriam o risco de desaparecimento. Foi nesta perspectiva que se criou a Convenção da UNESCO para a proteção do património mundial cultural e natural em Paris em 1972”.

O património hoje é preocupação de um número expressivo de países em todo o mundo, reunindo profissionais de diversas áreas, que compartilham os postulados técnicos e teóricos relacionados com estas tarefas. (Possamai, 2000: 16). A este respeito Luis Días G. Viana (2006: 152) refere que “o conceito de “património cultural”, tal como é hoje entendido, é em si mesmo bastante tardio e deriva não só da ideia patrimonial de nação, que surge na Revolução Francesa, mas também do posterior movimento romântico e das revisões que suscitou na história, na arte, na natureza, na cultura ou na tradição. A evolução deste conceito trouxe um conjunto de narrativas e de leis, também bastante recentes, que nas suas contradições e discutível aplicação, acabaram por promover um certo tipo de património mas, ao mesmo tempo, potenciaram o desaparecimento de algo que demoramos mais tempo a valorizar: a cultura considerada inferior, popular ou tradicional, anteriormente considerada folclore e atualmente assimilada no que se denomina património etnográfico”.

Juan Agudo Torrico (2006: 21) refere que “o próprio significado conceptual da palavra património diz respeito a referentes culturais que se devem conhecer, valorizar e preservar pelo seu significado na composição de um determinado coletivo, e, em última análise, da própria humanidade na sua diversidade cultural”. Parece, pois, amplamente consensual assumir o património cultural como um bem “próprio”, algo pertencente a todos os membros de uma comunidade e que merece ser, como tal, social e politicamente defendido ou conservado (Viana, 2006: 152).

É importante realçar esta ideia da manipulação ideológica do que pode ser ou não património; quem decide o que é importante preservar é um determinado grupo (elite) e não o colectivo (povo) como um todo. Neste sentido, o património é, e a este respeito existe hoje um consenso generalizado, “uma construção social” (Prats, 1997; Peralta, 2000; Rodrigues, s/d; Torrico, 2006) ou, se quisermos, cultural, porque é uma idealização construída (Peralta, 2000; Prats, 1997). Esta conceptualização salienta ainda que para que determinados elementos se constituam como património têm de ser resgatados de um corpus cultural mais ou menos difuso e sujeitos a uma engenharia social que lhes confere valor e significado. A conversão de objetos e fenómenos culturais em património não é espontânea nem natural. Nem sequer é um fenómeno

cultural universal. Não se produz em todas as sociedades humanas, nem em todos os períodos históricos. O que quer dizer que toda a operação de construção ou activação patrimonial comporta em si mesma uma finalidade. (Prats, 1997; Peralta, 2003). Deste modo, o património é o conjunto de símbolos sacralizados, em sentido religioso e ou ideológico, que um grupo, normalmente a elite - política, científica, económica ou religiosa - decide preservar como património coletivo. Portanto, há uma legitimação social e política do que é ou não património (Rodrigues, s/d; Prats, 1997).

Na mesma perspectiva, Peralta (2003: 85-86) refere que “o património é sempre uma auto definição cultural, materializada em estandartes públicos que se fundamenta no passado e numa especificidade etnocultural, cujos elementos são articulados de forma arbitrária para servir o Projeto coletivo, sendo que esse Projeto é definido, as mais das vezes, por propostas de cunho ideológico emanadas das esferas políticas”.

Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo um sentido colectivo de identidade (Peralta, 2000: 219). O património seria assim um conjunto de símbolos sacralizados que um colectivo decidiria preservar, não pela sua autenticidade, não pela sua ancestralidade, não pela sua genialidade, mas antes pelo facto de pertencerem a uma “extremidade cultural” que se radicaria, não no passado, mas no presente e que se projetaria para o futuro (Peralta e Anico, 2006: 3).

Nesta ordem de ideias, Prats (1997: 22) refere que os parâmetros que definem o que atualmente entendemos por património não são, pois, o seu carácter de construção social (ou de invenção legitimada), nem a sua suposta genealogia. Estes podem ser, na melhor das hipóteses, se interpretados corretamente, os resultados elementares. Mas o fator determinante é o seu carácter simbólico, sua capacidade para representar simbolicamente uma identidade; isto é o que explica como e porquê se mobilizam recursos para mantê-lo e expô-lo.

Por seu lado, Varine (2012: 20-21) define o património (natural e cultural, vivo ou consagrado) como um recurso local que não tem outra razão de ser para além da sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento. Herdado, transformado de geração a geração, o património pertence também ao futuro.

Segundo Bárbara Kirshenblatt-Gimblett (1995: 369, trad. minha), o património é um novo modo de produção cultural no presente, que recorre ao passado. O património

não está perdido e/ou é encontrado, roubado e regenerado. Apesar de um discurso de recuperação, produz algo novo no presente, que recorre ao passado. Tal linguagem sugere que o património está lá antes de sua identificação, avaliação, conservação e celebração (1995: 370, trad. minha). Tal como Kirshenblatt-Gimblett (1995), David Lowenthal (1994: 41), citado por Martins (2011: 37), refere-se ao conceito de património como sendo aquilo com que todos, “coletiva ou individualmente nos identificamos”. “O património destila o passado em ícones de identidade, ligando os precursores e progenitores, com os nossos próprios antecessores e com os nossos sucessores prometidos” (Lowenthal, 1994: 43). Desta forma podemos dizer que o património é aquilo que demonstra a nossa dependência do passado. Podemos considerar que o património é constituído por heranças do passado, sejam elas tradições ou memórias, que nos fornecem as bases para o sentimento de pertença, de identidade, para com um determinado grupo (1994: 45). A crescente busca pela identidade que se tem vindo a perder face aos efeitos da globalização e consequente ideia da homogeneização, origina esta ligação ao passado. “Exclusivo para nós, o nosso passado é diferente do de todos os outros. A sua singularidade valoriza a nossa superioridade” (Lowenthal, 1994: 47). Peralta (2000: 219) aborda a mesma questão, referindo que é através desta identidade passado-presente que nos reconhecemos coletivamente como iguais, que nos identificamos com os restantes elementos do nosso grupo e que nos diferenciamos dos demais (Peralta, 2000: 219). Por todo o lado observam-se “movimentos de revitalização e reinterpretação da especificidade cultural” que parecem constituir reações locais aos efeitos da globalização. Estas preocupações traduzem-se num aumento da afirmação das singularidades locais (Peralta, 2000: 220).

A este respeito, Anthony D. Smith (1986: 174) refere que um dos paradoxos da sociedade contemporânea é o seu apetite pela inovação, associado a uma profunda nostalgia pelo passado. Tal como afirma Peralta (2000: 219), os objetos do passado proporcionam estabilidade, pois se o futuro é aquele destino essencialmente incerto e o presente é aquele instante fugaz, a única certeza que o ser humano possui é a verdade irrefutável do passado. Porém, a forma como a sociedade atual se relaciona com o passado é profundamente influenciada pelo extremo dinamismo que a caracteriza e pela tremenda aceleração da mudança social no período moderno. Por esta razão, os modelos de identificação outrora estabelecidos com o passado, sob a forma de tradição, perdem continuidade. O passado é uma realidade tão distante da experiência individual da

atualidade, é um terreno tão estranho e inóspito que, nas palavras de Lowenthal (1985), é como um *país estrangeiro*. Mas, por outro lado, a história e os seus objectos ganham um valor e um interesse sem precedentes. Face ao fantasma da rutura e da desordem provocado pela ausência de valores simbólicos e de identificação, a sociedade reclama, numa explosão de nostalgia, a recuperação do passado (Peralta, 2000: 219-220). E no contexto desta corrente social nostálgica, o património surge como uma forma de recuperação especialmente eficaz (Peralta, 2000: 219-220). Com efeito, o sentimento de nostalgia é mais fortemente sentido em situações de crise ou de ansiedade (Smith, 1986; Urry, 1990).

Leal (2009: 290) na sua abordagem feita no colóquio intitulado: *Terrenos Portugueses: o que fazem os antropólogos?* referindo-se ao património imaterial ressalta que, se é possível hoje falar com toda a naturalidade de património cultural imaterial, isso deve-se à antropologia e à etnografia, não apenas em Portugal, como em muitos outros países da Europa e no Mundo. Na sua perspectiva, foi no âmbito destas disciplinas que se constituiu historicamente um campo disciplinar onde tradições orais, artes do espetáculo, rituais, práticas sociais, conhecimentos, mitologia, saberes fazer técnicos - que então não se chamavam assim – se constituíram como campos fundamentais de “identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização”.

Segundo Kuutma (2012: 24, trad. minha) “as reivindicações frequentemente pronunciadas e instrumentalizadas para a materialidade ou a intangibilidade do património desenvolveram uma ambivalência essencial. Por um lado, o património cultural de uma forma geral centra-se em lugares ou situações materiais, espaço estético, aspetos experimentais da vivência cultural. A perceção dominante do património inspira-se fortemente nas práticas arquitetónicas e arqueológicas ocidentais europeias de conservação e preservação que o definem como material, monumental, estético e de valor universal. Por outro lado, uma mudança conceitual tem ocorrido na última década, que legitimou o termo “intangível” para definir expressões e práticas (transmissão oral, artesanato, rituais,...)”. No entanto, Laurajane Smith (2006) argumentou que, sob um sentido epistemológico, todo o património é intangível, através do valor atribuído e do seu impacto social (Smith, 2006; apud Kuutma, 2012,). O conceito de património é usado para seleccionar, dar *status* e conferir materialidade à intangibilidade da cultura e da experiência humana (Kuutma, 2012: 24, trad. minha). O “Património imaterial” é um

resultado de uma perspectiva relativista cultural influenciada por tendências pós-modernistas. Se o património mundial da UNESCO designa e promove “valor universal excecional”, então o património cultural imaterial manifesta “representatividade” nas convenções reguladoras e nas indicações sobre os sistemas da lista da UNESCO (Kuutma, 2012: 29).¹

Verifica-se que a partir de um dado momento se interiorizou a ideia de que o património é “bom” e que “perdê-lo” implica também perder a identidade e que isso é “mau” e, portanto, deve ser evitado. A hegemonização deste discurso fez com que, um pouco por todo o lado, e não só nas ditas “ sociedades democráticas ocidentais” se verifique uma cada vez mais intensa ativação de repertórios patrimoniais, tendo sempre como justificação a necessidade de preservação ou verificação da experiência cultural, tida como única e irrepetível, que semelhantes repertórios encerram em si mesmos, no sentido da salvaguarda de uma identidade comum e partilhada (Peralta e Anico, 2006: 1).

Entendido desta forma, o património é definido como a herança coletiva da humanidade. Um dos artifícios utilizados para a construção de narrativas sobre a identidade é, precisamente, a activação de repertórios patrimoniais. O património não é o mesmo que cultura. Mas no sentido que principalmente lhe atribuímos é sempre cultural, pois faz parte de uma cultura enquanto representação metonímica da mesma. É um fragmento selecionado de um corpus de referentes culturais mais vastos, adquirindo, neste processo de seleção, novos significados, que já não se relacionam com a origem do objeto, do lugar ou da manifestação, mas antes se relacionam com outras coisas e outras ideias de forma potencialmente arbitrária (Prats, 2005 apud Peralta e Anico 2006: 3).

¹ Segundo a convenção da UNESCO para a salvaguarda do património cultural imaterial aprovada em Outubro de 2003 entende-se por património cultural imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. Para efeitos da presente Convenção, só será tomado em consideração o património cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos existentes, bem como com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável”.

O património enquanto tema na antropologia é pertinente especialmente porque proporciona o conhecimento de linguagens diferenciadas e remete à memória social, através da qual se constroem e se reconstroem as identidades de grupos, de sociedades, de nações e de povos (Beltrão e Cardoso, 2007: 45).

Filho et al (2007: 21) refere que a atuação dos antropólogos no campo do património não é nova. Se incluirmos no campo do património os museus, será possível sistematizar acções significativas tanto em práticas de recolha e constituição de coleções e de pesquisas em museus, quando em formulação e realização de exposições. A antropologia nasceu nos museus e é marcada pela ideia de preservação desde o início, quando os primeiros pesquisadores da disciplina coletavam objectos e documentos em suas pesquisas de campo e depois os armazenavam nos laboratórios de pesquisa.

Não podemos falar sobre património cultural sem referenciar o museu como instituição cujas acções foram e ainda são significativas para potenciar a acção patrimonial. Simpson (2005:125) debruça-se sobre a origem etimológica do termo museu referindo que o mesmo apresenta uma história com diferentes níveis e relaciona o desenvolvimento do museu europeu com o colonialismo. De acordo com a autora os precursores do museu europeu, com a sua ênfase nos objetos, foram as coleções de relíquias, objetos rituais e tesouros que se guardavam nos templos e igrejas medievais. Tal como refere Choay (2005: 19), Simpson (2005: 126) refere-se também ao Renascimento como sendo um período em que foi crescendo o interesse pela coleção de artefactos, obras de arte e exemplares vindos de todo o mundo e que testemunhavam as criações e modos de vida das diversas culturas do globo. Assim, as primeiras coleções privadas que foram exibidas ao público atraíram tanto curiosos como estudiosos. Desenvolveu-se assim a ideia de museu como uma instituição de base científica para a reunião de coleções e seu estudo, principalmente dedicada à materialidade, à autonomia académica e à divulgação livre de informações.

Os museus multiplicam-se durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Constituíram um espaço em que as potências europeias podiam reescrever as histórias e os feitos oficiais e exibir materiais resultantes da atividade colonial. Estritamente relacionados com a ideologia da construção de nação, foram instituídos museus também nas colónias europeias como forma de exibir o aumento da riqueza cultural das colónias e de criar um sentido de unidade entre as populações e os colonos. O conceito de museu continuou a estender-se e hoje há museus em

praticamente todos os países do mundo, o que demonstra a importância atribuída à preservação e interpretação da cultura, bem como o estabelecimento de serviços educativos baseados nas coleções museológicas (Simpson, 2005: 127).

Kuutma (2012: 22, trad. minha) refere que a grande explosão registada atualmente nos estudos do património é complexa, versátil e geralmente caracterizada por significativas contradições ou interpretações; as discussões sobre o património mostram-se simultaneamente superficiais e profundamente problemáticas. O património é em essência um conceito de valor acrescentado que nunca pode assumir uma conotação neutra. “Património indica o modo de produção cultural com um significado reformativo”. Na mesma ordem de pensamento, Torrico (2006: 22) considera que a noção de património é “historicamente determinada e passível de revisão”, pois a evolução dos seus conteúdos resulta da permanente revisão dos seus significados; ou seja, o conceito de património cultural revela-se como um discurso aberto, abarcando conteúdos muito diversos e integradores. Trata-se de um conceito relativo, que varia com as pessoas e com os grupos que atribuem esse valor, permeável às flutuações da moda e aos critérios de gostos dominantes, matizado pelo figurino intelectual, cultural e psicológico de uma época (Peralta, 2000: 218).

Mas não restam dúvidas de que o conceito de “património cultural”, condicionado na sua própria construção por interesses de todo o tipo, se transformou num fenómeno de grandes repercussões, que pelo papel que desempenha nos processos identitários e de hierarquização das culturas poderá afetar o futuro destas no seu conjunto. Conforme argumenta José Luis García, “não faria sentido legislar sobre a cultura” (ainda que se legisle sempre a partir dela), mas é um facto “que enquanto opção política o património está legislado” (Viana, 2006: 154).

2.3. A educação patrimonial

Falar de educação patrimonial é pensar e considerar a relatividade implicada em torno do próprio conceito de educar e das diferentes perspetivas que a própria educação patrimonial pode abarcar. Neste caso em particular, para abordar a temática referente à educação patrimonial, recorrerei em primeiro lugar a Maria de Lourdes Parreira Horta, na obra intitulada *Guia Básico de Educação Patrimonial* (1999) em co-autoria com Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, que tem servido de referência para muitas abordagens e projetos nesta vertente, no Brasil e não só.

Além disso, em Angola, apesar da experiência ainda pouco desenvolvida neste domínio, tem-se recorrido à experiência do Brasil, recorrendo a algumas publicações do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional brasileiro (IPHAN) e procurando estabelecer contactos e trocas através de participações em colóquios, simpósios e conferências realizadas naquele país. No entanto, há que ter sempre a preocupação de adaptar o processo à realidade e ao contexto do nosso país.

No *Guia básico de Educação Patrimonial* Horta et al (1999) de forma sucinta e elucidativa fornece conceitos, diretrizes e exemplos de acções com vista à educação patrimonial no contexto brasileiro. Embora assim seja, é bem possível, através desta abordagem, retirar algum proveito e refletir sobre o assunto em relação a outros contextos e realidades.

Assim, segundo Horta et al (1999: 6) a educação patrimonial “é um processo permanente e sistemático de trabalho educativo centrado sobre o património cultural como fonte primária de conhecimento e de enriquecimento individual e coletivo”. “A partir da experiência e do contacto direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de educação patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural”.

De acordo com Tinoco (2012: 102) a educação patrimonial é evidentemente um ato pedagógico e, como tal, compreende uma dimensão didática. Entram aqui a escola e o professor, como mediador, pelo que a complexidade da educação patrimonial requer docentes motivados e preparados para essa exigência (Tinoco, 2012: 101).

Trabalhar educacionalmente com o património cultural não pode ser apenas uma tarefa de passagem de informação, baseada em discursos pré-fabricados, mas implica levar o aluno ou aprendiz, no processo de conhecimento - diria eu (re) conhecimento - a identificar os “signos” e os significados atribuídos às coisas por uma determinada cultura, a mergulhar no universo de sentidos e correlações que aquelas oferecem à descoberta, a procurar entender a “linguagem cultural” específica utilizada naquelas manifestações e, finalmente, a envolver-se afetivamente com tais coisas através de vivências e experimentações, de modo a ser capaz de apropriar-se desses “signos” e “textos” culturais. (Horta et al, 2000: 30).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Tinoco (2012: 103) referindo-se a educação patrimonial, parafraseia Antinno Cioffi (2003: 9), afirmando que “estamos perante um caso de educação no sentido mais amplo, a começar pela capacidade de educare - tirar para fora as potencialidades da vida civil, intelectual e moral de cada aluno com o estudo das matérias que é necessário aprender e aprofundar através de uma aproximação correcta ao conhecimento histórico”. Sem tal conhecimento não é possível uma cognição correcta dos bens culturais. Há, pois, que apreender os contornos de determinado contexto para um entendimento adequado da importância do património cultural nas nossas vidas.

Para Souza (2010: 2) a educação patrimonial é um trabalho educacional de consciencialização atribuído a cada indivíduo, de forma individual, com a finalidade de provocar o conhecimento cultural, valorizando o património histórico e suas manifestações culturais. Tal como outros autores anteriormente referenciados, Souza é apologista da perspectiva de trabalhar a temática referente ao património cultural também no contexto escolar, considerando que trabalhar o património cultural no ambiente escolar é desenvolver nos alunos a busca de sua identidade através da herança cultural que o representa.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu património são factores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (Horta, et al 1999: 6). A educação patrimonial é ainda um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajectória histórico-temporal em que está inserido. A educação patrimonial consiste em provocar situações de aprendizagem sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para a sua própria vida pessoal e colectiva (Horta, 1999: 6). Partilham da mesma opinião Oliveira e Wenceslau (2006: 6), referindo que as atividades da educação patrimonial servem para que a comunidade em geral desperte para uma reapropriação de seus bens, sugerindo uma retomada dos valores culturais e históricos relativos a esta sociedade. Referem ainda que a educação patrimonial tem como proposta-chave a consciencialização da população para o património, trabalhando para que haja o resgate e a valorização de uma identidade local, regional ou nacional.

O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimento e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens (Horta et al 1999: 6).

Porém, tal como refere Varine (2012: 137), a educação patrimonial é uma acção de carácter global dirigida a uma população, no seu território, utilizando instituições como a escola e os museus, mas sem se identificar com qualquer uma delas em particular. Podemos assim compreender que as instituições, como escolas, museus, e outras, podem servir como lugares iniciais para essa acção, mas esse processo nunca se pode cingir a estes lugares, pois esta educação não é do tipo escolar, mesmo se utiliza muitas vezes o sistema escolar como passo inicial, e geralmente é mais fácil passar pelas crianças para tocar aos pais e o resto da população e, de qualquer modo, é preciso formar as futuras gerações na utilização dos recursos que se encontram à sua disposição.

É de salientar que enquanto processos ou tipos de acção dirigidos a uma população, as práticas da educação patrimonial são variadas e dependem dos objectivos, da natureza do património considerado, dos meios disponíveis (Varine, 2012: 137). Quer isto dizer que a metodologia de educação patrimonial será específica consoante o processo concreto e os princípios que se quiserem ou pretenderem seguir.

Horta et al (1999: 6) referem que a metodologia de educação patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou a diferentes manifestações da cultura, seja um objeto ou um conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade na área rural, uma manifestação cultural de carácter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, ou qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e o meio ambiente. Nesta mesma ordem de ideias, segundo Oliveira e Wenceslau (2006: 6) a educação patrimonial enquanto prática educacional pretende envolver a comunidade escolar (professores e alunos) e ainda todos aqueles que têm uma relação de pertença com a cultura local, para que sejam perpetuadores do conhecimento e sirvam de objeto disseminador da identidade e da valorização do património nos futuros cidadãos.

Nesse sentido e não nos esquecendo dos aspetos ideológicos que envolvem a temática do património cultural – nomeadamente na própria definição daquilo que é

património cultural, no que respeita os critérios de seleção, e/ou “activação”, preservação e salvaguarda – muitas vezes determinados por interesses socioeconómicos, importa salientar “que a proposta de educação patrimonial não deve ser vista como impositora de uma identidade, como uma obrigação; ela deve sim servir como estímulo, como ponto de partida, apresentando, discutindo e gerando em cada indivíduo a necessidade e o interesse em querer identificar-se com o património, apenas apresentando subsídios para que ele veja dentro da sua comunidade os patrimónios que são significativos para a sua identidade” (Oliveira; Wenceslau, 2006: 7).

Apesar desta perspectiva ideológica que envolve a temática do património, não devemos deixar de considerar o grande valor económico e social do património cultural e natural, no processo de coesão social ou como representação da identidade de grupos sociais, entre outros aspetos.

Na mesma perspectiva, Magalhães (2009: 68-69) na sua abordagem intitulada *Educação Patrimonial, Memória e Património: Alguns Princípios Teóricos* faz referência a dois tipos de educação patrimonial: a educação patrimonial tradicional e a educação patrimonial progressista (transformadora). Segundo o autor, só haverá envolvimento e comprometimento com o património quando houver identificação com ele, o que não deve ocorrer de forma forçada. Incorporar, por meios impositivos, o património na identidade local, configura-se como educação patrimonial tradicional. Para que se alcance uma educação progressista, todos os envolvidos devem ser entendidos como sujeitos históricos, deixando o papel de espectadores e atuando na seleção e interpretação do património histórico e cultural de sua comunidade. Deve-se assim questionar se a população conhece e reconhece o património histórico e cultural previamente selecionado, evitando com isso uma imposição de memórias, percepções ou consciência, levando em consideração a existência de conflitos e contradições que vão além do somatório de memórias e dos processos de ocultamento presente na perspectiva tradicional de educação, e que tem como objetivo a criação de uma ideia impositiva de unidade (Magalhães, 2009: 69).

Neste sentido, a concepção de educação patrimonial denominada transformadora entende o património e a memória como elementos fundamentais para a identificação do indivíduo com o seu meio, o que motiva a “acção-cidadão”, entendendo-a como possibilidade e condição de intervir em sua realidade. De acordo com esta concepção, a educação patrimonial deve ser entendida como instrumento de afirmação de cidadania;

deve envolver a comunidade, levando-a a aproximar-se e a usufruir do património; deve capacitar o indivíduo para a leitura e a compreensão do universo sociocultural em que está inserido; deve produzir novos conhecimentos, possibilitando um enriquecimento individual, coletivo e institucional; deve fortalecer a identidade cultural, estimular o diálogo com os órgãos responsáveis (Magalhães, 2009: 69). Deve ainda sensibilizar a comunidade para a importância da sua memória e possibilitar uma reflexão sobre as memórias dos diferentes grupos sociais, levando-o a perceber que o património não é o belo ou o excepcional, mas as formas de expressão, manifestações, fazeres que simbolizam a memória coletiva (Magalhães et al 2009: 65).

Todavia, segundo Magalhães (2009: 71) não há como pensarmos em preservação efetiva sem antes intensificar uma consciência crítica que leve ao conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural, estimulando a reflexão acerca da identidade cultural e do seu reconhecimento. A educação patrimonial deve proporcionar o conhecimento crítico e levando em consideração a diversidade sociocultural e as possibilidades de apropriação consciente, compreensão e preservação do património.

Não podemos deixar de frisar o papel da UNESCO na inclusão e promoção de ações educativas no âmbito do património cultural e natural. Na Recomendação de 1972 (Proteção do Património Cultural e Natural) da UNESCO incluía-se, em “Acção educativa e cultural”, que ” tendo em consideração o grande valor económico e social do património cultural e natural, deverão ser tomadas medidas para promover e reforçar o seu alto valor cultural e educativo, o qual constitui a motivação fundamental para a sua protecção, conservação e valorização” (Lopes e Correia, 2014). Como podemos constatar nesta convenção na secção VI referente aos Programas educativos, no artigo 27º no ponto 1:

“Os Estados parte na presente Convenção esforçar-se-ão, por todos os meios apropriados, nomeadamente mediante programas de educação e de informação, por reforçar o respeito e o apego dos seus povos ao património cultural e natural definido nos artigos 1.º e 2.º da Convenção”.

Finalmente é importante sublinhar que a educação patrimonial é um processo de aprendizagem permanente, contínuo ao longo da vida, relacionado com as várias dimensões do património (cultural e natural, material e imaterial) podendo ser aplicada em diversos contextos espaciais e realidades sócio culturais.

3. Contexto político e enquadramento da educação patrimonial em Angola

3.1 Uma análise à legislação angolana sobre o património cultural

Uma das primeiras preocupações de Angola após se ter tornado um Estado Nação independente foi a legitimação da soberania angolana sobre o território livre e a assunção da cultura e da identidade cultural local que não era legitimada pelo seu colonizador devido as suas características de gestão política.

Deste modo, de acordo com a perspectiva do trabalho em questão, torna-se necessário efetuar uma breve abordagem analítica dos principais normativos legais da República de Angola consagrados no âmbito do património histórico e cultural.

Um ponto particularmente relevante que se verifica nos principais normativos consagrados no âmbito do património cultural angolano é a questão do resgate e enquadramento dos elementos culturais não consagrados pelo sistema colonial, (particularmente á entidade colonial que a tinha sobre sua jurisdição), uma vez que na sua perspectiva os considerava como insignificantes. Como se pode constatar logo no preâmbulo da constituição da República de Angola (2010), é evidentemente explicitada a matriz cultural do “Nós o povo de Angola”, inserindo-a claramente num espaço cultural demarcado:

“Invocando a memória dos nossos antepassados e apelando à sabedoria das lições da nossa história comum, das nossas raízes seculares e das culturas que enriquecem a nossa unidade;

Inspirados pelas melhores lições da tradição africana – substrato fundamental da cultura e da identidade angolanas; (...) ”

Como já é sabido a identidade nacional sugere também um espaço social claro, um território bastante bem demarcado e limitado, com o qual os membros se identificam e ao qual sentem que pertencem.

A consagração da matriz cultural angolana é também evidenciada no Decreto presidencial referente à política cultural, de que se transcrevem as primeiras linhas da parte introdutória:

“Considerando que as valiosas tradições de Angola constituem balizas que definem o carácter identitário do povo angolano e transmitem princípios e valores que nos diferenciam dos de mais povos;

“ A angolanidade funda-se nos elementos forjados ao longo de gerações, que, pela sua unidade na adversidade, nos dão um sentido de identidade coletiva e, naturalmente, de continuidade. A angolanidade representa um conjunto de memórias partilhadas sobre acontecimentos históricos, mitos, tradições, costumes e ritos, um sistema de valores, que partilhamos ou em que nos revemos, ou ainda que reconhecemos ser nossos;

“São estes valores que dão corpo e sentido à angolanidade e que se traduzem na nossa maneira de sentir e estar no mundo e perante a vida, na nossa atividade quotidiana e nas criações espirituais que produzimos (...).”

A reivindicação desta herança que forma a identidade angolana e a sua cultura não se confina ao espaço cultural interno (como mera ressonância de uma cultura continental africana); manifesta-se na assunção de uma identidade africana e até na projeção da ação do Estado Angolano no plano das relações externas, no contexto africano (Lopes: 2012: 2).

Uma vez que grande parte dos países africanos subsaarianos são territorialmente “artificiais”, definidos pela colonização à revelia das realidades étnicas endógenas e de anteriores formas de organização política e social, baseadas em relações de filiação e aliança e outras configurações políticas de caráter regional, a política nacional cultural angolana parece continuar a negligenciar em certa medida essas realidades e a assumir um padrão sociocultural e político de acordo com a realidade nacional do país. Evidencia-se entretanto um certo paradoxo em alguns pontos destes normativos tendo como padrão as convenções internacionalmente estabelecidas pela UNESCO para o Património cultural que muitas vezes não se coadunam com a realidade sociocultural angolana e cujos regimes são estabelecidos por meio de negociações entre actores a nível internacional. Acaba-se de certa forma voltando à questão das influências exógenas impostas, desta vez não sendo à revelia, pois que mesmo na condição de estado nação autónomo assumem-se compromissos promovidos e deliberados por atores exógenos e que os órgãos de poder tentam a todo custo adaptar a realidades locais.

Como já fora frisado anteriormente, as políticas culturais internas são subsidiárias de compromissos internacionalmente assumidos; entretanto, como é de praxe os Estados signatários de Convenções Internacionais devem transpor para a ordem jurídica e governativa interna as suas disposições. Nesse domínio é evidente, de uma forma genérica, nos normativos legais angolanos vocacionados ao património cultural a consagração destas disposições. Só a título de exemplo, o organismo público

(Ministério da Cultura) no artigo 13º (Gabinete e Intercâmbio Internacional) encarregue de assegurar, acompanhar todos os contactos necessários ao estabelecimento das relações entre Ministérios e organismos internacionais, no seu ponto 2., nas alíneas a), c) e d) define como uma das suas competências:

“a) Assegurar e acompanhar o cumprimento das obrigações de Angola com respeito internacionais de que seja membro no domínio da cultura;

c) Colaborar na elaboração de estudos para a ratificação de convenções, acordos e tratados internacionais (...);

d) Participar na elaboração de tratados de cooperação nos domínios da cultura com os diversos países e organizações internacionais;”

A este propósito, Lopes (2012: 16) faz referência a uma notícia publicada no jornal *O País* (online), a 07 de Junho de 2012, intitulada “Angola estuda Convenção da UNESCO”, segundo a qual terá havido um encontro promovido pelo Ministério da Cultura com o concurso da UNESCO, visando, entre outras questões, assessorar o governo angolano na ratificação de algumas convenções. Ainda segundo a mesma fonte Angola ratificou duas (nomeadamente a Convenção sobre medidas que devem adotar-se para proibir e impedir as importações, exportações e a transferência de propriedade ilícita de bens culturais² e a Convenção para a proteção do património mundial cultural e natural³) e aderiu a outras duas (nomeadamente a Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado e regulamento para a aplicação da convenção⁴; e a Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais⁵) comprometendo-se assim internacionalmente.

Não obstante este facto, a temática sobre o património cultural em Angola tem-se tornado pertinente, mobilizando elementos dos mais variados estratos sociais para esta causa. Embora os padrões que regem as ideologias patrimonialistas sejam adotados de realidades exógenas, o facto principal é que todos estão mobilizados por uma mesma causa: o resgate, preservação e valorização do principal elemento identitário das sociedades, o conhecimento da sua história e do legado que atesta a existência do

² Paris, 14 de Novembro de 1970. Angola ratificou a 07 de Novembro de 1991.

³ Paris 16 de Novembro de 1972. Ratificada igualmente a 07 de Novembro de 1991.

⁴ Haia, 14 de Maio de 1954. Angola aderiu a esta Convenção a 07 de Fevereiro de 2012.

⁵ Paris, 20 de Outubro de 2005. Angola aderiu a esta Convenção também a 07 de Fevereiro de

homem no meio natural e no espaço social. A sociedade angolana tem a necessidade de começar um árduo trabalho de resgatar e de conhecer todo um repertório da experiência vivida no período de colonização que ainda não teve a oportunidade de o fazer.

3.2. A política cultural angolana

A política cultural aprovada em Janeiro de 2011 pelo executivo reconhece que o património cultural e natural representa um dos pilares do desenvolvimento sociocultural e económico de Angola. Por conseguinte, esse património deve ser objeto de tutela do direito e, portanto, deve ser preservado e valorizado a todo custo (Domingos, 2013: 269).

Um dos pontos ressaltados inicialmente neste documento é a questão da diversidade cultural e étnica existente em Angola considerando que ela constitui uma riqueza para o património cultural nacional, pois este requisito confere a Angola um carácter distinto do qual deriva uma identidade própria e única devendo ser preservada, enriquecida e desenvolvida, com vista a consolidar um firme sentido de identidade. Ainda de acordo com a política cultural angolana, todos os elementos e sistemas de valores, profundamente enraizados pelas diversas comunidades que constituem o povo angolano, manifestam-se no dia-a-dia através das tradições, crenças, artes e sobretudo das línguas que representam o essencial da multifacetada identidade (des) nacional.

Entre outros aspetos é também referenciada a questão dos processos de globalização sendo que estes propiciam o contacto com elementos exteriores podendo estes enriquecer ou debilitar os valores culturais e normas sociais nacionais. Este cenário observa-se um pouco por todo o lado, uma vez que a crescente busca pela identidade, que se tem vindo a perder face aos efeitos da globalização e consequente ideia da homogeneização, origina esta busca pelo passado, pelos valores culturais tradicionais, como uma forma de se distinguir dos demais grupos sociais. Porém, observam-se por toda a parte movimentos de revitalização, reinterpretação e reafirmação da especificidade cultural que, no fundo, constituem reações locais aos efeitos da globalização. Estas preocupações traduzem-se num aumento da afirmação das singularidades locais. Paradoxalmente, as sociedades contemporâneas tendem a buscar constantemente aspetos inovadores de vária ordem (cultural, social, política) mas ao mesmo tempo têm esta profunda necessidade nostálgica de busca pelo passado, o antigo, o tradicional.

Deste modo, de acordo ao que se encontra descrito na política cultural, o desenvolvimento e o fomento da cultura nacional deverão permitir que o povo angolano e as suas instituições se dotem de capacidades para fazer face a todas as consequências daí decorrentes, e assim preservar a sua identidade, sem recorrer a práticas contrárias aos direitos humanos ou valores essenciais da sua memória coletiva.

A política cultural exalta também o respeito pelos outros povos e culturas, na qualidade de membro da Comunidade Internacional, com a convicção de que, no mundo de hoje, todas as culturas têm direito a sobrevivência, o que exige dos actores políticos a promoção de medidas tendentes a estabelecer uma sã consciência entre as comunidades, dentro e fora das suas fronteiras, criando, assim, condições para um enriquecimento das várias culturas.

A política cultural assenta fundamentalmente nos princípios de:

- Preservação da identidade cultural;
- Igualdade no tratamento das diversas culturas a preservar;
- Reconhecimento de pertença das diversas culturas a uma comunidade comum e a um destino comum, o da Nação Angolana;
- Princípio da Unidade Nacional.

Entretanto, é claramente evidenciado nos princípios que norteiam a política cultural angolana que a variável cultura é usada estrategicamente como elemento fomentador da ideologia nacionalista angolana no sentido de legitimar uma cultura nacional e garantir deste modo a manutenção das identidades locais.

3.3. A lei do património cultural

À semelhança do que se observa nos outros normativos referentes ao património cultural, a lei do património cultural lei nº 14/05 de 07 de Outubro, logo nas suas primeiras linhas, explicita a intenção de criação e exaltação de um espírito de cidadania, patriotismo, nacionalismo... para fomentar uma ideologia de preservação dos elementos seleccionados como sendo o património cultural angolano, na qual revela a necessidade *“do estado angolano adotar uma política de defesa do património cultural dotada de instrumentos jurídicos, que classifiquem, garantam a proteção, necessária e concedam apoio e incentivo às entidades públicas ou privadas que possuam ou cuidem de bens materiais e imateriais, móveis e imóveis, integrantes do património cultural; por conseguinte, são referenciados os elementos*

culturais autóctones com um argumento segundo o qual *“as valiosas tradições de Angola constituem balizas que definem o carácter identitário do povo angolano e transmitem princípios e valores que os diferenciam dos demais povos”*

Esta lei conceptualiza e define o património cultural e clarifica as responsabilidades e competências no domínio da preservação do património cultural a nível nacional, provincial e local.

De acordo com a lei do património cultural entende-se por património cultural *“todos os bens materiais e imateriais, que pelo seu reconhecido valor devem ser objecto de tutela do direito. Constituem, ainda, património cultural angolano quais quer outros bens que, sejam considerados como tais, pelos usos e costumes e pelas convenções internacionais, que vinculem o estado angolano”*.

Logo no artigo 3º (Reconhecimento e tutela), no seu ponto 1., tipificam-se as categorias do património acompanhando os critérios internacionalmente vigentes:

“São reconhecidos e valorizados como bens de interesse cultural relevante as línguas nacionais, os testemunhos históricos, paleontológicos, arqueológicos, arquitetónicos, artísticos, etnográficos, biológicos, industriais, técnicos e todos os documentos gráficos, fotográficos, discográficos, filmicos, fonográficos, bibliográficos, refletindo valores da memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, exemplaridade, singularidade e outros bens culturais, que pela sua natureza mereçam a tutela do Estado angolano.”

No que tange à salvaguarda e proteção do património cultural angolano, plasmada na lei no seu artigo 4º, são especificadas as responsabilidades dos órgãos governamentais, não-governamentais e da sociedade em geral relativamente à salvaguarda e proteção dos elementos consagrados como património cultural nacional. Segundo aquela lei:

“o processo de levantamento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural incube especialmente ao estado, aos governos provinciais, às administrações locais, às autarquias locais, aos proprietários possuidores ou detentores de quais quer suas parcelas e, em geral, às instituições culturais, religiosas, militares ou de outro tipo, às associações para o efeito constituídas e ainda aos cidadãos”

No entanto, neste mesmo artigo e mais especificamente no ponto 4. é mencionado o papel e enquadramento da “população” e ou cidadãos neste processo como se pode constatar no parágrafo abaixo:

“ As populações devem ser associadas às medidas de proteção e de conservação e solicitadas a colaborar na dignificação, defesa e fruição do património cultural”

É bem evidente que o Estado Angolano assume como seus os desígnios da defesa da cultura angolana, da conservação e salvaguarda, seleção e classificação dos elementos do património e da identidade nacional. Entretanto, note-se que os cidadãos são também responsabilizados, sobretudo no sentido de participarem no processo de conservação e salvaguarda do património cultural angolano pelo que, denota-se uma tendência em enquadrar outros agentes da sociedade que não sejam só as instituições vocacionadas para o efeito para participarem deste processo resgate dos seus referenciais culturais.

Um pouco mais além, concretamente no artigo 12º da lei, na secção referente a competência para desencadear a classificação, no seu ponto 1, são também atribuídas a pessoas singulares e coletivas a competência no processo de classificação dos possíveis bens patrimoniais:

“O processo de classificação pode ser desencadeado pelo ministério da tutela, pelos governos provinciais, pelas administrações locais ou por qual quer pessoa singular ou coletiva”.

Neste ponto verifica-se um pouco mais de abertura da lei relativamente ao enquadramento e participação “activa” das comunidades em geral no processo de classificação dos bens patrimoniais, embora não esteja certa sobre o alcance vinculativo deste na prática e ache necessária a integração e participação mais concreta e activa de uma parte significativa dos elementos e membros das comunidades implicadas no processo de patrimonialização dos bens culturais.

3.4. Regulamento do património cultural imóvel

O regulamento do património cultural imóvel é também um dos normativos consagrados no âmbito do património cultural angolano aprovado por Decreto Presidencial nº 53/13 de 6 de Junho de 2013. O mesmo visa, entre outros objectivos, a

regulamentação das normas e dos procedimentos de proteção, preservação e valorização do património cultural imóvel angolano, prevista pela lei nº 14/05 de / de Outubro.

Este regulamento, tal como os demais normativos nacionais consagrados no âmbito do património cultural, tipifica os elementos integrantes do património cultural imóvel seguindo os critérios internacionalmente vigentes segundo os quais consideram-se património cultural imóvel, os «Monumentos», «Conjuntos», «Zonas Históricas», «Paisagem Urbana Histórica», «Sítios», todos estes com características excepcionais e com particular relevância cultural, histórica, científica ou social.

De acordo com as prerrogativas expostas neste normativo, mais concretamente no artigo 5º sob o título Direito à fruição no seu primeiro ponto, considera-se como um dos direitos e deveres dos cidadãos a preservação, defesa e valorização de todo o património imóvel enquanto parte da cultura nacional; pode-se também constatar, neste caso, que a responsabilização incumbida aos cidadãos limita-se fundamentalmente à questão atinente à preservação, salvaguarda e valorização dos bens patrimoniais imóveis considerados nacionais, como se pode verificar nos artigos 5º e 6º respetivamente:

Artigo 5º, ponto 1. *“É direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar os monumentos, zonas históricas, paisagens urbanas históricas ou sítios enquanto parte da cultura nacional”*

Artigo 6º, ponto 1. *“ O estado promove a sensibilização e a colaboração dos cidadãos na preservação, salvaguarda e valorização do património cultural imóvel”*

Entretanto, constata-se que em diversos pontos destes normativos é evidentemente explicitada a intenção de exaltar através do património cultural o espírito de nacionalismo, patriotismo, sentimento de pertença, auto estima coletiva..., chamando à responsabilidade de todos os cidadãos no processo de preservação e salvaguarda dos elementos constituídos como sendo património cultural de todos os angolanos.

3.5. O sistema educativo angolano

Angola foi durante cerca de 5 séculos, colónia portuguesa e conquistou a sua independência a 11 de Novembro de 1975. A lei constitucional angolana consagra a educação como um direito para todos os cidadãos, independentemente do sexo, raça, etnia e crença religiosa (INIDE, 2003: 2).

Em 1977, dois anos após a independência, aprovou-se um novo sistema de educação e ensino cuja implementação se iniciou em 1978 e é essencialmente

caracterizado por princípios gerais que visam a igualdade de oportunidades no acesso e continuidade de estudos, a gratuidade do ensino a todos os níveis e o aperfeiçoamento permanente do corpo docente (INIDE, 2003:2).

Os princípios gerais que caracterizam o atual sistema de ensino angolano procuram antes de tudo consagrar os elementos como o acesso, e gratuidade no sistema escolar, visando sobretudo depurar por completo a visão segregacionista e discriminatória usada e implementada pelo sistema colonial relacionado com a educação e o ensino, cuja característica principal consistia na exclusão dos colonizados no acesso à escola uma vez que a educação estava direcionada a uma pequena elite (sobretudo de colonos). Como refere Macongo (2009: 2) uma das grandes marcas que se regista em todo o processo de colonização é, por um lado, a promoção de povos de nível cultural e civilizacional “ditos” superiores e, por outro lado, a negligência do colonizador em relação ao colonizado de deveres inalienáveis, manifestos nos domínios da educação, da saúde, e sobretudo, a interferência no domínio político que se estabelece nas relações humanas entre os elementos de uma determinada realidade sócio histórica.

Em consonância com o sistema político, económico e social instaurado em 1975 foi definida a política educativa em 1977 por forma a corresponder às necessidades do país e à consolidação da Independência Nacional (Bandula, 2014). Este sistema é constituído por um ensino geral de base de oito classes (das quais as quatro primeiras, obrigatórias), por um ensino pré – universitário com seis semestres, um ensino médio de quatro anos (com dois ramos, técnico e normal) e um ensino superior.

Apesar de ter havido mudanças significativas no sistema de ensino e educação angolano após a independência, alguns elementos adoptados pelo sistema colonial mantiveram-se; tal é o caso da língua portuguesa, pois o ensino nas escolas é até ao momento ministrado em língua portuguesa, tendo esta sido oficializada como língua veicular do país. Não obstante este facto, conforme exposto no artigo 9º da lei de bases do sistema de ensino no ponto 2. o Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização do ensino em línguas nacionais; em conformidade, foram recentemente incluídas no currículo nacional o ensino das línguas nacionais.

Entretanto, outros pressupostos legais voltados à educação foram sendo aprovados e implementados em Angola, ou seja foram sendo adoptadas outras reformas no sistema educativo. Em 1986, o Ministério da Educação efetuou um diagnóstico do

sistema de educação que permitiu fazer um levantamento e uma auscultação das necessidades e das debilidades do sistema. Com base nesse diagnóstico chegou-se à conclusão da necessidade de uma nova reforma educativa e foi possível então traçar as linhas gerais para a mesma (INIDE, 2003: 3).

Deste modo, visando a necessidade de levar a cabo a escolarização de todas as crianças em idade escolar, de reduzir o índice de analfabetismo de jovens e adultos e de aumentar a eficácia do sistema educativo, foi aprovada a Lei de Bases do Sistema de Educação, lei nº 13/01 de 31 de Dezembro de 2001. A mesma visa também dotar e capacitar os cidadãos de modo a responder às novas exigências de formação dos recursos humanos, necessários ao progresso sócio- económico da sociedade angolana.

Apontam-se como objectivos gerais desta lei, os seguintes:

- Promover o desenvolvimento da consciência pessoal e social dos indivíduos em geral e da jovem geração em particular, o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, pela tolerância e cultura de paz, a unidade nacional, a preservação do ambiente e da consequente melhoria da qualidade de vida;

- Fomentar o respeito devido a todos os indivíduos e aos superiores interesses da nação angolana na promoção do direito e respeito a vida, à liberdade e à integridade pessoal;

- Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos em actitude de respeito pela diferença de outrem, permitindo uma saudável integração no mundo.

Este documento contém o delinear do que se pretende com esta acção e o novo sistema cuja estrutura integra os seguintes subsistemas:

- Subsistema da educação pré-escolar;
- Subsistema do ensino geral;
- Subsistema do ensino técnico profissional;
- Subsistema de formação de professores;
- Subsistema de educação de adultos;
- Subsistema do ensino superior.

O universo social deste trabalho de projecto insere-se no subsistema do ensino geral concretamente no primeiro ciclo do ensino secundário, em relação ao qual irei fazer uma breve abordagem à sua caracterização e enquadramento.

A reforma curricular como componente fundamental do sistema educativo integra o ensino geral, composto por um ensino primário de seis classes, e dois ciclos, cada um deles com três classes. O primeiro ciclo do ensino secundário abarca três classes, nomeadamente a sétima, oitava e nona classe com um conjunto de disciplinas correspondentes, conforme consta no plano de estudos. Este ciclo constitui um aprofundamento dos conhecimentos e habilidades adquiridos no nível anterior. No plano de estudos do primeiro ciclo do ensino secundário constam, um total de doze disciplinas, que irão possibilitar ao aluno, após a conclusão da nona classe, prosseguir os estudos no segundo ciclo do ensino secundário, ou nos Institutos médios técnicos e normais (INIDE, 2003: 5).

De acordo com o estabelecido no programa curricular da lei de bases do sistema da educação, presume-se que haja neste ciclo uma progressão de conhecimentos e habilidades a adquirir pelos alunos a nível das três classes, tendo em conta a harmoniosa distribuição dos temas, dos conteúdos e das disciplinas, nos três anos que compõem o ciclo. Os conteúdos e temas deste ciclo de estudos apresentam uma articulação horizontal e vertical tendo em atenção os cruzamentos que os mesmos possam ter; as sugestões metodológicas devem ter em conta as actividades propostas pelas respectivas disciplinas, os objectivos gerais, e os objectivos específicos definidos para este ciclo, de modo a contribuir para aquisição do saber, saber fazer e do saber ser. (INIDE, 2003: 5).

Segundo as disposições desta lei, o ensino secundário tem como função social proporcionar aos alunos os conhecimentos necessários e com a qualidade requerida, para levá-los a desenvolver as suas capacidades, aptidões e promover uma cultura de valores para a vida social e produtiva que o país exige; o próprio carácter da função social do ensino secundário impõe o alcance de metas mais exigentes de desenvolvimento técnico-científico dos programas e conteúdos, tendo em vista, tanto quanto possível, a natureza sociocultural dos alunos.

Neste subsistema de ensino (primeiro ciclo do ensino secundário), a faixa etária dos alunos corresponde à idade de doze a dezasseis anos. Por considerarmos as escolas e o período formativo em questão, (primeiro ciclo do ensino secundário) o espaço e o tempo ideal para se iniciar o processo de estímulo, sensibilização, consciencialização e

apropriação da herança cultural, sendo este um espaço vocacionado para acompanhamento, desenvolvimento e formação dos indivíduos que achou-se pertinente e oportuno proceder à criação de uma proposta de metodologia de educação patrimonial em Angola, potencialmente aplicada em diversos âmbitos sociais. Contudo, a sua materialização, neste trabalho, incidirá sobre as escolas de ensino de base (ensino geral), concretamente do primeiro ciclo do ensino secundário que corresponde à sétima, à oitava e à nona classes.

No contexto deste novo currículo do sistema de ensino, ao longo de toda a acção pedagógica, consideram-se aspetos como a multiplicidade de culturas das várias regiões etnolinguísticas existentes no país e outros, com vista a proporcionar ao aluno a aquisição e o desenvolvimento de atitudes e valores que contribuam plenamente para a sua formação integral. Acrescentaria a este ponto ainda a necessidade de estimular e desenvolver no aluno o senso crítico e de juízo de valor com relação aos aspectos inerentes a multiplicidade sociocultural existente no país, no sentido de que possa ter consciência e sensibilidade na escolha e eleição dos aspetos relacionados com o património cultural nacional.

3.6. A questão da educação patrimonial em Angola

A educação entendida como um fenómeno de carácter social é o processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, a fim de melhor se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo. Assim, no quadro legislativo angolano têm sido salvaguardados todos os elementos que alavancam o estado de desenvolvimento em todos os sentidos e sectores sociais quer sejam económico, político, social e também cultural.

As abordagens e acções sobre o património cultural em Angola revelam-se ainda muito escassas, apesar da existência de instituições e instrumentos legais encarregues do tratamento desta matéria. Tal como revela Caboco (2012:12) até há pouco tempo reservava-se ao Ministério da Cultura a quase exclusividade no tratamento das questões da preservação e da implementação da “política patrimonial” e aquele muitas vezes ainda chega a agir como um actor solitário nesta causa. Felizmente, acrescenta o autor, o cenário tende a mudar, pois começam a aparecer novos atores na causa da preservação patrimonial; quer no âmbito do próprio estado quer no âmbito da sociedade civil surgem novos interventores, a partilharem iniciativas, direitos e até mesmo responsabilidades.

Apesar do aumento do número de intervenientes e actores que têm aderido à causa da preservação patrimonial, urge ainda a necessidade de integrar sobretudo as comunidades, produtoras, detentoras e, em minha opinião, principais guardiãs do património cultural. Na mesma linha de pensamento, Caboco (2012: 12) revela que seria inconcebível, hoje, pensarmos e abordarmos a preservação do património sem a activa participação das comunidades e das suas associações representativas neste processo. Acrescenta ainda que outra forma de dividir estas responsabilidades é sem dúvida através do alargamento do volume de informações sobre o património, a sua importância no contexto da memória colectiva e os desafios da sua preservação e valorização, não somente pelas gerações presentes, mas também pelas gerações futuras.

Se nos debatemos com a problemática de escassez de abordagens e de acções no âmbito do património cultural, mais complexo ainda se revela o quadro no que concerne a temática “educação patrimonial”, conceito ainda recente no contexto angolano.

Mas, apesar da situação acima reportada e como já se fez referência anteriormente, existe em Angola um quadro legislativo consagrado no âmbito do património cultural que dita as diretrizes, as prerrogativas de implementação de acções no âmbito do património cultural nacional. Deste modo, na perspectiva educacional encontramos:

No artigo 52º da lei do património cultural nº 14/05 de 7 de Outubro (Promoção de acções educativas) no seu ponto 1. a seguinte descrição:

“ O governo deve empreender e apoiar acções educativas capazes de fomentar o interesse e respeito público pelo património cultural, como testemunho de uma memória coletiva definidora da identidade nacional”.

No ponto 2. refere que

“devem ser tomadas medidas adequadas à promoção e realce do valor cultural e educativo do património cultural, como motivação fundamental da sua protecção, conservação, valorização e fruição, sem deixar de ter em conta o valor socioeconómico desse mesmo património, na sua qualidade de recurso activo a ter em conta na dinâmica de desenvolvimento do país”.

É dentro desta formulação que a legislação angolana referente ao património cultural abre espaço para acções de âmbito educacional.

Emanuel Caboco (2013: 11), num dos seus artigos publicado no jornal angolano “Cultura”, ressalta a necessidade e preocupação do executivo angolano, sobretudo aquela parcela responsável pela manutenção e salvaguarda dos aspectos culturais e étnicos nacionais, de se pôr em prática no âmbito da política cultural nacional um programa específico e estruturante no campo da educação e olhar-se para a escola como “organismo cultural”. Propõe-se também que se deve olhar para outras instituições culturais (museus, centros históricos...) como autênticos lugares do saber; esse programa seria responsável pelo desenvolvimento de um processo natural de conhecimento e interpretação da cultura através da escola. Na sua perspectiva já se têm dado alguns passos para a concretização deste plano, considerando que a introdução das línguas nacionais em vários níveis de ensino do país seja já um bom começo. Porém reconhece que existem outras questões que devem ser ainda construídas e desenvolvidas no seio dos estudantes.

Têm sido tomadas outras iniciativas para a materialização do plano executivo no âmbito da educação patrimonial, tal como a realização de uma conferência internacional sobre a educação patrimonial em Angola, na qual foram discutidas e analisadas as hipóteses e possibilidades de implementação de acções de educação patrimonial no país.

Emanuel Caboco, funcionário do Ministério da cultura (atualmente responsável pela secção dos monumentos e sítios) reporta num dos seus artigos sob o tema “Conferência Internacional sobre Educação Patrimonial em Angola”, publicado no jornal angolano “Cultura” um resumo sobre o que se debateu nesta conferência e traz-nos algumas reflexões acerca das propostas e soluções encontradas.

Refere ele que primeiramente é necessário, tal como sucede com a saúde ou com o ambiente, que hoje já passaram a ser tratados ou encarados como problemas de massas, que o património seja incluído na “agenda escolar”, ultrapassando os estritos limites das suas atuais abordagens, pontuais, reduzidas e restritas a favor, quase sempre, de uma certa elite. Ele descreve também algumas etapas que na sua ótica seriam as principais no domínio do património, a começar pela construção de uma “atitude patrimonialista” de quem pode ensinar, educar ou transmitir o conhecimento sobre o mesmo. A segunda etapa passa pela inclusão no currículo escolar, tornando-se numa disciplina, como a educação cívica e moral e a educação ambiental, que trataria da questão a partir dos aspectos conceptuais introduzidos nos manuais escolares e,

finalmente, quase que corresponderia a uma extensão do conhecimento ou disciplina em especialidades até ao nível do ensino superior (Caboco, 2012: 12).

A par das etapas mencionadas, acrescenta o autor, deveriam também ser incluídos no processo de informação, formação e acesso à memória e ao património os órgãos de comunicação social, embora estes ainda produzem muito pouca informação sobre esta temática, simplesmente porque para a maior parte desses órgãos a notícia ou informação a esse respeito carece de interesse ou audiência. E temos de facto poucos órgãos que se dediquem à divulgação da informação objetiva sobre o património e sobre a cultura, de um modo geral (Caboco, 2012: 12). Neste sentido e, sem sombra de dúvidas os mídias contribuiriam bastante para pelo menos despertar o interesse das pessoas em geral sobre o assunto e, levá-los a questionarem, debaterem, opinarem e até mesmo a criarem as suas próprias opiniões e perspetivas a cerca dele.

Na minha opinião dever-se-á antes de implementar qualquer programa ou plano de integração de acções sobre o património cultural nas instituições escolares, fazer um estudo ou pesquisa de diagnóstico junto dos educadores e educandos no intuito de conhecer as suas prestativas ou visões sobre o mesmo e só depois implementar o programa, já muito bem adaptado às suas próprias perceções sobre a temática. Ou seja, o conteúdo programático neste âmbito deve ser integrativo e aberto e ser construído na aula, de modo a que tanto os professores como os alunos possam manifestar as suas visões, contribuindo deste modo ativamente no processo de formação dos conhecimentos.

Sabe-se que o processo educacional hoje se apresenta como um meio para o desenvolvimento humano em todas as suas potencialidades. Um dos pilares desse desenvolvimento total da pessoa baseia-se na capacidade de decidir por si mesma (crítica, juízo de valor) com liberdade de pensamento, emoção e criatividade (Almeida, 2009: 6). Seguindo essa linha de pensamento e de acordo com o que se encontra plasmado na legislação angolana sobre o património cultural no cômputo geral, pode-se concluir que, de certo modo a lei mostra alguma arbitrariedade no seu regime legislativo, negligenciando até certo ponto a questão da participação ativa dos cidadãos nesse processo, sobretudo no processo de identificação, seleção e de reconhecimento dos bens legitimados como património cultural, nem sequer se considera a questão da crítica, do juízo de valor e da decisão própria dos cidadãos neste processo. A meu ver, e corroborando a ideia de Lopes (2012: 10), a simples inventariação e apropriação desse

capital cultural, a simples transmissão de conhecimentos sobre o património e integração da temática no currículo escolar, sem antes adaptá-la às perceções e visões dos elementos principais do processo educativo (professor e alunos), não constituem por si só uma ação de preservação do património, nem de criação de uma atitude patrimonialista visto que não se repercutem a jusante, enquanto instrumento de consciencialização e de mudança social.

Em suma, pode-se aqui constatar que a temática referente ao património cultural e à educação patrimonial em Angola, embora seja de certa forma “nova” para este contexto é já uma realidade e que o tema é candente, pelo menos entre os órgãos governamentais e as instituições vocacionadas para o tratamento desta questão, que manifestam a sua preocupação e procuram soluções para a implementação de programas neste âmbito. É de realçar que atualmente concorre para a lista de Património da Humanidade a Zona Histórica de *Mbanka Kongo*, um sítio aonde se desenvolveu um dos mais antigos reinos de África e que também terá sido a maior vila da Costa Oriental do Continente.

4. Contexto Geográfico e Sociocultural para um Projeto de Investigação e de Ação Patrimonial

4.1. Enquadramento geográfico do município do Lubango

O Lubango é um dos 14 municípios que constituem a província da Huíla. Localiza-se na região oeste da Província entre os meridianos 13° 20' este e os paralelos 14° 29' sul e 15° sul. A altitude varia entre 900 e 2300 metros e possui uma extensão de cerca de 3140 km². É limitado a norte pelos municípios de Quilengues e Cacula, a este pelo município de Quipungo, a sul pelo município da Chibia e a oeste pelos municípios da Humpata e Bibala, este último pertencente à província do Namibe. Possui, para além da sede do município, as quatro comunas Hoque, Huíla, Arimba e Quilemba, sendo que as duas últimas não possuem limites definitivos, o que torna ambígua a sua delimitação (Monografia da Província da Huíla, 2012).

De forma geral o clima varia entre o tropical e o semiárido; verifica-se a existência de duas estações em toda a extensão da província: estação das chuvas, de Outubro a Abril, caracterizando-se por temperaturas médias entre 19° e 21°C e precipitações entre os 600 e os 1200 mm; estação seca (cacimbo), nos restantes meses do ano, com temperaturas médias oscilando entre os 15,5° e os 19°C, acentuadas

amplitudes térmicas diárias, ausência de pluviosidade e, consequentemente, humidade relativa do ar bastante baixa (Plano de desenvolvimento da província da Huíla 2012: 50). O seu relevo é caracterizado por montanhas. A rede hidrográfica é largamente dominada pela bacia do rio Cunene, que ocupa quase dois terços da sua área, sendo o *Caculuar* o mais importante afluente deste rio. Outro dos principais rios que compõem a rede hidrográfica da região corresponde ao rio Cubango, que possui parte da sua bacia hidrográfica no leste da província (Plano de Desenvolvimento da Província da Huíla, 2012: 55). De acordo com o plano de desenvolvimento da Província da Huíla (2012: 49), todos os municípios que a compõem têm vindo a melhorar progressivamente a vida da população rural e urbana, fomentando o acesso a bens e serviços universais, como seja o caso da educação, da saúde e do desporto. Assim, a afirmação da província enquanto polo competitivo na economia nacional exige neste momento a inclusão de novas componentes de desenvolvimento que possibilitem a emergência de novos sectores produtivos e a integração da inovação em sectores tradicionais (agropecuária, agroindustrial de transformação, hidroagrícola...) bem como no desenvolvimento do capital humano e produtivo.

4.2. Aspetos sócio culturais do município do Lubango

Para um enquadramento sociocultural do território hoje denominado Lubango, é imperioso que se faça antes de mais referência aos aspetos e factos históricos que deram origem à própria província da Huíla. Começo por referir que a fundação desta remontará ao século XVIII, embora não haja concordância absoluta das fontes quanto às suas origens, quer no que respeita a datas e locais, quer quanto às motivações e aos primeiros colonizadores. Parece certo, no entanto, que a efectiva colonização da província se deveu ao impulso do Marquês de Pombal, realizada por Inocêncio de Sousa Coutinho cerca de 1768 e à determinação do Marquês de Sá da Bandeira, cerca de 50 anos depois (da Cruz, sd: 13).

A fundação de Benguela, em 1617 foi um dos aspectos de relevo na futura ocupação da Huíla. Feita de avanços e recuos, a ocupação do interior foi-se sucedendo vindo a originar a construção de um presídio na Caconda em 1687. Neste contexto surgem iniciativas da colonização do território e de tentativas de fixação das populações. A primeira iniciativa de ocupação organizada regista-se no mesmo local, já com o nome de Huíla, em 1845. Entretanto, alguns dos colonos portugueses originários de Pernambuco, no Brasil, que se instalaram na então Moçâmedes, viriam a ocupar o

planalto da Huíla algum tempo depois. Como resultado dessa ocupação, a Huíla é distinguida com o título de concelho em 1857, integrando o distrito de Moçâmedes (da Cruz, sd: 14). No mesmo ano um pequeno grupo de colonos alemães e alguns órfãos da Casa Pia de Lisboa instalaram-se na Huíla; ainda no mesmo ano é criada a 1ª Companhia do Batalhão de Caçadores nº 3 de Angola, com a finalidade de garantir a ocupação da Huíla (da Cruz, sd: 14).

Outras tentativas de ocupação da região foram surgindo, até que no ano de 1873, e perante a disponibilidade de 300 portugueses do Pará, no Brasil, em virem para Angola, foi-lhes destinado o Lubango para a satisfação desses intentos. Todavia esses portugueses nunca chegariam e viu-se gorar mais um esforço de ocupação do planalto. Até que em 1876 a declaração do Transval como território inglês forçou muitas famílias bóeres a migrarem para norte através do deserto do Kalahari. Uma vez chegados a Angola, pediram permissão às autoridades portuguesas para se fixarem; a autorização chegou a tempo de se instalarem em terras da Humpata no ano de 1881. Não foi tranquila a convivência com os bóeres da Humpata; e para amenizar conflitos decidiu-se aumentar a colónia. Esse papel coube, então, a um grupo de madeirenses composto por 222 pessoas, que chegaram a Moçâmedes em 1884. Resolvido o problema de transporte para o Lubango, com recursos dos bóeres, inaugurou-se a colónia, a que foi dado o nome de Sá da Bandeira em 19 de Janeiro de 1885 (da Cruz, sd: 14). Os colonos madeirenses instalaram-se no Lubango. Não foi vertiginoso, mas foi seguro o crescimento de Sá da Bandeira, que em 1889 era elevada a sede do concelho do Lubango. Nos anos subsequentes foram-lhe atribuídas outras categorias e o velho Lubango tomou definitivamente o nome de Sá da Bandeira; tendo em 1901 sido elevado à categoria de Vila (“Boletim Municipal da Câmara de Sá da Bandeira”, 1971).

E assim ocorreu a colonização definitiva do planalto da Huíla, atualmente cidade do Lubango, capital da província da Huíla e município sede da mesma.

Como já foi referido anteriormente, o Lubango tal como os restantes municípios que constituem a província da Huíla, é potencialmente favorável para a prática de actividades agropecuárias, pois possui um clima e terras férteis, para além de possuir também água em abundância, tendo sido este um dos principais motivos pelo qual os colonizadores portugueses se instalaram nele com menor dificuldade do que em outros pontos da colónia de Angola. Torna-se imprescindível apresentar aqui um relato histórico segundo o qual, durante o processo de povoamento português no município do

Lubango e depois de se terem fixado inicialmente no local conhecido por Barracões em (1882), houve a necessidade de expandirem-se para outras áreas. Porém, antes da ocupação da região que hoje constitui o núcleo inicial da cidade do Lubango pela população colonial a região era habitada por um povoamento da comunidade autóctone. A mesma estava sob jurisdição de um chefe nativo de nome *Mwene Luvango*⁶ que não se contentou com a presença de estranhos ali e, reivindicou a ocupação do local pela população branca. Diz-se, entretanto, que o nome da cidade do Lubango deriva precisamente do nome deste chefe nativo (DPCH, 2012: 8). Porém, em relação a este facto, não há concordância absoluta.

Findo o período colonial, em 1975, quando Angola se tornou independente de Portugal, restaram no Lubango diversas marcas e heranças desse período que, quer queiramos, quer não, contribuíram para a constituição do mosaico sociocultural do actual Lubango.

Todavia, não obstante este facto, no que se refere a formação cultural autóctone, a população do município do Lubango manifesta uma identidade relativamente heterogénea. A população pertence, na sua maioria, à etnia dos *mumuilas* que juntamente com os *gambos*, estabelece uma unidade maioritária denominada *nyaneka*. Em rigor, a população huilana pertence sistematicamente a seis grupos etnolinguísticos: *nyaneka-nkhumbi*, *umbundo*, *ngangeula*, *Quico*, *herero* e não *Bantu* (Plano de desenvolvimento da província da Huíla 2012: 50). Apesar desta pluralidade etnolinguística, a divisão administrativa não obedece à diversidade que a compõe. No entanto existem elementos comuns dos povos que o habitam desde a antiga organização política aos usos e costumes e à sua base económica que é essencialmente virada para a agricultura e a criação de gado.

Ao longo dos anos tem-se verificado na província da Huíla um aumento populacional gradual. Os resultados preliminares do censo 2014 indicam que em 16 de Maio residiam na província da Huíla 2 354 398 pessoas. O município do Lubango é o mais populoso, concentrando 31% do total da população (INE, 2014: 113). Tal facto explica-se por ele ser o município sede e oferecer maiores oportunidades de emprego, sobrevivência e bem-estar, tornando-o um centro de atração de indivíduos pertencentes às diversas comunidades étnicas existentes no país. Assim, existem na província da

⁶ O mesmo que Senhor Luvango (mwene é um vocabulário originário da língua tradicional angolana Kimbundu)

Huíla cerca de 1 117 342 indivíduos do sexo masculino e 1 237 056 indivíduos do sexo feminino, dos quais cerca de 349 818 indivíduos do sexo masculino e 381 757 indivíduos do sexo feminino, perfazendo um total de 731 575 encontram-se no município do Lubango (INE, 2014: 113).

4.3. O património histórico e cultural do município do Lubango

Como anteriormente frisado, encontram-se no município do Lubango diversos grupos etnolinguísticos; esta diversidade etnocultural, que constitui por si só uma das suas principais riquezas.

Importa salientar que atualmente em todo o país só estão ainda inventariados e classificados elementos integrantes do património material edificado e do património natural.⁷ Relativamente aos elementos do património imaterial, não existe ainda algum que já tenha conhecido um processo de inventariação. Este cenário deve-se, penso eu, em primeiro lugar ao facto de esta realidade e processo ser relativamente novo para o contexto angolano, em relação a outros países africanos e não só, e pelo facto de o processo apresentar uma certa complexidade técnica e científica para a sua execução, uma vez que pressupõe reunir bastante informação (como por exemplo a pertinência da prática ou manifestação para uma comunidade ou grupo étnico no qual se pratica, a reivindicação por parte destes para a sua inventariação, entre outros). Assim, existem iniciativas e projetos que visam a realização desta atividade mas ainda não foram implementados por carecerem de mais estudos e pesquisas. A situação revela a pertinência de estudos, investigações, propostas e projetos vindos não só do ministério de tutela ou órgão legal representante deste sector, mas de outros parceiros, singulares ou coletivos, que visam fomentar, divulgar, estimular e incentivar as velhas e novas gerações (estudantes e não só), e a sociedade em geral para que prestem mais atenção a todo o manancial de elementos, práticas e manifestações culturais que os envolve e que ponderem o seu reconhecimento patrimonial.

Consequentemente, o mesmo sucede na província da Huíla e no município do Lubango. Saliente-se ainda que a maior parte do património edificado e classificado na

⁷ Como se pode constatar no portal do ministério da cultura de Angola no item referente ao património cultural nacional apenas se pode encontrar a lista indicativa do património histórico e natural, sobretudo o património edificado ou seja os monumentos e sítios inventariados e classificados a nível nacional.

província e no município é derivado do período colonial. Assim sendo, existem no município do Lubango cerca de sessenta e sete monumentos inventariados (dentre os quais zonas paisagísticas e naturais) e, oito classificados⁸ dos quais destacarei os seguintes monumentos e sítios:

- Sítio Histórico os Barracões: está localizado no bairro *Camumuila*, na margem direita do rio Caculuar, 8 km a este da cidade do Lubango e no interior de uma fazenda de 138 hectares. Foi precisamente neste local na década de 1880 a 1890, que o governo português, na tentativa de povoar o sul de Angola, criou um forte núcleo de homens brancos, entre portugueses e bóeres, para povoarem a região. Por possuir um clima ameno e água em abundância eles foram instalados aí, aonde por conseguinte ergueram-se improvisadamente barracões de pau-a-pique cobertos de capim para se abrigarem, estruturas essas que vieram dar nome ao local, passando a denominar-se desde então por Barracões. Este local está ligado a história da fundação da então colónia de Sá da bandeira hoje Lubango (DPCH-DPHC, 2015: 24).

- Estátua de Cristo Rei: é um monumento de cariz religioso erguido na cordilheira da Chela e dedicado a Jesus Cristo. Foi construído em 1956 pelo Eng.º Carlos Frazão Sardinha inspirado em uma estátua similar erguida em Portugal como simbolismo da fé e da religião; faz parte de um leque de edificações de cariz religioso erguidas pelos colonizadores nesta região de Angola. Atualmente o monumento, para além de ser um ponto de grande atração turística do Lubango, é também um dos pontos privilegiados dos religiosos católicos. Ostenta o emblema de património histórico nacional que lhe foi atribuído por decreto Executivo nº 04/14 de 13 de Janeiro (DPCH-DPHC, 2015: 24).

- Zona Histórica do Lubango: constitui o núcleo inicial do atual município do Lubango, a antiga colónia de Sá da Bandeira. O município do Lubango começou a ser erguido nesta zona considerada atualmente o centro da cidade; grande parte das edificações aí existentes constituem património histórico edificado do Lubango tais como:

- A Igreja da Sé Catedral, construída pelos colonizadores portugueses em 1939 para expressar a sua devoção religiosa; templo de estilo gótico foi

⁸ Dados extraídos do mapa estatístico de levantamento dos monumentos e sítios inventariados e classificados elaborado pela Direcção provincial da Cultura da Huíla particularmente o Departamento do Património Histórico e Cultural.

aberto ao culto em 1955 e é até hoje um lugar de culto para as pessoas que professam a religião cristã, particularmente os católicos;

- O Antigo Palácio e Sede do Governo Colonial: também construído na zona histórica do Lubango foi a primeira estrutura erguida com material de construção mais durável logo após a fundação da colónia. Para além de ser o palácio e sede do governo, o imóvel foi ainda secretaria e residência de Dom José de Câmara Leme, 1º condutor das obras públicas e diretor da primeira colónia de madeirenses instalados nesta região; o sítio histórico foi classificado por despacho nº 62/95 de 11 de Novembro pelo ministério da cultura (DPCH-DPHC, 2015: 24).

- Fenda da Tunda Vala: é um enorme abismo de cerca de 1200 m, localiza-se a 26 km do Lubango ocupando uma vasta zona paisagística natural; possui belas cascatas, ruínas, escarpas estratificadas das rochas entre outros encantos oferecidos pela natureza. A certa altura do ano, no fundo do vale surgem penedias negras como o carvão, riscados de branco pelas águas límpidas que ali marulham mais atormentadas. Possui bastantes motivos de atração turística sendo também um local de referência da cidade e particularmente do município do Lubango. Foi recentemente classificada como património nacional por despacho nº 5/2012 de 09 de Agosto pelo ministério da Cultura (DPCH-DPHC, 2015: 24-25).⁹

De forma geral o município do Lubango possui também um grande potencial nesta vertente do património devido às suas características paisagísticas naturais, para além de possuir uma grande diversidade de espécies animais e vegetais.

4.4. Descrição e caracterização de algumas práticas culturais no município do Lubango

⁹ Segundo a UNESCO (Novembro de 1972) considera-se que determinados bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse e necessitam preservação como elementos do património mundial da humanidade no seu todo; e considera-se como património natural no seu artigo 2º *“Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural”*.

O Lubango também dispõe de uma das maiores riquezas etnográficas de Angola. As comunidades desta região, sobretudo no meio rural, são detentoras de um rico e múltiplo manancial cultural integrando diversos elementos e práticas expressas nos diversos momentos da sua vida quotidiana: a música, a dança, os rituais de iniciação e de passagem, as cerimónias religioso-culturais e práticas tradicionais são alguns destes elementos.

No período que antecedeu a colonização a população que habitava o planalto da Huila possuía uma cultura fortemente enraizada na crença religiosa nos seus antepassados. Como refere Altuna (2014: 39) a oralidade e a cultura estão impregnadas de respeito pelo antepassado que a legou e o seu dinamismo vital comunica-se e prolonga-se até ao indivíduo e ao grupo. Antes da presença colonial o cristianismo era ainda uma ideologia religiosa completamente desconhecida no contexto social angolano e, do mesmo modo, para as comunidades da então colónia de Sá da Bandeira, atualmente Lubango. O etnocentrismo europeu negou, descuidou e depurou as culturas dos povos africanos colonizados. Porém, a violência que se abateu sobre as suas culturas não provocou a negação absoluta dos valores culturais anteriores.

Tal é o caso das comunidades do Lubango, que conservaram as várias instituições religioso-culturais que assumem particular importância na vida sociofamiliar das comunidades *nyaneka-nkumbi* ou ainda *nyaneka-humbi* (comunidade étnica predominante no Lubango também designada por *mumuilas*), sobretudo no meio rural.

Assim, as culturas *nyaneka*, tendo também uma matriz cultural bantu, mantém até hoje na sua vida sociofamiliar os elementos e instituições religioso-culturais que enformam, vitalizam e protagonizam o dinamismo cultural nestas comunidades. Os bantu, além do nítido parentesco linguístico, conservam um fundo de crenças, ritos e costumes similares, culturas com traços específicos que os assemelha e agrupa. Assim, é possível falar em “um grupo bantu”, ainda que subdividido em múltiplos grupos de características muito variáveis e com uma história diversa e até antagónica. Um terço da população negro-africana é de origem bantu (Altuna, 2014: 24).

É importante frisar a oralidade como sendo um elemento característico e determinante para o registo da história das sociedades africanas subsarianas aonde o domínio da escrita se desenvolveu tarde. Como refere Altuna (2014: 38), nesta região africana, a oralidade não é apenas fonte principal de comunicação cultural; é, em si

mesma uma cultura própria porque abarca todos os aspectos da vida e fixou no tempo as respostas às interrogações dos homens. Relata, descreve, ensina e discorre sobre a vida. A oralidade é completada por ritos e símbolos.

“Para nós dizia Bernard Dadié, os contos e as lendas são autênticos museus, monumentos, cartazes das ruas, numa palavra, são os nossos únicos livros”. (apud Altuna, 2014: 38).

Deste modo, citam-se como exemplo algumas instituições religioso-culturais que predominam no município do Lubango que enquadram e determinam o seu património imaterial tais como:

O Eumbo- que se traduz por aldeia, é uma instituição religioso-cultural existente nesta região e para a sua edificação deve-se obedecer a alguns princípios ou requisitos tradicionais. Por exemplo, deve possuir necessariamente dois portões para entrada e saída de pessoas; um considerado profano, isto é, serve para todos e denomina-se *“ocimbolo”* e o outro sagrado denominado *“omakumo”* ou, ainda noutras versões, *“epandovelo”*; este portão seve exclusivamente para entrada e saída do gado e de seus pastores e para actos fúnebres, pois é por ali que passam os cadáveres para o enterro. Este portão sagrado pode ter duas direcções, uma virada para o oriente e outra para o ocidente; no primeiro caso, os que o fazem homenageiam a origem da vida e no segundo caso o fim último da vida terrena.

Ocoto (Otchoto) é a instituição considerada o altar familiar, cujo proprietário é o patriarca do *eumbo*. Esta é a instituição (incluindo a casa sagrada) projetada inicialmente quando se vai erguer uma aldeia. É uma espécie de lareira especial que se situa no centro da aldeia, à frente da casa sagrada denominada *“elombe”*. O *ocoto* num *eumbo* representa o centro das atenções de todos os membros da família (Luacute, 2008: 29). É destinada a transmissão e aprendizagem de conhecimentos. Ali, são transmitidos às novas gerações os ensinamentos ligados aos preceitos, as regras gerais de convívio social, assim como aspectos de carácter religioso que são desenvolvidos seguindo critérios da oralidade, não havendo *a priori* uma distinção sexual entre os participantes. O *ocoto* pode ser considerado uma escola familiar (DPCH, 2012: 10).

Entretanto, estas instituições sagradas, como foi mencionado, servem para a realização de algumas práticas e rituais religiosos locais. A transmissão dos valores culturais autóctones realiza-se principalmente através dos ritos de iniciação e das

diversas formas de educação. Pode ser feita ao ar livre nas reuniões com os anciões ou “sábios”, à noite, à volta da fogueira. A título de exemplo podemos referenciar aqui o “*eumbo* e o *ocoto* ou *octhoto* ou seja as escolas de iniciação, como veremos seguidamente na descrição de alguns dos rituais.

A iniciação às sucessivas etapas da vida da pessoa — nascimento, puberdade, casamento, morte — adquire uma importância constitutiva, fundamental. Sem ela, a pessoa não se vai fazendo, completando, realizando. Só a iniciação situa a pessoa no lugar religioso, social e ético exato, a torna apta para os seus direitos e responsabilidades e lhe permite movimentar-se sem traumas e com eficácia na pirâmide vital interativa (Altuna, 2014: 278).

Em Angola, a iniciação é praticada por vários grupos, dentre os quais os *ganguela*, *tchokwe*, *ambó* e também os *nyaneka-humbi*.

Existem no Lubango algumas práticas e rituais muito particulares, de grande eficácia simbólica para a comunidade *nyaneka*, nomeadamente o *Ekwenjde*: é um ritual de iniciação masculina realizado no contexto tradicional *muila*. Este ritual no contexto *muila* não significa somente a remoção do prepúcio, mas todo o processo a que os rapazes são submetidos para serem modificados culturalmente (iniciados para a vida adulta). Para os jovens desta comunidade, passar pela circuncisão significa ir para o grande acampamento e ficar lá por vários dias observando rigorosamente todos os passos que envolvem esse ritual; os rapazes de idades compreendidas entre onze e dezasseis anos são subsequentemente isolados do círculo familiar e durante a sua estadia neste local são submetidos a uma série de ensinamentos referentes a práticas quotidianas tais como a caça, a pesca e outras actividades imprescindíveis para um homem que se propõe ser futuramente chefe de uma família (Luacute, 2008: 37).

Altuna (2014: 280-290) faz também uma descrição geral e pormenorizada deste rito a que são submetidos os indivíduos do sexo masculino em algumas regiões da África subsariana, especificamente nas culturas bantu, a “circuncisão”, que é designada na língua autóctone *nyaneka*, por “*ekwendje*”. O autor refere também a questão da separação dos indivíduos implicados neste ritual do espaço ou meio familiar e de todo o processo decorrente até a reintegração destes na comunidade na qualidade de um homem novo, renascido. Situações que, por estarem carregadas de emoção, mistério, dramatismo, religiosidade e alegria, originam uma vivência que marca e determina para toda a vida o homem bantu. Neste ritual, os homens selam um pacto com os habitantes

do mundo invisível oferecendo-lhes o sangue da sua virilidade. A iniciação parece-se em muitos aspetos com um “sacramento” que põe o homem em contacto com o transcendente, quer porque lhe revela parte do sagrado (o iniciado conhece os mistérios), quer porque sacraliza o homem. O iniciado deixa definitivamente uma existência profana para passar a outra medularmente sacralizada, de natural passa a consagrado, já que é assumido pelos antepassados, responsabiliza-se pela solidariedade e mover-se-á para sempre dentro do circuito místico da participação vital. É radical a rutura com o mundo infantil, natural, irresponsável, assexuado, e desconhecedor da cultura, dos mitos e do misticismo vital.

Saliente-se que, “anteriormente, o rito era apenas dirigido por especialistas da magia, mestres e educadores qualificados e especializados, sob a responsabilidade do chefe comunitário aos quais os jovens obedecem cegamente, sendo que a mesma tinha um sentido sacrificial. Porém, hoje não se vê claro o sentido sacrificial na circuncisão; podendo a mesma ser realizada por um indivíduo estranho ao grupo não constituindo inconveniente que tal aconteça, um enfermeiro por exemplo, e até realizam-no separados dos ritos de puberdade” (Altuna, 2014: 280-281).

Esta realidade é evidente sobretudo nas comunidades urbanas. Assiste-se também a este cenário no município do Lubango. Entretanto, esta situação não retirou completamente o sentido sagrado e o simbolismo cultural ancestral, uma vez que esta prática é exigida entre os vários grupos bantu (e os *nyaneka* não fogem à regra) como condição indispensável para o matrimónio e para um eficaz desempenho sexual.

O *Efiko*: é um ritual de iniciação ou festa de puberdade feminina que na cultura local *nyaneka* assinala a passagem das envolvidas para a vida adulta, principalmente para a constituição de família. O ritual ocorre quando as raparigas alcançam mais ou menos a faixa etária dos 15 e 16 anos, e ocorre da seguinte maneira: as mulheres (mães ou tias) das iniciadas vão ao curral e escolhem as maiores cabeças de gado para a realização da festa da sua filha ou sobrinha e junto com outras pessoas amigas e pessoas próximas da família responsabilizam-se pela produção de bebidas especiais, em quantidade e de qualidade (esta bebida especial é feita à base de fermentação da massambala sem açúcar e denomina-se “macau”), entre outros preparativos para a festa. É um acto de honra para a família das iniciadas, pois está em causa o prestígio e honra dos pais (dado que durante o ritual a rapariga deve apresentar-se virgem, de contrário sofre vexações e atrai a vergonha para a sua família, para a sua mãe sobretudo,

responsável pela sua educação). É elogiado pela comunidade o pai que oferecer à sua filha duas ou mais cabeças de gado; em muitos casos, fazia-se como forma de investimento porque sabiam que quando a sua filha se casasse (*okuhombolwa*) as cabeças seriam devolvidas pelo seu noivo (como forma de dote). Este aspecto cultural depende muito das boas relações intrafamiliares. Importa frisar que as iniciadas não podem ter conhecimento de que serão submetidas ao ritual antes do seu acontecimento ou seja elas são surpreendidas pelos familiares e a comunidade no dia preparado para a realização do mesmo. No dia marcado, forja-se uma situação envolvendo suas amigas ou seja a rapariga é convidada pelas amigas para passear no interior da aldeia, no entanto já foi tudo secretamente preparado para a realização do ritual, quando elas estiverem a 300 metros de distancia do *eumbo* aparece uma de suas tias e atira-lhe um pó branco no rosto (*opheyo*) e anuncia-se que ela será submetida ao ritual gritando-lhe (*wewe*) *ngati wahikikua, kahateke* (corre), e assim a menina rompe-se em grande choro e corre em direção à mata ou a casa dos seus pais e outros correm atrás dela para agarrá-la (Branco, et al, 2010: 16). Depois deste processo as raparigas são colocadas num lugar reservado e decorrem os ensinamentos necessários para que sejam consideradas mulheres feitas e poderem casar-se e formar suas famílias.

Tal como descreve o padre Raul Altuna (2014: 295) no seu estudo antropológico sobre os povos bantu, sobretudo os bantu angolanos, os rituais de iniciação femininos, embora menos conhecidos e bastante menos espetaculares, elaborados e simbólicos que os ritos masculinos, visto que duram poucos dias e se realizam com participação de mulheres familiares, encerram o simbolismo eficaz dos ritos de passagem. Neste rito, a rapariga morre e ressuscita, renasce para uma condição nova com a personalidade modificada. O isolamento-separação, embora muito breve, encerra o simbolismo de morte-marginalização e o seu termo representa a ressurreição para a vida nova e responsável. O mesmo acrescenta ainda o facto de todos os ritos femininos estarem relacionados com o mistério do nascimento e da fecundidade, o mistério do parto, isto é, a descoberta da mulher como criadora de vida, constitui uma experiência religiosa que não se pode traduzir em termos masculinos. De facto, como já se fez referência, depois deste ritual a rapariga fica apta para o casamento, para a sua missão fundamental: ser mãe.

O *alambamento*: é um ato matrimonial ou simplesmente, o casamento tradicional praticado pelos diversos grupos étnicos angolanos e não só. Em Angola, o

alambamento ou pedido é ainda uma prática cultural bastante forte tendo um significado tão importante quanto o casamento civil ou religioso (nos padrões adotados durante a colonização portuguesa). O *alambamento* consiste numa série de rituais, como por exemplo a entrega de uma carta com o pedido da mão da noiva, ofertas em bens e por vezes até mesmo dinheiro (Onofre, 2010). Nele são feitos os votos do casamento e a responsabilização e compromisso entre os familiares dos noivos que após esse ato estabelecerão um forte vínculo entre ambos. Entre as comunidades *nyaneka* este é um ato imprescindível para atestar a união dos cônjuges. Quando o jovem casal de namorados pretende casar, é necessário ter o aval da família da noiva e isso só é possível se, durante o pedido, toda a gente estiver de acordo em que o casamento se concretize. O jovem casal marca o dia do pedido e após a marcação da data entrega-se aos familiares do futuro noivo uma lista contendo o que o noivo tem de conseguir reunir até ao dia do pedido. Na lista vêm diversos itens de consumo e apesar de serem normalmente os mesmos para toda a gente, pode variar consoante a família em questão; trata-se de uma lista elaborada pelos tios, onde consta uma relação de coisas que o noivo tem de “comprar” para oferecer à família da noiva, como indemnização pelos gastos feitos com ela desde o seu nascimento até ao dia do casamento (Onofre, 2010). A entrega de certas quantias de dinheiro, objetos, bebidas e animais, que a família do noivo faz à da noiva, deve preceder os acontecimentos culturais autóctones. A família do noivo, em troca, recebe um novo valor, a mulher. A este conjunto de preparativos e entrega que preparam e legitimam o casamento chama-se “*alambamento*”. Como já foi frisado, os bens que compõem o *alambamento* variam segundo as regiões, nível e tipo de economia. A beleza e juventude da mulher, seus dotes e preparação têm sem dúvida influência (Altuna, 2014: 324).

Chegando o dia, reúnem-se novamente os familiares de ambos na casa da noiva e realizam-se todos os procedimentos necessários e exigidos para a concretização do *alambamento* e consequentemente para a oficialização da relação.

Importa salientar que a descrição do ato acima apresentado refere-se sobretudo à realização do *alambamento* no contexto urbano pouco mais vulnerável e aberto as influências externas. No contexto rural o assunto processa-se de forma um tanto ou quanto diferente, isto é, são feitos à base de procedimentos elementares mais conservadores. Na comunidade *nyaneka* por exemplo uma das exigências feitas pelo pai da noiva antes de conceder a sua filha ao noivo é a devolução da (s) cabeça (s) de gado

dadas por ele no ritual do *efiko*. É corrente neste contexto entregar cabeças de gado, garrações de vinho, ou aguardente, uma cabra, quantias de dinheiro que oscilam bastante, algum vestuário, como calças e casacos, cortes de pano, tecidos tradicionais entre outros bens ou elementos achados importantes e convenientes pela família da noiva.

“O matrimónio é o centro de existência, é o lugar de encontro de todos os membros da comunidade, desenvolve-se ao longo dum processo dinâmico prolongado e realizado por símbolos, ritos e pactos que tenta e consegue situá-lo na sacralidade como realização religiosa, e, no social, jurídico e económico, como instituição legal, fundante e indispensável” (Altuna, 2014: 330-301).

De facto, de uma forma geral, nas sociedades africanas, sobretudo África subsariana o casamento tem uma dimensão bem ampla, pois une não só os noivos mas também e sobretudo as famílias de ambos, que doravante passarão a ser membros de uma só família. É por esta razão que popularmente se diz em Angola que quando alguém se vai casar não vai somente casar-se com o seu noivo ou noiva, mas também com a família de ambos. A esta entrega familiar de bens têm-lhe chamado “dote”, mas alguns autores como é o caso de Altuna (2014: 324-325) considera errada essa designação, uma vez que o dote engloba os bens com que a esposa contribui para o casamento, doados pela sua família para ajudar o jovem esposo a suportar as dificuldades económicas iniciais, ou que recebe, depois de casada, para conservar o seu nível de vida e o prestígio da sua família. Outros chamam-lhe “prenda” e serviria para fixar o contrato matrimonial “testemunho de aliança”, “preço da noiva”, “indenização”, “liquidação”, “troca”, “riqueza da esposa”, “oferta da noiva”, “pagamento do casamento”, “compensação matrimonial”. Porém, nenhuma destas classificações chega para abarcar e elucidar toda a sua função social, jurídica, económica e matrimonial. Por isso empregamos a palavra “alambamento”, usada em Angola. A este respeito, Mbambi (sd: 2) corrobora a ideia de Altuna; segundo ele, o instituto jus-matrimonial do *mahar* (referindo-se a prática matrimonial semita) e o *alambamento*, têm uma natureza jurídica bem diversa do dote ocidental. Por isso, não concorda que seja chamado ao *alambamento* dote, sendo que na sua ótica este não reflete em nada a prática do *alambamento* angolano.

Pita Ponje (Okuyumbwa Ponjo): é uma cerimónia tradicional da cultura *nyaneka-humbi* destinada a informar a comunidade sobre o nascimento de uma criança,

a quem é dado o nome só depois de um mês (Luacute, 2008: 33). Esta prática não é exclusiva do grupo etnolinguístico *nyaneca*, é também executada no seio de algumas comunidades e grupos étnicos angolanos, embora tenham outras designações e particularidades também.

O nascimento é o primeiro passo que inicia a pessoa bantu na série de ritos de passagem que marcam e condicionam a sua existência. O nascimento é algo extraordinário porque se conjugam a força vital-fecundidade do casal com o beneplácito ativo de outras forças mágico-misteriosas. Por isso, a gravidez é um período carregado de tabus. Os tabus defendem e protegem a criança; devem abster-se de certos alimentos e de tocar ou usar alguns utensílios de trabalho. Como a gravidez escapa a qualquer manipulação material, os tabus preservam a mulher de frustrar a “passagem”; os amuletos e talismãs defendem-na de influências mágicas nefastas (Altuna, 2014: 273).

Muitas destas práticas são mantidas sobretudo nas comunidades rurais, mais conservadoras e que têm pouco contacto com as influências exógenas (colonização, globalização) e por isso são mais conservadoras das crenças mágico-religiosas dos seus antepassados. Mas é importante frisar que também no espaço urbano, ou seja, nas cidades muitas das crenças religiosas locais alimentam e regem a dinâmica da vida social intrafamiliar.

Portanto, como já foi anteriormente dito, as instituições culturais “tradicionais” e os rituais de passagem e iniciação de muitos povos da África subsariana representam verdadeiras escolas comunitárias e familiares que têm a função e capacidade de dotar os indivíduos pertencentes às comunidades de conhecimentos, valores, aptidões e ensinamentos que os moldam, os tornam cidadãos preparados para a vida em sociedade. Esses ensinamentos são-lhes passados de formas diversas, isto é, às vezes de forma lúdica através de lendas, fábulas, contos, provérbios, adivinhas, que são geralmente contados pelos mais velhos (anciãos, “guardiões” do conhecimento e sabedoria ancestral). Geralmente terminam com uma moralidade clara ou disfarçada e realçam sempre qualquer valor social, ou referem-se à vida diária, tirando dela sempre conclusões moralizadoras; e, às vezes de formas mais “rudes”, sendo que muitas vezes os iniciados são submetidos a provas de força, resistência.

Não se pode deixar de frisar o papel que a música e a dança desempenham em quase todos, se não mesmo em todos os rituais locais africanos. Estes elementos sempre fizeram parte dos vários momentos e ocasiões, quer sejam festivos ou não, por exemplo:

a partida e o regresso da caça, as batalhas entre as "tribos", a sucessão de um rei ao trono, nos atos fúnebres ou seja, a morte ou o enterro de uma figura de maior importância na comunidade e não só, em atos recreativos, em atos ritualísticos como a circuncisão, a dança da chuva que era feita sempre que houvesse seca, o trabalho nas minas, a puberdade feminina, entre outros acontecimentos de importante relevância para as suas comunidades.

Do mesmo modo, as comunidades huilanas e particularmente a do Lubango, utilizam as danças e as músicas nas mais variadas ocasiões e circunstâncias da sua vida. Assim, para além dos vários estilos e ritmos musicais existentes, existe também alguma variedade de instrumentos musicais locais, nomeadamente a *ebulumbumba*, *ocisanji*, *ocihumba*, *epwita*, *ngoma*, *ononkhiti*, entre outros, e podem ser encontrados exemplares destes instrumentos musicais expostos no Museu Regional da Huíla, lugar que contempla no seu acervo museológico vários artefactos representativos da cultura *nyaneka-humbi* e não só, das comunidades étnicas da região sul de Angola.

4.5. Os agentes e instituições patrimoniais do município do Lubango

A cidade do Lubango foi desde sempre considerada como umas das mais conservadoras dos seus elementos culturais, em Angola, para além da paisagem natural excecional. É, por isso, considerada uma das apostas do governo pelo seu potencial a nível do turismo cultural.

O Ministério da Cultura de Angola é o organismo central criado a nível governamental para responder a questões do âmbito sociocultural. Surge no período pós colonial visando consagrar, valorizar e assegurar todas as formas de expressões culturais autóctones até então menosprezadas pelo poder colonial, bem como toda a herança cultural adquirida em consequência deste processo. É este órgão central que estabelece e direciona a implementação das prerrogativas estabelecidas no âmbito da política cultural a nível nacional; para tal, foram criadas a nível de todas as províncias do país as direções provinciais da cultura, que por sua vez tomaram a responsabilidade de criar representações do órgão a nível dos municípios e, deste modo, fazer cumprir na prática os preceitos e prerrogativas estabelecidas nos instrumentos legais vocacionados ao património cultural angolano.

Assim sendo, no caso particular do Lubango, de acordo com o que foi estipulado na lei nº14/05, o Governo Provincial é o órgão responsável pela formulação da política

cultural a nível provincial, concretamente através da Direcção Provincial da Cultura, sendo este o principal órgão institucional governamental a nível provincial de tutela e salvaguarda dos elementos culturais, pois estabelece as diretrizes e prerrogativas consagradas nos instrumentos legais a nível nacional. Por sua vez, este órgão está subdividido por sectores criados e estabelecidos de acordo com as funções que lhes competem, nomeadamente:

- O Departamento do Património Histórico e Cultural — a sua função é definir a política a nível provincial e municipal de defesa e protecção do património histórico, cultural, artístico, estético, arquitetónico, arqueológico, documental e ambiental, bem como levar a cabo o estudo, investigação, levantamento, registo, inventariação, salvaguarda, de todos os elementos materiais e imateriais que apresentam potencial importância ou valor patrimonial para a província em geral; ainda é ele que coordena, integra e executa as actividades públicas referentes a essa política;

- O Departamento de Artes e Acção Cultural — é responsável pela promoção de eventos socioculturais a nível do município do Lubango; é também responsável pela promoção de iniciativas e incentivos para a prática das actividades artístico-culturais;

- O Arquivo Provincial da Huíla — anteriormente designado por Centro de Documentação e Investigação Histórica, este serviço foi ativado em 1990 e recativado algum tempo depois pela Doutora Ana Paula Miranda, então responsável pelo arquivo e passou a ser designado por Arquivo Histórico; tem como acervo principal os documentos criados e utilizados pela administração colonial enquanto esta localidade esteve sob sua jurisdição e denominava-se vila de Sá da Bandeira. Podem ser encontrados neste acervo documentos como: boletins da Câmara Municipal de Sá da Bandeira, cartas, despachos, atas de reuniões, revistas, jornais, entre outros documentos do período colonial. Atualmente, o arquivo provincial encontra-se em fase de reestruturação e por isso não está ainda aberto ao público;

- O Museu Regional da Huíla — sendo também uma dependência da Direcção provincial da Cultura, é uma instituição fundada em 1956/1957, pelo então professor do Liceu Diogo Cão, Machado da Cruz, que reuniu grande parte quer da coleção etnográfica local, quer da coleção colonial portuguesa. Inicialmente com o nome de Museu de Sá da Bandeira, o Museu Regional da Huíla passou por inúmeras transformações; aquando da sua fundação, estava dividido em dois pisos: o piso do rés-do-chão contava com a exposição de uma coleção etnográfica portuguesa e a cave com

a exposição de uma coleção etnográfica dos povos do Sul de Angola (representando quatro províncias, nomeadamente: Huíla, Namibe, Cunene e Kuado Kubango).

Depois da independência, mudou-se o nome para Museu da Huíla. Desde então passou a ter apenas uma exposição de artefactos autóctones com destaque para a região do Sul de Angola. É atualmente designado Museu Regional da Huíla; o seu estatuto orgânico foi publicado em Diário da República no dia 08 de Janeiro de 2014 (Decreto executivo nº4/14).

Composto essencialmente por uma coleção etnográfica que retrata o quotidiano das populações do Sul de Angola, com maior destaque para as comunidades pastoris, a exposição está dividida em 8 salas temáticas:

- A sala 1 representa os utensílios da pastorícia e a caça;
- A sala 2 representa os instrumentos musicais;
- A sala 3 representa os utensílios de poder, crenças e espiritualidade;
- A sala 4 representa o vestuário e adornos;
- A sala 5 representa os utensílios da agricultura e pesca;
- A sala 6 representa o *eumbo*- estrutura de organização familiar;
- A sala 7 representa os utensílios de cestaria;
- A sala 8 representa os utensílios de cerâmica.

Atualmente possui cerca de 1526 artefactos inventariados, dos quais 300 se encontram em exposição.

Existem outras instituições governamentais que estão sob jurisdição da Direcção Provincial da Cultura a nível do município do Lubango, como por exemplo o centro cultural, espaço reservado para a realização de eventos culturais do município. Entretanto, já é notável o engajamento de outras instituições não-governamentais na realização e produção de eventos de cariz cultural a nível provincial e municipal.

4.6. A realidade sobre a educação patrimonial e a escola no município do Lubango

A questão relacionada com a educação patrimonial no Lubango é ainda embrionária à semelhança do que ocorre um pouco por todo o país; não obstante, têm sido levadas a cabo atividades visando incentivar ou pelo menos despertar a sociedade para este assunto. Entretanto, e de acordo com a pequena experiência profissional que possuo neste ramo, as atividades realizadas neste âmbito são ainda escassas e pouco produtivas. Para ilustrar este facto vou aqui apresentar um experiencia prática de

trabalho cujo objetivo e tema estavam relacionados com a educação patrimonial. Aliás foi sobretudo a partir desta experiência associada ao contacto que tive com as abordagens e projectos na área de património cultural e de educação patrimonial nas aulas do mestrado (sobretudo no seminário de Património e Museus) que despertou em mim um interesse particular por esta questão, que entretanto resolvi abordar neste trabalho.

A minha experiência neste domínio começa em 2011, um ano depois de ter ingressado no quadro dos funcionários públicos do Ministério da Cultura de Angola, concretamente na Direcção provincial da Cultura da Huíla, no Departamento do Património Histórico e Cultural, quando fui seleccionada para integrar uma equipa que iria realizar um ciclo de palestras visando a educação patrimonial. Confesso que para mim era uma experiência nova, pois nunca antes tinha tido contacto com este contexto, uma vez que não tive uma formação específica nesta área. Começámos a realizar as palestras, promovidas, como era de costume, por ocasião do dia consagrado aos monumentos e sítios, 18 de Abril (instituído em 1982 pelo ICOMOS - Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios - e aprovado pela UNESCO em 1983). As palestras tinham lugar nas escolas, sobretudo as do segundo ciclo do ensino secundário e eram realizadas de forma expositiva ou seja, levávamos um texto elaborado contendo alguns itens, como por exemplo os conceitos de património, monumentos, sítios, um breve historial referente à instituição da data consagrada aos monumentos e sítios no âmbito das convenções internacionais, a tipologia de património de acordo com os critérios de classificação a nível internacional e alguns exemplos de bens patrimoniais, sobretudo o património edificado inventariado e classificado existente a nível da província da Huíla, particularmente a nível do município do Lubango. Procurava-se, desse modo, aproximar o assunto ao nosso contexto. No final os alunos reproduziam taxativamente tudo o que nós lhes tínhamos transmitido como se de um ensino catequético e dogmático se tratasse. O procedimento ou metodologia utilizada para todas as escolas com as quais trabalhávamos era o mesmo.

Como o principal objectivo da realização das palestras era o de dar a conhecer aos estudantes os principais conceitos sobre a temática e sobretudo fazê-los conhecer os elementos patrimoniais arquitetónicos e paisagísticos que existem no município e consciencializá-los da necessidade de salvaguardá-los e preservá-los, a metodologia utilizada parecia eficaz, e nunca nos tinha ocorrido na altura que talvez a melhor forma

de trabalhar este assunto na escola com os alunos fosse instigá-los a apresentarem as suas próprias opiniões a respeito dele.

Uma outra forma oportunamente aproveitada para passar alguma informação sobre o património cultural existente no município era através da realização de visitas guiadas ao único museu existente na província e também em algumas estruturas já consagradas com o título de património cultural nacional, provincial, ou mesmo municipal. Realizavam-se também algumas exposições itinerantes cujo acervo contemplava alguns elementos etnoculturais da província da Huíla e não só, tais como: peças artesanais retratando figuras tradicionais nacionais e locais, exposições fotográficas, retratando os penteados e adornos utilizados pelas comunidades locais entre outros.

Como já referi anteriormente, a intenção era a de promover ações de educação patrimonial fazendo com que os estudantes soubessem que existia um património cultural, e que na nossa cidade também existiam bens, ou edificações que eram assim designadas e que tinham um grande valor para a nossa história e cultura e, portanto, deveriam ser conhecidas e preservadas. Entretanto, é em torno dessas acções que se levam a cabo no Lubango as práticas de educação patrimonial.

Sendo assim, estando cientes de que a simples passagem de informação, a legitimação, a inventariação e incentivo à preservação do património cultural não garantem por si só a compreensão do seu significado, a apropriação, a valorização e o sentido de pertença dos bens patrimoniais por parte dos cidadãos ou comunidades, devem ser adotadas outras estratégias para promover ações de educação patrimonial, estratégias essas que visam não só passar informações conceptuais sobre o património cultural mas, sobretudo, que incentive e estimule as pessoas não só a conhecerem, mas sobretudo a reconhecerem e até mesmo elegerem os referenciais simbólicos do património cultural material e imaterial do município do Lubango.

Esta descrição foi feita no intuito de elucidar a panorâmica referente às questões patrimoniais e particularmente referente ao estado ou situação da educação patrimonial na Huíla e sobretudo no município do Lubango.

4.7. Estrutura curricular do 1º ciclo do ensino secundário

O 1º ciclo do ensino secundário constitui a primeira etapa de formação geral que permite uma preparação prévia que articula com o segundo ciclo do ensino secundário.

No plano de estudos deste ciclo observa-se uma redução da carga horária em relação ao sistema anterior (ensino primário), tanto a nível das disciplinas que compõem o referido plano, como a nível geral, havendo assim maior equilíbrio entre as disciplinas da área de formação geral e das disciplinas mais viradas para o conhecimento prático e para o mundo do trabalho (INIDE, 2003: 9).

Constam do plano de estudos do primeiro ciclo do ensino secundário um total de 12 disciplinas que irão possibilitar ao aluno, após a conclusão da 9ª classe, prosseguir os seus estudos nas escolas do segundo ciclo do ensino secundário ou nos institutos médios técnicos e normais. Este ciclo de ensino compreende a 7ª, 8ª e 9ª classes. A faixa etária dos alunos neste ciclo formativo compreende os 12 e 16 anos, tendo uma carga horária de 30 aulas por semana.

Outra questão a frisar é que achou-se conveniente, precisamente neste ciclo de ensino, introduzir uma nova disciplina (educação laboral), pretendendo deste modo que, para além dos conhecimentos científicos que normalmente se espera que os estudantes adquiram, obtenham também conhecimentos básicos e saibam manejar as ferramentas essenciais para resolver situações pontuais do quotidiano no lar, na escola, na comunidade, nas diferentes áreas técnico-profissionais. Outro objectivo pretendido com a inclusão desta nova disciplina no currículo escolar foi de dotar os alunos de conhecimentos técnicos e habilidades, obtendo assim uma cultura laboral e tecnológica, tornando-os membros activos no contexto familiar, mesmo antes de completarem uma formação média técnica.

Note-se que neste período formativo há abertura para inclusões de novas disciplinas e pondera-se a necessidade de diversificação de conhecimentos dos estudantes. Assim, mais uma vez e oportunamente questiona-se se não seria conveniente também nesta altura aproveitar para incluir no currículo escolar uma outra disciplina dedicada aos aspectos referentes a cultura e diversidade cultural nacional, ou a educação patrimonial, ou mesmo no âmbito extra curricular incluir atividades no intuito de que eles desenvolvam uma sensibilidade relativa a questões do património cultural, da promoção do respeito à individualidade, e diversidade étnica e cultural existente no país e não só, estimulando, assim, uma consciência e visão da cidadania como construção social coletiva. Revelando-se entre as preocupações do estado angolano a necessidade de se pôr em prática um programa específico e estruturante da política cultural angolana no campo da educação, esse seria responsável pelo desenvolvimento de um processo

natural de conhecimento e interpretação da cultura a partir da escola. Daí que se pretenda, então, incluir no nosso sistema de educação matérias voltadas também para a perspectiva cultural, promovendo deste modo um equilíbrio com as vertentes técnicas e científicas.

Assim sendo e porque é nossa intenção contribuir de alguma forma para a concretização deste intento, pretendemos elaborar uma proposta de acção para implementação da educação patrimonial na escola, proposta esta que numa fase inicial será concebida e direccionada a algumas escolas do município do Lubango.

4.8. O contexto das escolas em análise

Para obtenção dos dados empíricos deste trabalho de Projeto foram seleccionadas duas escolas do ensino geral, ambas localizadas no município do Lubango, sendo uma do ensino privado e a outra do ensino público. Assim, passaremos a descrever o contexto das mesmas para melhor enquadrarmos o contexto do trabalho de pesquisa.

Uma das escolas na qual efetuamos a pesquisa é o Colégio Solange. É uma instituição escolar privada, localiza-se no município do Lubango, no bairro do João de Almeida. A escola do ensino geral alberga o I e II ciclos do ensino geral (7^a, 8^a, 9^a, 10^a, 11^a, 12^a classes) e são ministrados os cursos de Ciências Humanas, Ciências Económicas e Jurídicas, e as Ciências Físicas e Biológicas. A escola funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite) e funciona das 7 horas e 30 minutos às 22 horas e 45 minutos, possui cerca de 600 alunos e 17 turmas, 82 funcionários entre efetivos e colaboradores incluindo os membros da direcção, docentes, funcionários dos serviços administrativos e auxiliares de serviços gerais.

Quanto à sua estrutura física possui 11 salas de aulas, três laboratórios de análises para as disciplinas de física, química e informática, 5 gabinetes de direcção, uma sala dos professores, uma biblioteca, uma sala de reuniões, 5 toaletes, 1 pátio, 1 campo de educação física, jardins e um anexo que serve para arrecadação do material escolar.

O espaço envolvente é muito movimentado, situa-se numa das zonas mais movimentadas do município, bem próxima a uma das principais rodovias, é uma área que possui vários estabelecimentos comerciais sendo um deles o maior e mais antigo mercado informal do município. Encontram-se também nesta localidade uma unidade

militar e cerca de 9 instituições escolares do ensino público que albergam diversos ciclos de ensino.

A outra instituição escolar na qual efetuámos a pesquisa denomina-se Escola do I Ciclo do Ensino Secundário nº 1773. É uma instituição do ensino público, também localizada no município do Lubango no bairro Bem Fica. A escola alberga tal como se observa na sua designação o I ciclo do ensino geral (7^a, 8^a, 9^a classes) e são igualmente ministrados os cursos de Ciências Humanas, Ciências Económicas e Jurídicas, e as Ciências Físicas e Biológicas. A escola funciona também nos três turnos (manhã, tarde e noite) e funciona das 7 horas e 30 minutos às 22 horas e 45 minutos; possui cerca de 300 alunos e 9 turmas, 55 funcionários entre efetivos e colaboradores incluindo os membros da direcção, docentes, funcionários dos serviços administrativos e auxiliares de serviços gerais.

Quanto à sua estrutura física possui 9 salas de aulas, quatro gabinetes de direcção, uma sala dos professores, uma sala de reuniões, 8 toaletes, 1 pátio, jardins e um anexo que serve para arrecadação do material escolar existe; está a ser construído mais 1 anexo que irá albergar a futura biblioteca escolar.

O espaço envolvente é calmo, situa-se numa área residencial, junto a duas instituições religiosas e é a única instituição escolar que se encontra no local.

4.9. Apresentação e análise das entrevistas submetidas aos professores, alunos e seus encarregados de educação.

Nos trabalhos de investigação de natureza qualitativa enquadram-se práticas de pesquisa muito diferenciadas, fazendo apelo a diversos paradigmas de interpretação sociológica sendo que as formas de recolha, registo e tratamento do material ou dados coletados são também muito diversas (Guerra, 2006; Bardin, 1977; Minayo 2001, entre outros).

Para a consecução dos objectivos traçados no presente trabalho, tratando-se de uma pesquisa na área de ciências sociais, recorreu-se a metodologia qualitativa. Para recolha e obtenção dos dados empíricos utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada.

Deste modo, e de acordo com a temática e perspetivas deste trabalho de projecto, os sujeitos que constituíram o nosso objecto de estudo e aos quais submetemos as entrevistas, foram alguns professores, alunos e encarregados de educação.

Selecionaram-se duas escolas do ensino geral, ambas localizadas no município do Lubango sendo uma do ensino privado e a outra do ensino público. Os guiões de questões direccionados a cada um dos grupos seleccionados para o efeito continham algumas questões em comum e outras diferentes, em função do que pretendíamos obter de cada um deles.

As questões principais de todos os guiões apresentam-se nos quadros seguintes. Para uma melhor ilustração das questões direccionadas aos diversos grupos que constituíram o nosso estudo, apresentaremos um quadro sintético com as questões e destacaremos algumas respostas que achamos serem mais relevantes pelo seu teor abrangente e pertinente para o estudo em causa. As restantes respostas, que não fazemos constar aqui por questão de espaço, serviram de igual modo para a consecução analítica deste trabalho.

Assim, num primeiro quadro apresentaremos as questões e respostas referentes ao grupo de professores das escolas implicadas neste estudo e que será aqui designado por Grupo A; será também atribuído um código aos entrevistados para identificar as respostas aqui apresentadas. Deste modo, atribuiremos aos entrevistados um código representado pela letra E (Entrevistado) seguido do seu respetivo número.

Quadro nº 1 – Questões e respostas do Grupo A

Questões Grupo A	Respostas Grupo A
1- O que significa para si a palavra cultura?	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura para mim representa a identidade de um povo; quando falamos de cultura estamos a ver a identidade de um determinado povo. A E4 - A cultura é o conjunto de traços próprios que identificam um determinado grupo social aonde quer que ele possa estar. Ou seja traços próprios que nos remetem a um determinado povo, isso é cultura. A E2 - A cultura é tudo aquilo que nós fazemos, o modo como vivemos, o que comemos, vestimos e muito mais. A E12
2- Existe para si alguma diferença entre o que é a cultura e o que é o património cultural?	<ul style="list-style-type: none"> - Acho que não, porque o património representa os valores, as coisas que nos identificam como angolanos; a minha cultura, as coisas que têm a ver com o ser angolano; para mim são essas coisas que devemos preservar, devemos respeitar outras culturas mas o que é nosso devemos sempre preservar. A E4 - Penso que não, porque podíamos definir o património cultural como sendo um acervo cultural de uma determinada população e, a cultura está implícita neste acervo. A E2 - Certamente não, porque o património cultural é justamente o conjunto de todos os elementos da cultura. A E14
3- Poderia identificar na sua localidade 3 lugares, construções ou monumentos que ache importantes e com os quais se	<ul style="list-style-type: none"> - Eu particularmente gosto muito da estátua do cristo rei, do cine arco iris, apesar de estar muito danificado é um lugar do qual guardo muitas boas recordações porque tive a oportunidade

identifique culturalmente?	<p>de lá ir assistir pela primeira vez um filme em tela, enfim... restam-me as recordações... também gosto de estar na fenda da tunda vala, aquele lugar transmite-me paz e sossego. A E4</p> <p>- Claro que sim! Temos na nossa cidade alguns monumentos ligados a história da fundação da cidade e do nosso município do Lubango nomeadamente o monumento do cristo rei, a igreja da sé catedral e o museu regional da Huíla. A E1</p> <p>- Bem... eu acho importante o nosso <i>quimbo</i> lá nas zonas rurais da cidade são autênticas escolas da vida; o <i>ochoto</i> pra mim é uma grande instituição de ensino e preparação dos jovens, os nossos mais velhos são as nossas bibliotecas vivas; eu considero esses lugares importantes e são uma referência cultural não só para mim como para todos os membros das nossas localidades. A E5</p>
4- Poderia identificar na sua localidade 3 práticas ou celebrações que ache importantes e com as quais se identifique culturalmente?	<p>- Eu lembro-me como se fosse hoje do dia em me fizeram o ritual do <i>ekuendje</i> é uma experiencia única em que nós aprendemos os ensinamentos para a vida... as estórias contadas pelo meu avô na <i>mucanda</i> e as danças na roda com os nossos mais velhos. A E4</p> <p>- As danças tradicionais, o modo de vestir das <i>munuilas</i>, os penteados que elas usam, o <i>noncaco</i>, o <i>mahine</i>. A E13</p> <p>- As nossas danças, os rituais de iniciação feitos aos rapazes e raparigas, o alambamento, etc; são práticas que nos identificam e que nos diferenciam dos demais povos de Angola e do resto do mundo. A E5</p>
5- O que acha da ideia de participar de um grupo de identificação, recolha e registo dos bens que consideras como sendo importantes para a sua comunidade?	<p>- Seria muito agradável para mim participar do resgate e consagração de tudo aquilo que me identifica culturalmente. A E4</p> <p>- Eu acho que seria uma mais-valia tanto para mim como para as outras pessoas porque a princípio iríamos conhecer mais sobre os bens pertencentes ao património cultural. A E1</p> <p>- Muito boa! Acredito que todas as actividades que visam resgatar a nossa cultura de maneiras a formar um acervo, acho que é bem-vinda e, nós podemos ver com muita frequência gente que não se consegue identificar estando no exterior do país ou em outro contexto de comunicação que não seja o dele; portanto, perde-se totalmente aquilo que é a sua cultura, uma alienação total; então, se há actividades que visam resgatar esta cultura são bem-vindas. A E2</p>
6- Que actividades culturais se têm realizado nesta escola? Esteve envolvido em alguma?	<p>- Eu estou cá nesta escola há 1 ano... talvez já se tenha realizado alguma actividade mas pessoalmente ainda não tive a oportunidade de participar. A E4</p> <p>- Até aonde eu sei nunca se realizou qualquer actividade desta natureza nesta escola. A E1</p> <p>- Até ao momento ainda não realizamos nenhuma, mas com esse teu trabalho aqui na escola acho que vai despertar os responsáveis para realizarem actividades ligadas ao património cultural. A E13</p>
7- Que propostas fariam de actividades relacionadas com o património cultural a realizar na escola?	<p>- Propunha que fossem abordados temas sobre o património cultural na aula e depois procuraria ilustrar isso no museu por exemplo, mostrando os bens que lá estão com os quais eles se identificam assim, os estudantes teriam a oportunidade de aprender mais sobre os povos que aprendem na escola. A E4</p> <p>- Há já algum tempo venho a pensar no que respeita a promoção das línguas locais, estou a falar das línguas nativas que muita gente chama de línguas nacionais no sentido de que cada um deles (alunos) que fale uma língua nativa compor um excerto poético ou prosa e que o pudesse declamar ou apresentar na turma para que os outros possam realmente aperceber-se da</p>

	<p>importância que as línguas nativas têm. Propor que cada professor assim como eu penso procure dentro daquilo que é a sua área de ensino ligá-la a alguma questão que remete à cultura. A E2</p> <p>- Propunha que se convidassem pessoas conhecedoras da matéria para se levar a cabo palestras sobre o património cultural tanto para nós professores como para os alunos uma vez que nós também não dominamos o assunto e não estaríamos capacitados para tal. A E8</p>
8- Como se poderia promover na escola ou fora dela o património ligado as raízes culturais dos próprios alunos?	<p>- Penso que a partir da introdução de uma temática sobre as questões culturais angolanas no programa de ensino, seria uma forma eficaz de promover este elemento instigando os próprios alunos a participarem activamente na elaboração dos conhecimentos referentes as suas próprias raízes culturais. A E11</p> <p>- Na verdade mesmo sendo professor de língua portuguesa é meio difícil tratar desses aspetos culturais mas, visto que nós lidamos directamente com a língua notamos frequentemente questões de interferência ou influência da língua materna mas, nós não inibimos que o aluno se reserve a utilizar a língua portuguesa mas incentivamo-los no sentido de preservarem e orgulharem-se da sua língua materna que é o seu património cultural. Eu acho que desta forma conseguimos promover mesmo de forma indireta a questão do património cultural do aluno. A E2</p> <p>- Num mundo globalizado como esse que atualmente vivemos o que nos diferencia dos outros povos é precisamente a nossa tradição, os nossos rituais tradicionais, as nossas danças tradicionais o nosso vestuário, adornos, práticas tradicionais etc, isso nós não devemos perder jamais! Então devemos passar para essa nova geração tudo o que revela a nossa raiz cultural, deste modo, devemos dialogar com os nossos alunos sobre este assunto, fazê-los perceber o quão importante são todos estes aspectos da nossa cultura. A E14</p>
9- Tem algum conhecimento sobre a legislação angolana referente ao património cultural?	<p>- Não tenho conhecimento nem nunca ouvi falar. A E4</p> <p>- Muito pouco; na verdade, tudo o que sei é que nós às vezes promovemos eventos, palestras noutra contexto de trabalho e às vezes convidamos gente ligadas a cultura e estes dissertam e muito bem sobre este aspeto e, é desta forma que nós conseguimos saber alguma coisa sobre a legislação referente ao património cultural; mas, documento como tal, muito pouco. A E2</p> <p>- Não digo que conheço completamente mas já tive contacto com ela. A E14</p>

No quadro seguinte passaremos a apresentar de igual modo uma síntese com as questões e algumas respostas desta vez direccionadas aos alunos das mesmas instituições escolares que serão designados por Grupo B e serão de igual modo codificados para melhor identificação das respostas. O código utilizado será igualmente a letra E seguida do número.

Quadro nº 2 - Questões e respostas do Grupo B

Questões grupo B	Respostas grupo B
------------------	-------------------

1- O que significa pra ti a palavra Cultura? e património Cultural, conhece o termo? De onde o conhece?	<p>- A cultura para mim representa muita coisa... como por exemplo, nós aqui temos as <i>mumuilas</i> que representam a província da Huíla e tem também as danças que eles fazem, as línguas diversas que se falam, uns falam <i>ganguela</i>, outros <i>umbundu</i>, <i>quibundo</i> e por ai a fora. Não! nunca tinha ouvido falar mas eu acho que o património cultural tem a ver com aquilo que os nossos antepassados nos deixaram, então é algo que devemos preservar e guardar para podermos mostrar aos outros que virão depois de nós. B E5</p> <p>- Cultura representa se não mesmo tudo, eu acho que deveríamos valorizar, ela representa quem nós somos em primeiro lugar, de onde viemos e como vivemos. Já ouvi falar desta expressão mais não sei exatamente o que é isso. B E10</p> <p>- Esta palavra tem a ver com forma de ser e de estar das pessoas. Como por exemplo o vestuário, as línguas os hábitos... não sei o que é que significa património cultural. B E4</p>
2- Existe para ti alguma diferença entre o que é a cultura e o que é património cultural?	<p>- Não sei responder a esta pergunta e, na escola nunca me falaram sobre isso. B E4</p> <p>- Não sei exatamente mas creio que têm a ver uma com a outra porque o património cultural para mim pode ser uma imagem, um estilo de roupa. Eu já participei em algumas actividades culturais mas não aqui na escola. B E8</p> <p>- Não existe diferença. Eu acho que elas retratam as nossas tradições. Até já fizeram teatro, mostraram as danças das nossas províncias, as cores (...). B E6</p>
3- Quais são os bens ou elementos da sua cultura que considera importante conhecer e preservar?	<p>- Primeiramente a língua nacional porque nós devemos saber e não ter vergonha de falar a língua dos nossos pais; eu não tenho vergonha mas, tem muita gente que os seus pais falam a língua nacional mas eles não falam e nem sequer querem aprender e aprendem a falar o inglês, o francês e não querem falar as nossas línguas. B E5</p> <p>- Por exemplo os trajes ou vestuário tradicional, isso também é um elemento da nossa cultura, a forma de se vestir, a forma de se expressar, por exemplo os nossos dialetos e alguns elementos como a zagaia, a flexa, a cabaça isso em si nos identificam. B E12</p> <p>-Para mim os bens da minha cultura que considero importante conhecer e preservar são a cabaça, a quimbala, o próprio povo não deixar de usar as tranças como tal, não deixa de falar a língua tradicional como tal eu acho importantes. B E8</p>
4- Poderia identificar na sua localidade 3 lugares, construções ou monumentos que ache importantes e com os quais se identifique culturalmente?	<p>- O cristo rei, eu acho que é importante preservar e guardar porque esta estátua já foi construída há muitos anos atrás e se nós não preservarmos eu acho que não haverão pessoas que poderão contar como surgiu e porquê que surgiu. Eu até agora também não sei a história dele. Porquê e quando surgiu. B E5</p> <p>- O museu por exemplo é um lugar muito significativo para mim porque eu irei recordar-me das coisas do passado e assim poderei identificar-me com os elementos que vejo lá, pelos trajes, objectos; Os hábitos e costumes atuais têm muito do passado. B E12</p> <p>- Sim, a estátua de Agostinho Neto, o Cristo rei e a tunda vala. B E24</p>
5- Poderia identificar na sua localidade 3 práticas ou celebração que ache importantes e com as quais se identifique culturalmente?	<p>- Eu fiz o <i>efiko</i> e guardo boas lembranças destes dias, das danças que são feitas, do vestuário e das tranças que nos fizeram enfim... de toda a festa. B E9</p> <p>- O povo, a sua forma de ser, de vestir, é isso aí... porque agora está-se a perder a nossa própria identidade, por exemplo temos</p>

	<p>aí na Humpata os <i>mumuilas</i>, são um povo tipicamente tradicional mas as pessoas olham para eles, para sua forma de ser e de vestir como se fosse um tabu. B E11</p> <p>- Sim; a realização do efiko para as mulheres, do ekwenje para os rapazes e o carnaval. B E1</p>
6- O que acha da ideia de participar de um grupo de identificação, recolha e registo dos bens que considera como sendo importante para a sua comunidade?	<p>- Vai ser bom! Porque eu vou aprender mais como é a nossa cultura e, até porque eu tenho curiosidade em saber mais sobre a nossa cultura. B E9</p> <p>- Gosto muito desta ideia porque ela vai nos incentivar mais e ajudar-nos a perceber melhor a nossa própria cultura e a sua proveniência. B E12</p> <p>- Eu acho brilhante! E até já estava à espera de uma oportunidade destas, nunca tive uma oportunidade destas e gostaria de participar porque eu valorizo a minha cultura e sei falar um pouco da minha língua <i>umbundo</i>. B E10</p>

No último quadro apresentaremos de igual modo as questões e algumas respostas dadas por alguns encarregados de educação (pais, tios) de alguns alunos das escolas investigadas. Será designado Grupo C e terá igualmente a letra E como código de identificação para as respostas.

Quadro nº 3 - Questões e respostas do Grupo C

Questões grupo C	Respostas Grupo C
1- A cultura está presente em todos os lugares e actividades, por exemplo nas ruas, em nossas casas, nas escolas, nas igrejas, nas praças, nos modos de fazer e criar... na sua opinião o que representa a cultura da sua localidade?	<p>- Na minha opinião o que representa a cultura da minha localidade são as nossas tradições, as nossas danças, os nossos hábitos e costumes. E3</p> <p>- É mesmo a nossa forma de viver, de fazer as coisas, como por exemplo na localidade aonde eu nasci e cresci nós desde pequenos aprendemos que devemos usar panos, lenços na cabeça, comermos com as mãos todos juntos num só prato para mulheres e noutro só os homens as crianças também comem todas juntas, pisamos a fuba no pilão, nas pedras, temos as nossas festas e rituais tradicionais é muita coisa filha! Podíamos passar aqui o dia inteiro a falar disso. C E1</p> <p>- São as nossas manifestações culturais, o nosso dialeto, as nossas comidas, a nossa forma de adorar o nosso deus com danças, batucadas, é isso (...) C E5</p>
2- Ao conjunto de manifestações, realizações, bens, construções, objectos... a que damos valor e queremos salvaguardar podemos chamar património cultural. Para si quais são os elementos que na sua localidade considera como património cultural?	<p>- Por exemplo, eu para tratar do umbigo dos meus netos uso as nossas folhas tradicionais, para fechar a abertura da cabeça também uso um remédio que a minha avó ensinou para a minha mãe, a minha mãe também me ensinou e eu ensinei para a minha filha. Também lhes ponho uma fita ou um saquinho com a pele de elefante seca para o mau olhado. Tudo isso aprendi com a minha mãe que também aprendeu com a minha avó; essas coisas vêm de gerações antigas, são as nossas tradições mesmo. C E3</p> <p>- Temos a nossa festa do efiko, do ekwendje, o nosso hábito de comer com as mãos o mahine com pirão, usar panos, lenços, isso tudo nós não devemos esquecer mesmo estando a viver aqui na cidade porque isso é mesmo a nossa tradição, que mostra que somos africanos. C E2</p> <p>- A língua tradicional ou materna é um exemplo. Costuma-se dizer que a língua é um elemento que caracteriza culturalmente um indivíduo ou povo, a dança tradicional também, os penteados e adornos tradicionais, o vestuário, enfim... tudo isso</p>

	faz parte do património cultural de uma sociedade ou povo. C E6
3- O que acha da ideia de participar de um grupo de identificação e registo dos bens culturais ou elementos do património que considera importantes para a sua localidade e para a comunidade?	<ul style="list-style-type: none"> - Seria uma excelente ideia! E eu com certeza não hesitaria em participar. C E6 - Acho uma boa ideia. C E5 - Gostaria sim! E porque não? C E2
4- Pensa que isso seria importante?	<ul style="list-style-type: none"> - Claro que sim! é mesmo muito importante! Tem muita coisa que nós os mais velhos temos de passar e ensinar a vocês os mais novos, do mesmo modo jeito que os nossos avós ensinaram aos nossos pais, nós devemos ensinar aos nossos filhos. C E1 - Seria muito bom isso, nós temos que ter orgulho do que somos, como somos e ninguém poderá fazer isso por nós. C E2 - Penso que sim! Pois, as pessoas orgulham-se sempre em participar de atividades que revelam e enaltecem a sua cultura. C E6
5- Pensa que as pessoas poderiam aderir?	<ul style="list-style-type: none"> - Penso que sim... pelo menos todos os mais velhos aceitariam sem problemas, mas os mais novos talvez não, porque hoje em dia eles já não querem saber mais nada das nossas tradições, dos nossos hábitos, das coisas que os nossos ancestrais nos deixaram. Os jovens de hoje só querem saber das coisas dos outros, do estrangeiro e dizem que nós já estamos ultrapassados. C E1 - As pessoas vão participar sim, porque elas mesmas são as donas da própria tradição, da nossa cultura, dos nossos costumes. C E5 - Poderiam sim... então como já disse, quem melhor que nós para falar da nossa própria cultura? Daquilo que nos faz verdadeiramente africanos? Nós mesmos! É só falar com as pessoas, que vão aceitar. C E2
6- Tem sugestões para o modo como essa recolha poderia ser feita?	<ul style="list-style-type: none"> - Devemos regressar às nossas origens, lá mesmo no <i>quimbo</i> porque é lá aonde vamos encontrar tudo isso; trabalhar com os nossos mais velhos que conhecem bem as nossas tradições todas e com a vossa ajuda, vocês que estudam essas coisas para poderem escrever, gravar e registar tudo. C E1 - É mesmo chamar as pessoas e dizer que vamos fazer um trabalho sobre a vossa cultura e cada um vai falar do que sabe, do que aprendeu com os seus avós, pais e assim vamos fazer. C E2 - Todos nós deveríamos arranjar um dia para nos reunirmos e juntos começávamos a recordar-nos de tudo aquilo que faz parte da nossa cultura, as coisas que nós aprendemos e começar a anotar tudo num caderno ou escrever um livro e depois, mostrar também as outras pessoas de outros países o que é nosso como eles fazem com o que é deles. C E4

Feita a apresentação das entrevistas segue-se agora a análise do seu conteúdo. Assim, importa frisar que depois de efetuadas as diversas etapas inerentes ao processo de análise de conteúdo, optou-se pela criação de tópicos ou categorias, criadas de acordo com os objetivos propostos no estudo.

Deste modo, criaram-se os seguintes tópicos ou categorias:

- I. Percepções/ visões referentes à temática cultura e património cultural.
- II. Reconhecimento e importância do património cultural local.
- III. Opiniões sobre a participação e integração no projecto de levantamento dos elementos do património cultural local.

I. Percepções/ visões referentes a temática cultura e património cultural

Relativamente a este item, a análise efectuada dá-nos a perceber que os sujeitos implicados no estudo apresentam ideias válidas e pertinentes em relação à temática e, embora inicialmente os conceitos lhes pudessem parecer desconhecidos, demonstraram de forma muito elucidativa e clara terem noções sobre os mesmos; as suas opiniões, embora expressadas de formas diferentes e usando linguagens diversas, deixam claro que os seus referenciais de cultura e de património cultural são baseados e inspirados nas práticas e saberes-fazer dos seus antepassados ou seja, de um legado que vem dos seus ancestrais e que perpassa de geração em geração.

II. Reconhecimento e importância do património cultural local.

Relativamente a este item podemos constatar que os entrevistados apontam diversos elementos, tanto na vertente do património material (objectos, edificações, lugares), quanto na vertente do património imaterial (práticas, celebrações) como fazendo parte do seu referencial cultural, referenciando principalmente as edificações mais antigas que fazem parte da história da fundação da cidade e do município, os objetos e utensílios fabricados e muito utilizados pelas comunidades antigas, manifestando a necessidade de aqueles serem resgatados e de voltarem a utilizá-los; os lugares e práticas muito mencionadas nas suas descrições são sobretudo ligados às práticas mais frequentes, ou seja, que são muito realizadas no seio das comunidades *nyaneka*, das quais muitos deles terão participado direta ou indiretamente.

Todavia, nas suas palavras é evidenciado o sentimento de pertença expresso em relação a cada um dos elementos da sua cultura quer sejam no âmbito material ou imaterial, os mais antigos e até mesmo os mais recentes, demonstram também o orgulho que sentem pela sua cultura e pelos elementos que a caracterizam e que deste modo os caracteriza também ou seja, fazem parte do seu referencial cultural e identitário.

III. Opiniões sobre a participação e integração no projecto de levantamento dos elementos do património cultural local.

Em relação a este ponto podemos constatar, a partir das repostas, que de modo geral há uma predisposição dos entrevistados em participar da atividade prática que tem

como principal propósito proceder primeiramente à elaboração de um plano de análise, seleção e registo dos bens (materiais e imateriais) potencialmente importantes para fazer parte dos referenciais culturais locais.

Podemos notar ainda que a proposta ou plano de acção deve ser extensiva a outros contextos, que não seja só o escolar, uma vez que vários são os entrevistados que propõem que a iniciativa se deve deslocar para as zonas rurais, às quais muitos deles se refere como *quimbo*, para, junto com os membros das respetivas comunidades, sobretudo com o anciãos, por eles designados “mais velhos”, se poder desenvolver o processo de recolha e registo dos elementos que representam alguma importância para eles.

Assim, a questão que eu levanto ou, melhor dito, a posição que eu defendo, é que a melhor forma de trabalharmos o património cultural visando a educação patrimonial, a integração e a familiarização com a temática no seio social (refiro-me ao contexto em estudo), na escola ou na comunidade, será através da estimulação, instigação dos sujeitos implicados (professores e alunos, para o contexto escolar) e dos elementos da comunidade, e aí podemos incluir também os encarregados de educação (para outros contextos), a fim de apresentarem as suas próprias opiniões a respeito do património cultural e a partir daí construir e elaborar os conceitos, acções ou planos de atividade neste âmbito. Encontra-se fundamento e pertinência para tal a partir das respostas apresentadas pelos nossos entrevistados e das opiniões que formulam, sempre válidas sob o pressuposto de que o processo de educação patrimonial deverá ser levado a cabo de acordo com as visões e percepções daqueles que são os criadores, detentores e principais guardiões do acervo cultural.

Feita a apresentação e análise das entrevistas submetidas a cada um dos grupos que constituíram o nosso objeto de estudo, apresentaremos um resumo de bens culturais materiais, imateriais e naturais identificados como equivalentes a património.

Assim sendo, podemos constatar a partir das respostas dos nossos entrevistados que os bens culturais materiais por eles identificados como equivalentes a património local ou nacional são: as edificações mais antigas da cidade que fazem parte da história da fundação da cidade em geral e do município do Lubango em particular tais como: o monumento do Cristo Rei, o complexo da Nossa Senhora do Monte, a igreja da Sé Catedral, o Museu Regional da Huíla e outros lugares mais ligados ao meio rural ou seja as instituições culturais locais nomeadamente o *otchoto*; em relação aos objectos

mencionaram os utensílios domésticos e de trabalho muito utilizados pelas comunidades rurais, nomeadamente a cabaça, zagaia, flexas, *nonkako*, missangas, os objectos artesanais que são considerados como símbolos da cultura e identidade local e não só tais como a figura da mulher *mumuila* e o pensador.

Em relação aos bens culturais imateriais os mais citados foram as práticas e celebrações culturais locais tais como o *efiko*, o *ekuendje*, o carnaval, as danças e músicas tradicionais, as línguas nacionais, práticas para curar doenças utilizando fármacos naturais, os modos e vivências autóctones (comer com as mãos, vestir os panos, usar os penteados e adornos autóctones...)

Os elementos ou bens culturais naturais mencionados foram as zonas paisagísticas e pontos de referência turística do município nomeadamente a Serra da Leba e a Tunda Vala.

São esses os elementos ou bens culturais materiais, imateriais e naturais referenciados com maior frequência no decorrer das entrevistas realizadas aos sujeitos desta pesquisa como sendo os elementos pertencentes a sua cultura equivalentes a património. Porém é notável que os inquiridos não fazem distinção entre os elementos e ações ou práticas culturais que apresentam potencial valor ou constituem práticas de valor patrimonial ou patrimonializáveis, conforme se estabelece entre os estudiosos da matéria e nos critérios de seleção convencionados pelos normativos legais da UNESCO. Para eles, todas as práticas culturais, os saberes fazeres, as acções e modos de vivência autóctones são considerados como seu património cultural.

5. Projeto de acção para educação patrimonial no município do Lubango

As informações obtidas através das entrevistas foram cruciais para as reflexões deste trabalho e determinaram a elaboração da proposta de um projecto de ação visando a educação patrimonial apresentando medidas e iniciativas que, numa primeira fase, estarão direcionadas às escolas do ensino geral, concretamente do primeiro ciclo do ensino secundário do município do Lubango, que constituíram um dos objetos da nossa pesquisa.

Importa frisar que inicialmente era minha intenção propor e apresentar acções que visavam integrar a temática sobre a cultura e o património cultural no plano programático curricular escolar. Entretanto, estando ciente das mudanças significativas

que isso acarretaria e que dependem, para o efeito, de instâncias e instituições a nível superior (nomeadamente Ministério da Educação Ciência e Tecnologia e Ministério da Cultura) e ponderando as características do projecto que aqui se apresenta (experimental e a curto prazo), optei porém por apresentar acções que visam a educação patrimonial no contexto escolar, somente a serem realizadas a nível das atividades extras curriculares e a serem estendidas para o contexto comunitário.

Vários são os propósitos que se pretendem com a elaboração desta proposta de projecto de acção visando a educação patrimonial no município do Lubango. Primeiramente, pretende-se contribuir para novas abordagens e se possível para a constituição de bibliografia referente às temáticas da cultura, do património cultural e da sua importância no processo de afirmação da identidade cultural. Pretende-se contribuir para a formação do sentido de preservação da memória social e para a afirmação de cidadania, atendendo por este meio a uma das preocupações do estado angolano no que concerne a necessidade de mobilização e o despertar da sociedade em geral, sua integração e participação activa nos assuntos relacionados com o património cultural e natural e com a memória social. O projecto de acção, tendo como título *Educação patrimonial: o património cultural e a escola no município do Lubango* visa atingir os seguintes objectivos específicos:

- Explorar as perspetivas e os conhecimentos dos professores, alunos e comunidade(s) envolvente(s) referente ao património cultural local;
- Promover e estimular o interesse dos professores, alunos e comunidade(s) envolvente(s) em relação ao património cultural local;
- Envolver os participantes em actividades que visam o (re)conhecimento do património cultural local através da realização de várias acções, sobretudo a elaboração de um inventário participativo, estimulando, deste modo, o desenvolvimento de valores, atitudes e práticas que contribuam para a formação de cidadãos conscientes, participativos e com sensibilidade em relação a estes aspectos sobretudo numa sociedade multiétnica e plurilingue.

Desde já, quero aqui realçar que o projecto de acção para educação patrimonial que aqui se apresenta é de carácter experimental e pretende-se aplicá-lo á curto prazo.

Instituições ou locais de acção

Pretende-se que esta proposta de projeto de acção seja aplicada nas instituições ou locais seguintes:

- 1- Escolas do primeiro ciclo do ensino secundário do município do Lubango, das quais farão parte o Colégio Solange e a escola nº 1773, com as quais trabalhei para a obtenção dos dados empíricos do trabalho, e outras instituições escolares do mesmo sistema de ensino que serão ocasionalmente escolhidas;
- 2- Algumas comunidades do município do Lubango que serão ocasionalmente envolvidas ou seleccionadas. É de realçar que a escolha da(s) comunidade(s) a estudar dependerá das respostas e opiniões dadas pelos grupos com os quais trabalharmos (professores, alunos e encarregados de educação), ou seja, de interesses que eles mais mencionarem, sendo que, deste modo, começaremos o trabalho já numa localidade de referência e consensualmente escolhida.

O plano de acção promoverá a interação entre os vários grupos de participantes e participantes individuais: os professores, os alunos e outros membros da (s) comunidade (s) locais.

Deste modo o projecto será desenvolvido a partir das seguintes etapas:

1ª Sensibilização, debate conceitual;

2ª Produção de actividades referentes ao património cultural;

3ª Realização do inventário participativo;

4ª Realização de exposições do produto final das actividades realizadas.

Estas etapas poderão contudo vir a constituir linhas de acção articuladas entre si, consoante o desenvolvimento do projecto e as necessidades da sua adaptação, no espaço e no tempo.

Os períodos de tempo seguidamente indicados para algumas acções são meras hipóteses de trabalho e terão de ser validados em contexto de aplicação do projecto.

1ª Etapa: Sensibilização, debate conceitual

O tempo de duração desta actividade dependerá do número de turmas, professores e alunos (tratando-se do contexto escolar), mas estima-se que fase inicial

seja realizada em mais ou menos vinte dias. Já no contexto comunitário o processo será diferente, pois pretende-se, para além do contacto prévio com as comunidades, tratar da sensibilização e do debate conceitual em continuidade e, em termos de atividade prática, não se pretende ministrar palestras propriamente ditas, mas realizar uma espécie de tertúlia, cada uma podendo levar mais ou menos duas a três horas.

Nesta primeira etapa, pretende-se trabalhar primeiramente com o corpo docente. Como foi possível constatar a partir das respostas obtidas através das entrevistas, vários professores afirmam que apesar de acharem pertinente e crucial a ideia de se abordar, no contexto escolar, temáticas sobre a cultura e o património cultural local, não se sentem capacitados ou não vêm formas para aplicarem eles próprios, na prática, esta acção. Assim, propõe-se como solução para esta questão, levantada por eles, a realização de um ciclo de palestras para os professores, a serem levadas a cabo por técnicos do ministério da cultura que já têm em seus planos de trabalho a realização de palestras visando a disseminação de informações sobre o património cultural, até agora somente voltadas para os alunos. Desta vez, seriam os professores a beneficiarem desta acção. Por outro lado, os técnicos preparar-se-ão para integrar um elemento novo no que diz respeito ao procedimento metodológico de realização das palestras, a fim de que a apresentação dos conceitos e dos exemplos sobre o tema seja feita conjuntamente e a partir das suas próprias noções e conhecimentos, ao invés de ser através de conteúdos pré elaborados, como se tem procedido. Deste modo, a produção dos conhecimentos seria feita através da troca de saberes e experiências entre todos – palestrantes/mediadores e professores, até porque estes demonstraram ter ideias pertinentes sobre o tema e propostas de acções e atividades muito válidas, que aliás serão oportunamente aproveitadas e constarão do plano de atividades propostas no projecto.

De modo idêntico pretende-se que sejam os professores a efetuarem o mesmo tipo de exercício com os seus alunos, em sala de aula ou fora dela, elaborarem em conjunto com os alunos os conceitos, conhecimentos relativos a cultura, ao património cultural, sua importância e significado. Neste exercício, para além de estimularem o interesse dos alunos pelo tema, ainda os incentivariam a participar também e dar-lhes-iam a possibilidade de ajudarem a seleccionar os conteúdos de aprendizagem, permitindo que eles mesmos expressassem, a partir dos seus referenciais de cultura, aquilo que consideram um bem cultural da sua comunidade, identificando os valores que

representam para si algum ou maior significado efetivo, cultural ou mesmo utilitário, entre outros aspectos que podem ser relevantes para este processo. Foi possível constatar através das entrevistas que os alunos possuem também opiniões pertinentes e proveitosas sobre o assunto.

Paralelamente, no âmbito da realização dos trabalhos fora do contexto escolar, nas comunidades locais, deverão também ser incluídos os membros desta(s) comunidade(s) uma vez que ninguém melhor do que eles nos podem dar informações, diretrizes para a realização eficaz do trabalho de recolha e registo e, deste modo, sensibilizá-los para a importância do seu património, sua memória e seus valores culturais. O contacto com a comunidade selecionada para o trabalho deverá ser prévio e previamente também se fará o exercício de sensibilização e debate conceitual. O procedimento será o mesmo que se utilizou com os professores e os alunos, mas desta vez eles (professores e alunos) também serão executores da atividade.

2ª Etapa: Produção de actividades referentes ao património cultural

A duração desta actividade também não é explicitamente determinada, pois dependerá muito da dinâmica de participação e das circunstâncias em que se vão desenvolver as acções. Porém, este processo poderá vir a realizar-se em mais ou menos 30 dias.

Antes de descrevermos as estratégias ou meios de acção que se pretendem aplicar para a realização das actividades concretas e práticas do trabalho, importa referir que o presente projeto, bem como as suas acções, têm uma especificidade em função das características e realidades do contexto em questão (território e suas comunidades). Isto é, trata-se de um contexto com uma diversidade cultural e linguística considerável e portanto não se pode falar de “originalidade” ou “genuinidade” etnocultural; a pesar desta diversidade possui uma matriz cultural comum (Bantu); o próprio estado ou nação forjou-se num contexto culturalmente influenciado, pois foi alvo de um processo de colonização.

O estado angolano é signatário de várias convenções da UNESCO consagradas no âmbito da cultura e do património cultural e natural, como tal transpõe para os domínios jurídico e governativo as disposições desses normativos internacionais, nomeadamente quanto à conservação e protecção do património universal, ao progresso e difusão do conhecimento.

Deste modo, o estado angolano adota uma política de defesa do património cultural e especifica as responsabilidades dos órgãos governamentais, não-governamentais e da sociedade em geral relativamente à salvaguarda e protecção dos elementos consagrados como património cultural nacional. Além disso, revela a preocupação e necessidade de associar as populações às medidas de protecção e de conservação solicitando a sua colaboração na dignificação, defesa e fruição do património cultural. Denota-se uma tendência em enquadrar outros agentes da sociedade que não sejam só as instituições especificamente vocacionadas, para participarem deste processo e do resgate dos seus referenciais culturais.

Assim, é importante considerar também que o município para qual se dirige o nosso estudo e projecto de acção visando a educação patrimonial possui uma série de bens culturais, que já estão inventariados e classificados de acordo com os preceitos legais; assim sendo existem no município do Lubango cerca de sessenta e sete monumentos inventariados (dentre os quais zonas paisagísticas e naturais) muito dos quais ainda desconhecidos no seio da sociedade em geral. Para além disso o município ainda dispõe de uma riqueza etnográfica considerável a nível de Angola; as comunidades desta região sobretudo no meio rural são detentoras de um rico e múltiplo manancial cultural integrando diversos elementos e práticas expressas nos diversos momentos da sua vida quotidiana: a música, a dança, os rituais de iniciação e de passagem, as cerimónias religioso-culturais e práticas autóctones são alguns destes elementos.

Assim, procuraremos nesta etapa apontar algumas estratégias ou meios de acção que pretendemos aplicar para a realização das actividades concretas e práticas do trabalho. Apontamos as seguintes actividades:

Pretende-se, primeiramente e a curto prazo, familiarizar e envolver inicialmente as instituições escolares, estendendo para as comunidades do município do Lubango ações e práticas que envolvem a cultura e património cultural e natural local; entretanto não arriscamos aqui apresentar respostas ou expectativas em relação ao projecto por um longo período uma vez que o que se pretende por enquanto é apresentar acções inovadoras daí o projecto ser de carácter experimental e a curto prazo, além de que a sua materialização depende de outros factores e exige um envolvimento de vários agentes e instituições.

- Na verdade como podemos constatar a primeira actividade começa já na etapa anterior, ou seja, a realização de palestras, o debate conceitual e de sensibilização dos grupos já constitui por assim dizer um meio de acção.

Após a realização das palestras certamente os professores e alunos já estarão em condições de realizarem em conjunto algumas actividades que têm a ver com a cultura local, como por exemplo:

- Os professores poderão desafiar os seus alunos a produzirem obras que remetam para ou envolvam os elementos do património cultural local apontados por eles aquando da realização da primeira etapa; por exemplo, aos alunos que saibam falar alguma língua nacional e até mesmo aqueles que não saibam, a produzirem, com a ajuda dos seus familiares, amigos ou parentes e apresentarem à turma ou numa outra ocasião um excerto poético, conto, estória ou advinha em língua nacional; trazerem para a escola algum objeto que tenham em casa e a que atribuam alguma representatividade cultural, com sua respetiva descrição ou historial (poderá ser algum objecto que tenha sido mencionado por eles na fase do debate ou não); falarem sobre o prato típico, o traje típico, os penteados e as práticas da sua região que consideram importantes e até mesmo pedir àqueles que tenham sido submetidos a algum ritual ou tenham participado de alguma prática ou manifestação cultural da sua localidade, a contar a sua experiência e descrevê-la por escrito ou sob outro registo se possível.

- Promover, com ajuda dos funcionários do DPHCH, visitas guiadas aos vários lugares do município, sobretudo aqueles mencionados como sendo os mais significativos e pedir que apontem as características do lugar e os aspectos que acharem mais importantes (tanto os professores como os alunos). O museu regional, por exemplo, poderia ser um desses lugares, uma vez que para além de contemplar no seu acervo um rico e diversificado conjunto de elementos etnoculturais das comunidades do sul de Angola, constatou-se ser um dos lugares mais mencionados pelos nossos entrevistados, o que denota para este caso a sua importância como um referencial cultural do município.

Assim, a primeira visita guiada poderá ser realizada no Museu Regional da Huíla a fim de em conjunto com a equipa de funcionários da instituição percorrermos os vários espaços que a compõem e adquirir informações sobre o acervo museológico. Durante a visita cada um deverá anotar os aspectos que mais tenham suscitado o seu

interesse, as informações captadas sobre o acervo e não só e, posteriormente, deverão ser discutidos e analisados todos os pontos de vista.

Em seguida, poderão ser agendadas outras visitas aos vários locais do município que eles tenham mencionado como lugares importantes, com um significado cultural, efetivo e identitário, nomeadamente o monumento do Cristo Rei, a Serra da Leba, a Igreja da Sé Catedral e outros de potencial valor patrimonial do município.

- Realizar um trabalho de campo com uma equipa que inclua os técnicos do DPHCH, professores, alunos e elementos de uma comunidade local, prévia e consensualmente escolhida pelo grupo e fazer um levantamento de todos os bens patrimoniais apontados ou referenciados pelos membros da comunidade como referencial cultural local. Neste trabalho, para além de serem feitos os registos escritos serão também feitos registos fotográficos, audiovisuais, mapeamentos entre outros. Esta actividade insere-se na **3ª Etapa referente a realização do inventário participativo**.

Esta etapa será certamente a mais complexa de executar sendo que pressupõe ter que deslocar-se para a localidade ou comunidade(s) seleccionada(s) para o efeito e consequentemente exige a preparação de meios e condições para a sua realização.

A estratégia de acção patrimonial através da elaboração do inventário participativo é muito utilizada nos projectos levados a cabo no Brasil e têm sido bastante eficazes. Por exemplo um projecto desenvolvido na zona Oeste de Londrina-PR, no ano 2003, intitulado “*Projecto Centro de Documentação e Pesquisa da Ciranda*”¹⁰, promoveu a realização de um levantamento das personalidades e lugares considerados importantes para a comunidade; para tal as estratégias de acção foram baseadas na realização de um inventário participativo, ou seja, foi promovido um passeio pelo bairro junto com a comunidade local, para reconhecimento desses espaços, durante o qual se procedeu ao registo fotográfico, mapeamento e criação de roteiros dos mesmos; foram ainda realizadas entrevistas com as personalidades escolhidas a fim de se recolher informações sobre o local. Esta actividade culminou com a realização de uma exposição fotográfica em painéis e a criação de um calendário ilustrativo intitulado “Histórias do Nosso Pedaco” que retratava algumas personalidades locais referenciadas

¹⁰ Exemplo extraído do livro que aborda a metodologia desenvolvida durante aplicação do Projeto Educação Patrimonial, em escolas públicas da cidade de Londrina - PR. Intitulado “Educação Patrimonial: Da teoria à Prática”; Da autoria de Leandro Magalhães; Patrícia Castelo Branco e Eliza Zanon, editado pela UniFil em Janeiro de 2010.

pelos membros da comunidade como sendo importantes para o local; para além destas personalidades, visando contemplar os participantes do projecto, e não apenas os proponentes, optou-se ainda por mencionar o nome de todos ao redor do calendário.

Esta metodologia ou estratégia parece um instrumento bastante eficaz no processo de educação patrimonial, não só a nível do contexto brasileiro como de outros, desde que adaptada a cada realidade e em que se pretende, através da educação patrimonial, promover o exercício da cidadania, o envolvimento da comunidade, levando-a a apropriar-se e a usufruir do património, a preparar o indivíduo para a leitura e a compreensão do universo sociocultural em que está inserido.

O inventário é indispensável, sempre sabendo que nunca será exaustivo, nem definitivo e que deverá, portanto, permanecer evolutivo, subjectivo, condicionado pelo objetivo da pesquisa e pelos saberes do momento (Varine, 2012: 46). O inventário participativo será a melhor forma de integrar todos os grupos ou equipas de trabalho (técnicos, professores, alunos e comunidade em geral na realização das actividades).

A comunidade em questão poderá ser a que se localiza na região aonde se situa a fenda da Tunda Vala. Esta região é habitada por uma população autóctone pertencente à comunidade *nyaneka* que certamente conhece em detalhe todo o território e em parte nos poderão fornecer informações referentes aos aspectos culturais entre outras informações que podem ser importantes para a elaboração do inventário.

- Equipa de trabalho

Para a execução deste trabalho no terreno ou campo de trabalho pretende-se trabalhar como já foi acima mencionado com uma equipa constituída por:

- Técnicos da Direcção Provincial da Cultura concretamente os do Departamento do Património Histórico Cultural (dos quais eu farei parte);

- Professores, alunos, e membros das comunidade (s) a ser (em) estudada (s).

No âmbito das actividades que têm sido realizadas pelo Departamento do Património Histórico e Cultural da Direcção Provincial da Cultura, visando trazer para a sociedade (sobretudo junto dos jovens estudantes) abordagens sobre a cultura, o património cultural local e não só, penso em aproveitar e apresentar esta proposta à instituição sugerindo que a equipe de trabalho seja mais integrativa, ou seja, que inclua não só os técnicos e funcionários do Departamento do Património Histórico e Cultural (como é costume), mas também e sobretudo os jovens estudantes, seus professores,

encarregados de educação e enquadrá-los também nos trabalhos de recolha oral e levantamento dos bens patrimoniais a nível de várias localidades do município que têm já sido efetuados apenas pelos funcionários da instituição.

Deste modo, as perspectivas e visões seriam muito mais abrangentes e diversificadas uma vez que normalmente os inventários feitos pelos técnicos incidem sobretudo em aspectos científicos ou seja, devem respeitar os critérios técnicos e disciplinares, negligenciando muitas vezes os aspectos simbólicos, afetivo, daí que normalmente são consultados para informação proprietários privados, e não propriamente a população, tendo isso acarretado várias consequências; revelam-se pouco dinâmicos, pois não acompanham as alterações e mutações e, também muitas vezes, esse inventário não tem significado para a região ou para a população local, que dificilmente se sentirá motivada a preservar os bens inventariados, ainda que estes cheguem a ser classificados como património local caso não os reveja como seu património e como um recurso para o desenvolvimento local.

Assim, pensa-se constituir uma equipa de mais ou menos 18 a 20 pessoas, entre funcionários do Departamento do Património Histórico e Cultural, professores, alunos e encarregados de educação. Como já foi dito, pretende-se mobilizar também os membros das comunidades locais para integrarem a equipa de trabalho, no intuito de se levar a cabo a elaboração de um inventário participativo para a identificação e o registo dos bens culturais e patrimoniais das comunidades. As actividades serão mediadas pelos técnicos da DPHC, que, sempre que necessário, poderão ser também os responsáveis por tomar as decisões e distribuir as tarefas pela equipa, pelo facto de os mesmos já possuírem experiência na realização de trabalhos dessa natureza. Entretanto, serão mobilizados e integrados para o efeito:

- Membros das administrações locais e responsáveis pelos sectores da cultura, do território e desenvolvimento local.

- Os anciãos das comunidades, (neste caso em concreto os da comunidade da Tunda vVla) (que por norma são também os representantes máximos do poder consuetudinário) pois, como não podia deixar de ser, estes e sobretudo no contexto africano representam a “memória viva” das comunidades, além do que eles foram muito mencionados pelos nossos entrevistados como elementos determinantes para a execução desta tarefa;

- Serão também integrados os jovens das comunidades (estudantes e não só) uma vez que eles representam a população activa, e são os futuros responsáveis pela comunidade, além de que a intenção do projeto é mobilizar e enquadrar o máximo possível de membros das comunidades para iniciar-se o processo de consciencialização, reconhecimento e registo dos elementos considerados como seu referencial cultural.

Certamente que a execução do projecto no terreno acarretará custos e, como tal, devemos preparar os recursos e meios de trabalho necessários. Assim, para que tal acção seja possível, como no caso do inventário participativo, precisaremos reunir nomeadamente os seguintes recursos:

- Meio de transporte para se deslocar as pessoas ao local escolhido;
- Fichas para o inventário impressas e devidamente reunidas em ficheiros/bases de dados, seguindo o modelo utilizado pelos técnicos do DPHCH quando se efetuam trabalhos desta natureza; é de realçar que essas fichas servirão apenas de base para a execução da tarefa pois a sua estrutura e itens poderão ser alterados consoante a experiência desenvolvida no terreno.

- Algum material didáctico (lápiz, canetas, papel, borracha);
- Máquinas fotográficas com a função filmagem (cerca de 05);
- Gravadores de áudio digital (cerca de 05);
- Bens alimentares.

Reunidas todas as condições para a execução da actividade, as distintas tarefas deverão ser distribuídas entre os membros da equipa, responsabilizando-os pela sua execução. Por exemplo, no caso concreto da realização da actividade junto da comunidade da Tunda Vala, a distribuição das tarefas entre os diversos elementos poderia ser feita da seguinte forma:

- Os Membros das administrações locais e responsáveis pelos sectores da cultura, do território e desenvolvimento local; inicialmente poderão ser estes a entrar em contacto prévio com os membros das comunidades e passar-lhes a informação sobre o tipo de trabalho a ser realizado;

- Estando toda a equipa no terreno, (comunidade residente na região da tunda vala) deverão concentrar-se num local da comunidade para em conjunto com os seus membros realizarem uma exposição participativa em que cada um

vai dizer, entre os elementos culturais (história da região, edificações, manifestações, práticas, saberes fazer, objectos, memórias), o significado e importância que têm para si e, em seguida, discutir sobre as suas escolhas. Todas essas informações seriam depois registadas pelo grupo.

- Os estudantes poderão ser os responsáveis por mobilizar e informar os membros da comunidade e seleccionar os que dentre eles farão parte da equipa de trabalho ou seja os que se mostrarem interessados a participar na actividade;

- Uma parte dos professores, encarregados de educação e alguns técnicos do DPHC poderão ser os responsáveis por acompanharem os membros da comunidade seleccionados (anciãos, jovens e outros) na caminhada aos locais apontados como sendo os de referência histórica, cultural, simbólica e proceder ao seu registo (apontamentos, fotografias, gravação de áudios);

- Todos os grupos poderiam depois reunir-se novamente num local da comunidade junto com os membros e realizarem o balanço final das actividades, (o levantamento feito, os registos) e, em seguida, discutirem sobre eles. Todas essas informações deverão ser também registadas pelo grupo.

O resultado será uma acumulação de dados, de documentos, de fotos, de informações orais, de fichas. Eventualmente existirão também lacunas, em relação a algumas informações prestadas sobre um ou outro elemento. Daí que os técnicos do DPHC, sobretudo e também alguns professores poderão ser os responsáveis pela sistematização de toda a informação recolhida.

Após a sistematização da informação recolhida a mesma carecerá ainda de ser enriquecida por pesquisas de cariz científico, histórico, e até mesmo administrativas mais profundas; desta feita por agentes ou especialistas nessas áreas.

- Formação e capacitação:

A intenção deste projecto é também que, depois da realização das actividades no terreno, os membros da própria comunidade se tornem os agentes e dinamizadores de actividades sobre a cultura local e visando o desenvolvimento local a partir dos bens culturais. Assim, poderão beneficiar de uma formação mais específica (integrando alguns aspectos científicos e técnicos) sobre as questões culturais e bens patrimoniais, alguns responsáveis da administração local, alguns representantes do sector da cultura

local, alguns responsáveis pelos sectores do território e desenvolvimento local, o responsável máximo da comunidade (ancião, que é designado, no contexto da comunidade em questão, por soba, sendo ainda o representante máximo do poder consuetudinário na comunidade rural), alguns jovens da comunidade (professores e não só).

Esses elementos deverão também ter acesso às informações resultantes do processo de recolha, sistematização e inventariação realizado na comunidade.

4ª Etapa: realização de exposições, roteiros do produto final das actividades realizadas

Depois da realização destas actividades e de outras que eventualmente poderão vir a ser incluídas, pretende-se no final realizar exposições (itinerantes) em lugares públicos (a mediateca municipal por exemplo e posteriormente outros lugares) com todo o produto resultante das nossas actividades (desde as realizadas na escola entre os professores e alunos, até às realizadas pela equipa no terreno) a fim de que todos vejam e se possam orgulhar de um trabalho executado por cada um dos membros da equipa e, acima de tudo, se revejam em cada um dos elementos integrantes da exposição.

Constarão desta exposição diversos produtos resultantes da actividade, desde fotografias, mapas, textos, comentários e até mesmo roteiros dos lugares visitados que poderão servir a outras pessoas interessadas em visitar os locais.

Deste modo, os participantes poderão ainda incentivar outras pessoas que forem ver a exposição a participarem de actividades do género ou a tomarem a seu cargo iniciativas que visem o (re)conhecimento, a integração e o registo dos bens patrimoniais da sua própria localidade.

Deve-se ter sempre em consideração que as acções que visam a educação patrimonial não são exclusivas aos agentes públicos, ou departamento responsável pelo património cultural, (neste caso o DPHCH); podem ainda ser desenvolvidas por outros agentes, outras instituições e administrações locais. Para este caso em concreto podem ser incluídos nesse processo o Museu Regional da Huíla, que certamente constitui um potencial agente de educação patrimonial, até porque o mesmo já tem vindo a realizar acções que visam estimular o interesse da comunidade huilana para visitarem o seu acervo museológico e estarem informados sobre as comunidades ali representadas. Para além disso, e de acordo com uma notícia publicada numa página *online* do jornal de

Angola, o museu tem realizado feiras itinerantes nos 14 municípios, para divulgar peças de artesanato junto das comunidades e recolher artefactos para ampliar o seu acervo.

Outra instituição que também poderia ser associada a este projecto é o arquivo provincial que também poderá servir-se dos dados e informações recolhidas e obtidas desta actividade para acrescentar no seu espólio; deste modo, poderiam também fazer parte de equipas e serem agentes de acções que visam a recolha de dados sobre a cultura e património cultural das comunidades locais, e também realizar acções de educação patrimonial a nível do município. Além disso, como foi mencionado no ponto referente a descrição do arquivo provincial, o mesmo contempla no seu espólio vários documentos da época colonial que têm fornecido dados para a compilação de documentos referentes ao historial da fundação da cidade, do município e até mesmo do país, das suas edificações e localidades mais antigas, entre outros que servem para consulta dos investigadores e não só. Deste modo, poderia haver uma interação entre esta instituição e outras que promovem pesquisas e acções no âmbito da cultura e do património cultural e natural local, no sentido de haver um intercâmbio de informações.

Importa referir que a realização deste processo até à conclusão de todas estas actividades poderá ser feita em vários dias que poderão ser consecutivos ou intercalados.

- Avaliação:

Como já se fez referência e sendo uma questão a considerar nos trabalhos dessa natureza, os resultados ou produto final das actividades não serão jamais exaustivos, nem definitivos; deverão, portanto, permanecer evolutivos, subjectivos, condicionados pelo objectivo da pesquisa, pelos saberes do momento e pelos sujeitos implicados na pesquisa e recolha de informações.

Deste modo, admite-se certamente que poderão vir a existir lacunas e que este método, apesar de potencialmente eficaz, tem algumas vulnerabilidades. Como já foi frisado, deve-se sempre considerar a subjectividade dos habitantes (uma vez que se pretende ter uma grande proximidade com as comunidades) e consequentemente das suas informações e percepções, sobretudo, em relação às perspectivas de futuro de tal inventário. Feito pela geração activa de hoje, com os seus gostos e relação com o passado, o inventário deverá ser actualizado no futuro e reatualizado em intervalos

regulares para dar conta da evolução da cultura e das modas, de qualquer modo relativizados pela necessidade de consensos para as decisões.

- Repercussões:

Entretanto, como já antes sublinhei, pretendo aproveitar os projetos e planos já existentes da Direcção Provincial da Cultura visando a divulgação da cultura local e não só, a integração e a sensibilização da comunidade local para os aspectos referentes à cultura e ao património cultural local, e apresentar esta proposta de acções, que penso serem inovadoras para o nosso contexto e que de certa forma irão contribuir pelo menos para uma mudança de estratégia e de enquadramento de novos membros ou atores neste âmbito. Assim, esperando ser bem-sucedida neste meu intento, o projecto poderá ser promovido pela própria Direcção Provincial da Cultura.

Estou ciente de que um projecto desta natureza carece de outras participações e apreciações para a sua elaboração, ou seja, que deve ser elaborado por uma equipa multidisciplinar, a fim de se ter em consideração outros aspectos, perspectivas e dimensões do assunto. Assim, devido ao contexto académico em que foi realizada, a presente proposta certamente sofrerá algumas alterações aquando da sua materialização efectiva. Deste modo, é meu desejo que esta singela proposta se converta num instrumento útil e que contribua, a par do que já se tem feito em prol da sensibilização, incentivo, integração e, acima de tudo, da divulgação da temática referente à cultura e ao património cultural angolano e particularmente do município do Lubango, para viabilizar o conhecimento e a intervenção dos membros da sociedade em geral e, para este caso dos professores, alunos e membros de algumas comunidades locais no espaço sociocultural ou no meio onde vivem, promovendo ao mesmo tempo a interacção escola/ comunidade. Além de que penso que o inventário participativo é, e deve permanecer, complementar e apoiar as instituições de processos de classificação.

Considerações finais

Ao longo do presente trabalho foram abordados diversos assuntos; porém todos eles remetem-nos para questões muito pertinentes que atualmente estão no enfoque de debates dos diversos estudos na área das ciências sociais. Pudemos ver, ainda que de forma sucinta, que as temáticas da cultura, identidade cultural e património são atualmente uns dos mais controversos e complexos tópicos abordados nesta vertente de estudos sendo que também têm sido alvo das mais diversas interpretações e abordagens nos mais diversos campos disciplinares e sobretudo na área da antropologia. Mas é precisamente o caráter provisório, plástico e imaginativo que todos hoje lhes reconhecem, que os torna abertos à contestação.

Entretanto, o enquadramento sociocultural e político da realidade estudada permitiu-me ter uma maior percepção da panorâmica e enquadramento da temática sobre a cultura e o património cultural no contexto social Angolano e particularmente no município do Lubango e possibilitou-me configurar um estudo diagnóstico desta realidade. Isto permitiu-me uma entrada sólida na problemática com a intenção de solucionamento da mesma e, em função disso definir os princípios programáticos para uma acção que contribua para amenizar a questão através da educação patrimonial centrada no inventário participativo como método, em que a construção da referência identitária, a memória e apelo a cidadania sejam vetores centrais

Após a realização de todas as etapas que envolveram este trabalho de projecto e a investigação que o suportou, poderei concluir que os objectivos traçados aquando da sua definição foram cumpridos. Tal como propus, apresentei um plano de acção visando a educação patrimonial no município do Lubango, com base nos estudos de diagnóstico, avaliação do contexto geográfico, histórico, social e político, bem como numa análise dos aspetos relacionados com as práticas culturais vivas do contexto em estudo e também com base no levantamento bibliográfico referente a este tema.

Todo o processo que culminou com a apresentação desta proposta (que se pretende de alguma forma inovadora, pelo menos para o contexto em questão) partiu do contacto com ações no âmbito da educação patrimonial no âmbito profissional. Porém, o contacto com outras realidades, experiências, ações, metodologias e abordagens envolvendo as temáticas da cultura, do património cultural, da (s) identidade (s), fruto do processo académico (enquanto estudante do mestrado em antropologia) foram

cruciais para me levarem a refletir e perceber que estes conceitos são complexos, dada a diversidade dos seus usos e aplicabilidades.

Algumas alterações foram sendo feitas até chegarmos à proposta final de acções, porque fomos percebendo, ao longo do processo que o mesmo carecia de adaptações em função da realidade encontrada no terreno. Uma dessas mudanças está relacionada com a questão da aplicabilidade das acções que inicialmente se pretendia propor visando integrar a temática da cultura e do património cultural no plano programático curricular escolar. Entretanto, pudemos constatar que essa intenção teria pouca probabilidade de se materializar, ou pelo menos levaria muito mais tempo até à sua concretização, uma vez que isso envolveria mudanças significativas a nível do sistema de ensino e consequente intervenção de instâncias a nível superior; ponderando as características do projecto que aqui se apresenta (experimental e a curto prazo), optou-se então por apresentar acções que visam a educação patrimonial no contexto escolar, somente a serem realizadas a nível das actividades extras curriculares e a serem estendidas para o contexto comunitário.

É importante referir que me deparei com algumas dificuldades para a consecução deste projecto, por escassez de bibliografia sobre o assunto e atendendo que o mesmo ainda é relativamente novo para este contexto. Tive também algumas dificuldades para aceder aos sujeitos entrevistados, motivo pelo qual alguns assuntos não puderam ser tão aprofundados e outros sequer abordados; este certamente foi um aspeto pouco vantajoso para este trabalho. Porém, apesar de todos esses percalços, prosseguimos e chegámos a esta proposta, que acreditamos ser um elemento valioso e constitui uma reflexão sobre este assunto que se vem tornando cada vez mais familiar para o contexto angolano.

Espera-se que esta proposta venha a ser materializada e que de alguma forma venha contribuir para o desenvolvimento do trabalho que já se tem feito em prol da integração das questões sobre a cultura, o património cultural e a memória social no contexto angolano, em particular no município do Lubango; espera-se ainda que esta proposta venha a interessar as instituições e agentes responsáveis pela preservação e pelo estudo dos bens culturais (particularmente a Direcção provincial da cultura) e outras instituições como universidades, associações culturais, agentes do desenvolvimento local e outros, a fim de que se elaborem novos projetos afins, porventura mais completos, e que possam contar com outros recursos e participações,

para que se tenham em consideração outros aspetos, perspectivas e dimensões do assunto.

Referências Bibliográficas

Abu-Lughod, L. (1991). "Writing Against Culture". In Fox, R. (ed.). *Recapturing Anthropology. Working in the Present*. Santa Fe: School of American Research Press, pp. 137-162.

Almeida, L. F. de (2009). Educação e o patrimônio cultural: Por uma nova actitude. *Revista de educação patrimonial Por dentro da história*, nº 1, Contagem-Minas Gerais, pp. 5-32.

Altuna, R. R. de A. (2014). *Cultura tradicional bantu*. (2ª ed). Portugal: Paulinas Editora.

Anico, M., Peralta, E. (2009). Introduction. In Peralta, Elsa e Anico, Marta (eds), *Heritage and Identity in the Twenty-First Century* (pp.1-11). London: Routledge.

Anderson, B. (2005). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a Origem e Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.

Bandula, M. M. (2014). *Um olhar ao Sistema Educativo Angolano*. Dissertação de licenciatura em Pedagogia. ISCED/ Instituto Superior de Ciências da Educação – Huíla.

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Branco, E., Gonçalo, L. & Chiwana, Ó. (2010). *O Totemismo Ente os Ovanyaneka da Tyipungu*. Dissertação de licenciatura em história. ISCED/ Instituto Superior de Ciências da Educação-Huíla.

Beltrão, J. F. & Cardoso, C. (2007). “Patrimônio Linguagens e Memória Social: Problemas estudos e visões no campo da antropologia”. In Filho, L. F. M, Eckert. C. & Beltão J. F. (orgs), *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e desafios contemporâneos* (pp. 45-55). Brasil: Nova Letra.

Bendix, R. F., Eggert, A. & Peselmann, A. (2013). Introduction. In Bendix, R. F., Eggert, A. & Peselmann, A. (eds), “Heritage Regimes and the State”. *Göttingen Studies in Cultural Property*, Vol. 6, pp. 11-20.

Bruman, C. (1999).”Writing for Culture: Why a Successful Concept Should not be Discarded”. *Current Anthropology*. Vol. 40, pp. 1-16.

Caboco, E. (2012). “Património Cultural: O Panorama Corrente da sua Preservação e Desaparecimento em Angola”. *Cultura- Jornal Angolano de Artes e Letras*, pp. 13-14.

Caboco, E. (2013). “A cultura na Escola”. *Cultura- Jornal Angolano de Artes e Letras*, pp. 11-12.

Costa, P. (2007). *A Cultura em Lisboa*. Lisboa: ICS-Instituto de Ciências Sociais.

Choay, F. (2005). *Património e Mundialização*. Évora: Licorne.

Choay, F. (2014). *Alegoria do património*. (2ª ed). Lisboa, Edições 70.

Cuche, D. (2003). *A Noção de cultura nas ciências Sociais* . Lisboa: Fim dos Séculos.

Cruz, R. D. (1993). “Experiencias de la Identidad”. *Revista Internacional de Filosofía Política*, nº 2, pp. 63-74.

Cruz, F. R. da (s.d). *Huíla: Dinâmica de Investimento com Qualidade de Vida*. Monografia da Província da Huíla: Governo Provincial da Huíla, pp. 9-45

Domingos, Z. (2013). “Preservação e Valorização do Patrimônio Arqueológico Angolano no Contexto Nacional e Mundial: Caso do Sítio de Mbamza Kongo”. *Revista Tecnologia e Ambiente, Dossiê IX Jornadas de Arqueologia Iberoamericana e I Jornada de Arqueologia Transatlântica*, v. 19, nº 1, Criciúma, Santa Carina.

Donizete, R. (s/d). “Património Cultural, Memória Social e Identidade: Uma abordagem antropológica”. Universidade da Beira Interior. Lisboa: *Center of Research in Anthropology*.

Eagleton, T. (2003). *A ideia de cultura*. Lisboa: Temas e Debates.

Eriksen, T. H. (1993) *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*, London: Pluto Press.

Evans, J. (1999). Introduction: “Nation and Representation”. In David, B. and Jessica, E. (coords.), *Representing the Nation: A Reader, History, Heritage and Museums*. London and New York: Routledge, pp. 1-8.

Filho, J. L. (1985). *Defesa do Património Sócio Cultural de Cabo Verde*. Lisboa: Ulmeiro.

Filho, M. F. L; e De Abreu, R.M. do R. M (2007). “Antropologia e o Patrimônio Cultural no Brasil”. In Filho, L. F. M, Eckert. C. & Beltão J. F. (orgs). *Antropologia e Património Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*, (pp. 21-43). Brasil: Nova Letra.

Gellner, E. (1997). *Nacionalism*. London:Weidenfeld & Nicolson.

Gellner, E. (1983). *Nations and Nationalism*. Chicago: Blackwell Publishing Ltd.

Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas*. Caicais: Princípia.

Hall, Stuart (1992). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Handler, R. (1994) *Is "Identity" a Useful Cross-Cultural Concept?"*, in J. R. Gillis (ed.), *Commemorations: The Politics of National Identity*, Princeton University Press, pp. 27-40.

Handler, R. (1985). *"On Having a Culture: Nationalism and the Preservation of the Quebec's Patrimoine"* em Stocking op. cit.

Hobsbawm, E. & Ranger, T. (1984). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e terra.

Horta, M. de L. P., Grunberg, E. & Monteiro, A. Q. (1999) *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial.

Horta, M. de L. P. (2000). "Fundamentos da Educação Patrimonial". *Revista da Faculdade de Ciências & Letras: Educação e Patrimônio Histórico-cultural*. nº 27. Edições: Jan/Jun, pp. 25-35.

De Kelete, J., & Roegiers, X. (1993). *Metodologia da Recolha de Dados: Fundamentos dos Métodos de Observação de Questionários de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Bruxelas: De Boeck- wesmael s.a.

Kirshenblatt-Gimblett, B. (1995). "Theorizing Heritage". *Ethnomusicology*, Vol. 39, nº. 3. pp. 367-380.

Kuutma, K. (1995). “Between Arbitration and Engineering: Concepts and Contingencies in the Shaping of Heritage Regimes”. *Gottingen Studies in Cultural Property*, Vol. 6.

Leal, J. (2008). O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa. *Dissertação apresentada no Ciclo de Colóqueos Sobre Museus e Património Imaterial. Terrenos Portugueses: O que fazem os Antropólogos? Museus e Património Imaterial - agentes, fronteiras e identidades*. pp. 289-296.

Leal, J. (2013). “Agitar antes de Usar: A Antropologia e o Património Cultural Imaterial”. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, Vol.3, n.9, pp. 1-16. Disponível em <http://run.unl.pt/bitstream/10362/11215/1/Agitar%20antes%20de%20usar.pdf>. Consultado em 10/10/2015.

Lowenthal, D. (1994). “Identity, Heritage and History”, in J. R. Gillis (ed.), *Commemorations: The Politics of National Identity*, Princeton, University Press, 40-57.

Lowenthal, D. (1985). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: University Press.

Lopes, A. N. (2012). “O CISEA, o ISPSN e o Patrimônio Cultural: Subsídios para uma Estratégia de Intervenção Cultural”. *Revista do Centro de Investigação Sobre Ética Aplicada Sol Nascente*, Editorial nº 2, pp. 1-16.

Luacute, A. N. N. M. (2008). *O papel da Cultura no Processo de Desenvolvimento da Província da Huíla: Proposta de Introdução do Tema no 3º Ano do Curso de História no ISCED no Lubango*. Dissertação de Licenciatura em História. ISCED- Lubango.

Maalouf, A. (1999). *Identidades Assassinas*. Madrid: Alianza Editorial.

Maalouf, A. (2003). *In the Name of Identity*. London: Penguin Books.

Macongo, F. (2009). “A Ditadura de Cada Um: Angola, Memória: Marcas da Colonização Portuguesa em Angola”. Disponível em <<http://opatifundio.com/site/?p=2485#sthash.dSgdg7r8.dpuf>>. Consultado em 09/06 /2014.

Magalhães, L. H. (2009). “Educação Patrimonial: Uma Análise Conceitual”. In Magalhães, L., Zanon, E. & Castelo Branco, P. M. (orgs.). *A Construção de Políticas Patrimoniais: Acções Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País*. Londrina: UniFil, pp. 65-74.

Magalhães, L. H., Zanon, E., Castelo Branco, P. M. (2009). *Educação Patrimonial: Da Teoria à Prática*. Londrina: UniFil.

Martins, S. D. T (2011). *A Memória de um Lugar: Discursos e Práticas Identitárias Na Freguesia do Castelo em Lisboa*. Dissertação de mestrado em Antropologia. ISCSP/ Universidade Técnica de Lisboa.

Mbambi, M. (s.d). O alambamento nos Direitos Africanos: Um Estudo do Alambamento. *Dissertação apresentada no auditório da Rádio Nacional de Angola, no Lubango*. Disponível em <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Moises-Mbambi-O-ALAMBAMENTO-NOS-DIREITOS-AFRICANOS.pdf>. Consultado em 24/11/2015.

Minayo, M. C. S. (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.

Oliveira, F; Wenceslau, F.F. (2006). “Educação Patrimonial e a Pesquisa Arqueológica do Sítio "Casa de David Canabarro" em Santana do Livramento, RS”. *Núcleo de Estudos do Património e Memória da Universidade Federal de Santa Maria*. pp. 1-18.

Disponível em <http://nep-ufsm.blogspot.com/p/livros-e-artigos-publicados.html>. Consultado em 08/09/2015.

Onofre, C. (2010). “Angola: O Alambamento e os Rituais do Casamento. Portal Global Voices”. Disponível em <https://pt.globalvoices.org/2010/08/29/angola-o-alambamento-e-os-rituais-do-casamento/>. Consultado em 24/11/2015.

Peralta, E. (2000). “Património e Identidade: Os Desafios do Turismo Cultural”. In *Antropológicas*, nº 4, pp.217-224.

Peralta, E. (2003). “O Mar Por Tradição: Património e a Construção das Imagens do Turismo”. *Horizontes Antropológicos- Antropologia e Turismo* Vol. 9, nº 20, 83_96.

Peralta, E., & Anico, Marta (orgs), (2006). *Patrimônio e Identidades: Ficções Contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora.

Prats, L. (1997). *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Ariel.

Possamai, Z. (2000). “O Património em Construção e o Conhecimento Histórico”. *Revista da Faculdade de Ciências & Letras: Educação e Património Histórico-cultural*, nº 27, pp. 13-24.

“Reforma Curricular” /INIDE (*Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação*/2003. Disponível em <http://www.inide.angoladigital.net/pdf/curriculo%20do%20ensino%20primario.pdf>. Consultado em 20/10/2015.

Rodrigues, D. (s.d). “Património Cultural, Memória Social e Identidade: Uma abordagem antropológica”. Universidade de Beira Interior. *Center of Research in Anhtropology* (Lisboa). Disponível em

<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodriques-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>.

Consultado em 17/06/ 2015.

Sahlins, M. (1997). “O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: Por Que a Cultura não é um “Objecto” em Via de Extinção”. *Mana: on-line*, Vol. 3, nº 1, pp. 41-73.

Sahlins, M. (1999). “Two or Three Things that I Know about Culture”. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, Vol. 5, nº 3, pp. 399-421.

Simpson, M. (2007). “Um Mundo de Museus: Novos Conceitos, Novos Modelos”, in *O Estado do Mundo*, (2ª ed.), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Tinta da China, pp. 121-160.

Smith, A. D. (1997). *A Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva.

Souza, C. R. (2010). “Educação Patrimonial: Escola, Aluno / Professor e Sociedade”. Portal Web Artigos. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/educacao-patrimonial-escola-aluno-professor-e-sociedade/31672/#ixzz3mNfGGCx2>. Consultado em 20/03/2015.

Tinoco, A. (2012). “Educação Patrimonial e Aprendizagens Curriculares – a História”. *Cadernos de Sociomuseologia* nº 42, pp. 101-111.

Torrico, J. A. (2006). “Património e Discursos Identitários”. In Peralta, E. e Anico, M., (orgs), *Património e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, pp. 21-51.

Tylor, E. B. (1871). *Primitive Culture*, Londres: Jhon Murray, Vol. 1.

Urry, J. (1990). *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*, London: Sage.

Varine, H. (2012). *As Raízes do Futuro - O Património ao Serviço do Desenvolvimento Local*. Brasil, Porto Alegre: Medianiz.

Viana, L. D. G. (2006). “O Património Cultural ou os Consumos da Nostalgia: Cultura material e imaterial nos passeios turísticos pela identidade”. In Peralta, E. & Anico, M., (Orgs), *Património e Identidades: Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, pp. 149-170.

Legislação

Assembleia Nacional, lei nº 13/01 de 31 de Dezembro de 2001, Lei de bases do sistema de Educação, pp. 1-25.

Assembleia Nacional, Lei nº 14/05 de 07 de Outubro de 2005, *in Diário da República*, n.º120 – Lei do Património Cultural, pp. 2477-2490.

Assembleia Constituinte, Constituição da República de Angola de 21 Janeiro de 2010, pp. 2-88.

Convenção da Unesco para a proteção do património cultural imaterial de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972.

Presidente da República, Decreto presidencial nº 15/11 de 11 de Janeiro de 2011, *in Diário da República*, nº 6 - A Política Cultural de Angola, pp. 145-172.

Presidente da República, Decreto Presidencial nº 53/13 de 6 de Junho de 2013, *in Diário da República*, nº 106- Regulamento do Património Cultural Imóvel, pp. 1377-1391.

Presidente da República, Decreto presidencial nº 2/12 de 9 de Janeiro de 2012, *in Diário da República*, nº 5- Plano de Desenvolvimento da Província da Huíla, pp. 45-99.

Referências Institucionais

AAVV “*Boletim Municipal da Câmara de Sá da Bandeira*”. nº 28 (Julho-Dezembro 1971), p. 45-69, il.

Direcção Provincial da Cultura da Huila (2012). *Monografia da Cidade do Lubango*, pp. 1-21.

Direcção Provincial da Cultural da Huíla (DPCH): Departamento do Património Histórico Cultural (DPHC) – (2015): *Resumo Histórico dos Monumentos e Sítios Inventariados e Classificados da Província da Huíla*, pp. 1-22.

Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE) – (2003). *Reforma Curricular*.

Jornal de Angola online. Disponível em <http://www.jornaldeangola.com/>. Consultado em 15/02/2016.

Portal do Ministério da Cultura- Mincult.gov.ao. Disponível em <http://www.mincult.gov.ao/>. Consultado em 18/ 04/2015.

Resultado Preliminar do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola. Instituto Nacional de Estatística (INE), Setembro de 2014, pp. 5-131.

Apêndices

Apêndice 1

Guião de questões direcionadas aos alunos

- 1- O que significa para si a palavra cultura? E património cultural, conhece o termo, de onde o conhece?

R:

- 2- Existe para si alguma diferença entre o que é a cultura e o que é o património cultural? Já foi abordado um tema sobre património ou realizada alguma atividade relativa ao tema na sua escola?

R:

- 3- Quais são os bens ou elementos da sua cultura que considera importante conhecer e preservar?

R:

- 4- Poderia identificar na sua localidade 3 lugares, construções ou monumentos, que ache importantes e com os quais se identifique culturalmente?

R:

- 5- Poderia identificar na sua localidade 3 práticas ou celebração, que ache importantes e com as quais se identifique culturalmente?

R:

- 6- O que acha da ideia de participar de um grupo de identificação, recolha e registo dos bens que consideras como sendo importantes para a sua comunidade?

Apêndice - 2

Guião de questões direcionadas aos professores

1- O que significa para si a palavra cultura?

R:

2- Existe para si alguma diferença entre o que é a cultura e o que é o património cultural?

R:

3- Poderia identificar na sua localidade 3 lugares, construções ou monumentos, que ache importantes e com os quais se identifique culturalmente?

R:

4- Poderia identificar na sua localidade 3 práticas ou celebração, que ache importantes e com as quais se identifique culturalmente?

R:

5- O que acha da ideia de participar de um grupo de identificação, recolha e registo dos bens que consideras como sendo importantes para a sua comunidade?

R:

6- Que atividades culturais se têm realizado nesta escola? Esteve envolvido em alguma?

R:

7- Que propostas fariam de atividades relacionadas com o património cultural a realizar na escola?

R:

8- Como se poderia promover na escola, ou fora dela, o património ligado às raízes culturais dos próprios alunos?

R:

9- Tem algum conhecimento sobre a legislação angolana referente ao património cultural?

R:

Apêndice – 3

Guião de questões direcionadas aos encarregados de educação

1. A cultura está presente em todos os lugares e atividades, por exemplo nas ruas, em nossas casas, nas escolas, nas igrejas, nas praças, nos modos de fazer e criar. Na sua opinião, o que representa a cultura da sua localidade?

R:

2. Ao conjunto de manifestações, realizações, bens, construções, objetos... a que damos valor e queremos salvaguardar podemos chamar património cultural. Para si quais são os elementos que, na sua localidade, considera como património cultural?

R:

3. O que acha da ideia de participar de um grupo de identificação e registo dos bens culturais ou elementos de património que considera importantes para a sua localidade e para a comunidade?

R:

4. Pensa que isso seria importante?

R:

5. Pensa que as pessoas poderiam aderir?

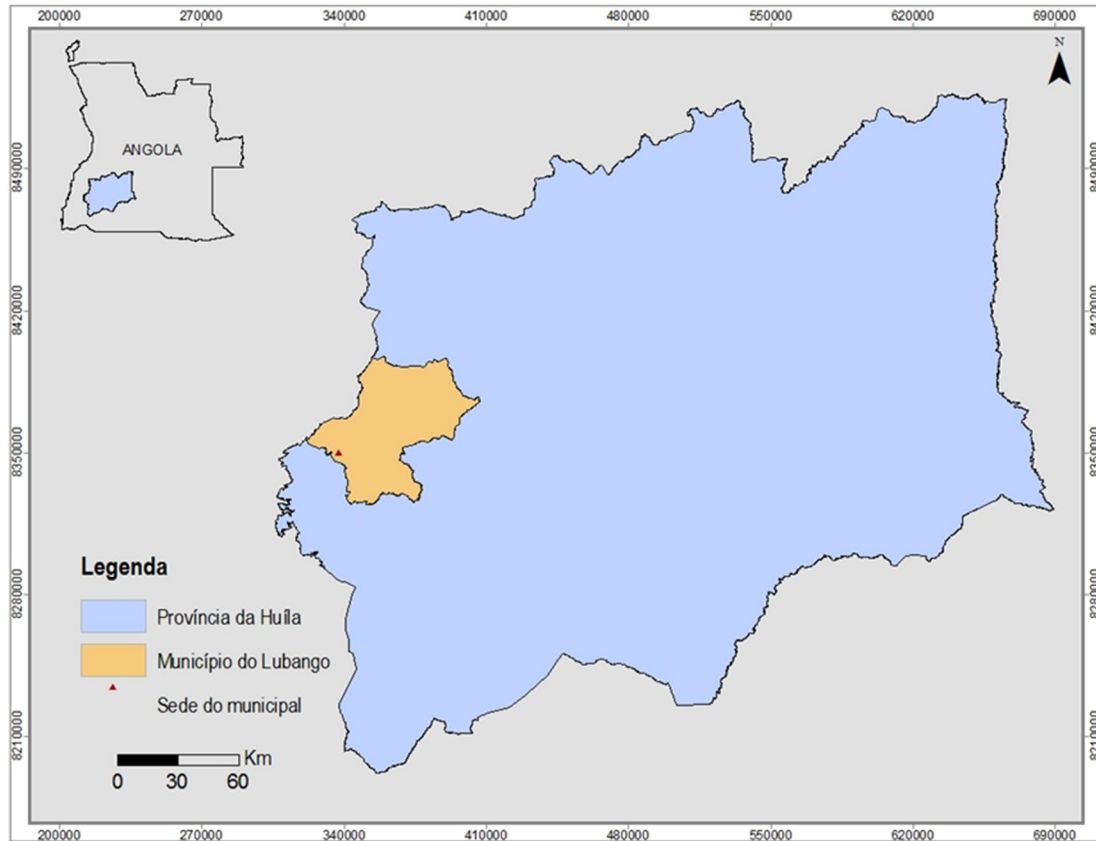
R:

6. Tem sugestões para o modo como essa recolha poderia ser feita?

R:

Anexos

Anexo -1



Mapa da província da Huíla. Autor: António Chisingui